

ROSELI DA SILVA FELIPE LOPES

**AS PAISAGENS DAS VILAS DA UFV: ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E OS
LUGARES DE MEMÓRIA (1948-2008)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Carolina Marotta Capanema

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L864p
2023
Lopes, Roseli da Silva Felipe, 1984-
As paisagens das vilas da UFV: entre o patrimônio cultural
e os lugares de memória (1948-2008) / Roseli da Silva Felipe
Lopes. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (196 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Carolina Marotta Capanema.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2023.

Referências bibliográficas: f. 178 -190.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.653>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade Federal de Viçosa - História - 1948-2008.
2. Vilas (Habitações) - Viçosa (MG). 3. Memória coletiva
-Viçosa (MG). 4. Paisagens - Viçosa (MG). I. Capanema,
Carolina Marotta, 1979-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151

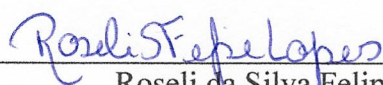
ROSELI DA SILVA FELIPE LOPES

**AS PAISAGENS DAS VILAS DA UFV: ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E OS
LUGARES DE MEMÓRIA (1948-2008)**

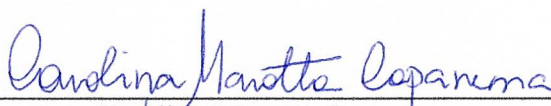
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de setembro de 2023.

Assentimento:



Roseli da Silva Felipe Lopes
Autora



Carolina Marotta Capanema
Orientadora

*A Isabella e Laura,
foi por vocês.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação de mestrado representa o culminar de uma jornada repleta de desafios, percalços e aprendizados significativos. Confesso que, por várias vezes, a ideia da desistência permeou meus pensamentos, mas com a Graça de Deus, Nosso Senhor, e de Jesus Cristo, a quem devo a vida e o sustento nos momentos de desamparo, consegui. Por isso, o primeiro e maior agradecimento ofereço à Divindade.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que, de maneira direta e indireta, tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Maria Custódia e Vanil, e à minha irmã Michelle (Mi) pelo amor, cuidado e apoio incondicional no início desta jornada e em todos os momentos da minha vida.

Ao meu marido, Dirley (Dy), pela cumplicidade, compreensão, amor, carinho e suporte inabalável em todos os instantes do desenvolvimento deste trabalho, principalmente nas infinitas ausências com nossas filhas, Laura (Lala) e Isabella (Bella), nossos bens mais preciosos, as quais sempre zela com tanto amor e dedicação.

Aos colegas de trabalho da Diretoria de Meio Ambiente, por sempre acreditarem que seria capaz, agradeço imensamente a todos, pois sei dos pensamentos positivos e apoio de cada um. Dentre todos, gostaria de dedicar três agradecimentos especiais: ao Paulo Sergio (Paulinho), “guia” que me ajudou a conhecer *in loco* as vilas operárias, fornecendo não apenas as caronas, mas também informações preciosas sobre esses locais. Ao Guilherme Reis (Gui), pela importante ajuda na elaboração dos mapas, em contribuição primordial para compressão do espaço físico dos bens culturais. E à Ana Luiza (Ana Lu), amiga recente e querida, pela preciosa ajuda com a confecção do panfleto de divulgação do Circuito do Patrimônio Cultural da UFV. A vocês, meu muito obrigada.

À minha orientadora, Professora Doutora Carolina Marotta Capanema, pela condução e orientação sábia que, ao mesmo tempo, foi criteriosa, cuidadosa e sensível, principalmente nos vários momentos de interrupção do trabalho. Sua paciência, sabedoria e expertise foram inspiradoras em cada etapa do caminho.

Agradeço também às membras da banca avaliadora da qualificação, Professoras Doutoras Ana Paula Ribeiro Freitas e Patrícia Vargas Lopes de Araújo, por dedicarem seu tempo e conhecimento à avaliação deste trabalho. Suas observações e sugestões contribuíram significativamente para o aprimoramento desta dissertação, e também ao professor Doutor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan que aceitou participar da banca de defesa da dissertação com recomendações que enriqueceram ainda mais o trabalho desenvolvido.

Minha gratidão se estende também aos meus amigos e colegas de curso, cuja camaradagem e apoio mútuo foram fundamentais para superar momentos desafiadores e manter a motivação ao longo desta jornada acadêmica.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de fazer o curso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

LOPES, Roseli da Silva Felipe, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2023. **As paisagens das vilas da UFV: entre o patrimônio cultural e os lugares de memória (1948-2008)**. Orientadora: Carolina Marotta Capanema.

O presente trabalho busca, por meio de análise documental, bibliográfica e da história oral, estudar a problemática do conceito de patrimônio cultural contido na legislação urbana e territorial da Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição de Ensino Superior localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) da UFV, elaborado em 2008, é o documento que norteia a política de expansão física e territorial da instituição, bem como suas práticas de preservação do patrimônio cultural. Um dos objetivos do trabalho foi analisar os argumentos expressos no mesmo documento para definir o conjunto de bens culturais representativos da memória da universidade. O principal ponto de análise se atém aos critérios de patrimonialização utilizados na preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico conhecido como Vila Giannetti, em contraponto às seis vilas operárias que são de construção contemporânea e que foram deixadas de fora da legislação patrimonial. O marco temporal está circunscrito ao período de 1948 a 2008. O primeiro ano refere-se ao início do projeto de construção da Vila Giannetti e o segundo ao ano em que o PDFA entrou em vigor. Os resultados da pesquisa indicaram que a escolha dos bens culturais da universidade vai ao encontro da concepção de patrimônio fundada na tradição francesa, assentada no caráter histórico-temporal, monumental e representativo das elites sociais. Desse modo, as vilas operárias, que também são espaços de vivências coletivas, de modos de vida e de formação de memórias, foram excluídas das políticas patrimoniais da instituição. O principal argumento deste trabalho situa-se na defesa de que a construção das paisagens destas vilas (Vila Giannetti e vilas operárias) é indissociável, pois estiveram em constante interação entre si. Logo, constituem igualmente lugares de memória representativos da história da universidade.

Palavras-chave: Paisagem. Vilas. Universidade Federal de Viçosa. Lugar de Memória.

ABSTRACT

LOPES, Roseli da Silva Felipe, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2023. **The landscapes of the UFV villages: between cultural heritage and places of memory (1948-2008)**. Adviser: Carolina Marotta Capanema.

The present work seeks, through documentary and bibliographic analysis and also Oral History, to analyze the issue within the concept of cultural heritage contained in the urban and territorial legislation of the Federal University of Viçosa (UFV), a higher education institution located in the Brazilian state of Minas Gerais. UFV's Physical and Environmental Development Plan (PDFA), which was drafted in 2008, is the document that guides the institution's physical and territorial expansion policy, as well as its practices for preserving cultural heritage. One of the objectives of this work is to analyze the narratives expressed in the document in order to define the set of cultural assets representative of the university's memory. The main point of analysis is based on the patrimonialization criteria used in the preservation of the architectural and landscape complex known as Vila Giannetti, in contrast to the six working-class villages of the institution, which are of contemporary construction and which were left out of the cultural heritage legislation. The timeframe is limited to the period from 1948 to 2008. The first year refers to the start of the Vila Giannetti construction project and the second, to the period in which the PDFA came into effect. The results of the research indicate that the choice of the university's cultural assets is in line with the conception of heritage founded on the French tradition, based on the historical, temporal, monumental and representative character of the social elites. In this way, the workers' villages, which are also spaces for collective experiences, ways of life and the formation of memories, were excluded from the institution's heritage policies. The main argument of this thesis lies in the defense that the construction of the landscapes of these villages (Vila Giannetti and workers' villages) is inseparable, as they were in constant interaction with each other, and that they also constitute *lieux de mémoire* that are representative of the university's history.

Keywords: Landscape. Villages. Federal University of Viçosa. Memory's place.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”.....	38
Figura 2 - Sistema composto de sete coletores de enxurrada. Entretanto, atualmente só existem dois, os outros foram destruídos e substituídos por mecanismos mais modernos.....	38
Figura 3 - Edifício P. H. Rolfs (Reitoria).....	39
Figura 4 - Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho).....	40
Figura 5 - Estação Ferroviária.....	41
Figura 6 - Quatro Pilastras.....	42
Figura 7 - Casa de hóspedes (antiga residência do vice-diretor da ESA).....	43
Figura 8 - Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti.....	45
Figura 9 - Réplica da Floresta.....	46
Figura 10 - Edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia..	47
Figura 11 - Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia.....	47
Figura 12 - Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia.....	47
Figura 13 - Laboratório de Sementes.....	48
Figura 14 - Fábrica de ração.....	48
Figura 15 - Paiol que se localiza do lado direito da Av. da Agronomia.....	48
Figura 16 - Paiol que se localiza do lado esquerdo da Av. da Agronomia.....	49
Figura 17 - Laboratório de Dendrologia (casa sede da antiga Fazenda do Xaxá).....	50
Figura 18 - Edifício Arthur da Silva Bernardes.....	50
Figura 19 - Construção do Prédio Principal.....	52
Figura 20 - Posto de Abastecimento.....	80
Figura 21 - Casas de operários.....	88
Figura 22 - Paisagem atual da Vila Giannetti.....	96
Figura 23 - Paisagem atual da Vila Mattoso.....	111
Figura 24 - Paisagens da Vila Sete Casas.....	113
Figura 25 - Paisagens da Vila Dr. Secundino.....	114
Figura 26 - Paisagem da Vila Dona Chiquinha.....	116
Figura 27 - Paisagem da Vila Araújo.....	118
Figura 28 - Paisagens da Vila Chaves.....	120
Figura 29 - Paisagem atual da Vila Chaves.....	121
Figura 30 - Festa dos 100 anos de samba na Vila Dr. Secundino.....	136
Figura 31 - Panfleto de divulgação.....	151

Figura 32 - Divulgação no site do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.....	152
Figura 33 - Imagem da notícia veiculada no site da UFV EM REDE.....	152
Figura 34 - Formulário de inscrição.....	153
Figura 35 - Imagem do ponto de encontro nas Quatro Pilastras realizado na parte da manhã.....	155
Figura 36 - Imagem do ponto de encontro nas Quatro Pilastras realizado na parte da tarde..	155
Figura 37 - Imagem da primeira parada realizada na parte da manhã.....	157
Figura 38 - Imagem da primeira parada realizada na parte da tarde.....	157
Figura 39 - Parada na Vila Sete Casas.....	158
Figura 40 - Parada nas proximidades da Vila Dr. Secundino para leitura das entrevistas.....	159
Figura 41 - Imagem de uma das duas residências que ficam no interior da Vila Araújo.....	160
Figura 42 - Parada no Vale da Agronomia – manhã.....	161
Figura 43 - Parada no Vale da Agronomia - turno da tarde.....	161
Figura 44 - Parada na antiga Fazenda do Xaxá.....	162
Figura 45 - Parada na Réplica da Floresta – manhã.....	163
Figura 46 - Parada na Réplica da Floresta – tarde.....	163
Figura 47 - Questionário pós-visita.....	164
Figura 48 - Número de inscritos.....	165
Figura 49 - Relação dos patrimônios da UFV com a diversidade cultural.....	171
Figura 50 - Sugestão de Patrimônios Culturais pelos visitantes.....	173
Mapa 1 - Localização dos Patrimônios Culturais da UFV, segundo o PDFA (2008-2017).....	53
Mapa 2 - Localização das Vilas da UFV.....	92
Mapa 3 - Identificação das casas da Vila Giannetti.....	100
Mapa 4 - Planta dos terrenos da ESAV	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação por Gênero.....	166
Gráfico 2 - Classificação por categoria de Vínculo.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupo de entrevistados e quantidade de entrevistas realizadas.....	27
Tabela 2 - Denominações das casas da Vila Giannetti e plano de trabalho das entrevistas...	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

CA-PDFA – Comissão de Acompanhamento e Gestão do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV-Viçosa

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCB – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCE – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CCH – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CECOM – Centro de Conservação da Memória

CEFEMA – Subcomissão de Espaço Físico e Meio Ambiente

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CF - Constituição Federal

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COESF – Comissão de Espaço Físico

COMAM – Comissão de Meio Ambiente

CONSU – Conselho Universitário

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo

DEC – Departamento de Engenharia Civil

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPO – Diretoria de Projetos e Obras

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

FRATEVI – Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa

FUNREI – Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAPA – Laboratório de Patrimônios Culturais

MAMM – Museu de Arte Murilo Mendes
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PAD – Pró-reitora de Administração
PCD – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PDFA – Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental
PDI – Plano de Desenvolvimento Físico Institucional
PEC – Pró-Reitoria de Cultura
PGP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PPO – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRE – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: ENTRE A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNISTA E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA.....	35
1.1 Patrimônios culturais da UFV.....	35
1.2 Breve histórico sobre os órgãos de proteção patrimonial brasileiro.....	61
1.3 As legislações patrimoniais em três universidades federais mineiras.....	66
CAPÍTULO 2: VILAS DA UFV – CONTROLE SOCIAL.....	76
2.1 Silenciamento da memória e invenção do patrimônio institucional.....	76
2.2 O surgimento das vilas operárias.....	83
2.3 Vilas da UFV.....	91
2.4 Vila dos Professores.....	95
2.5 Vilas dos Operários.....	109
2.5.1 Vila Mattoso.....	110
2.5.2 Vila Sete Casas.....	112
2.5.3 Vila Dr. Secundino.....	113
2.5.4 Vila Dona Chiquinha.....	115
2.5.5 Vila Araújo.....	117
2.5.6 Vila Chaves.....	119
CAPÍTULO 3: VILAS DA UFV - FORMAÇÃO DE PAISAGENS E LUGARES DE MEMÓRIA.....	123
3.1 Noção de natureza contida no projeto do campus universitário.....	123
3.2 As conexões sociais e interligações das vilas.....	131
3.3 As vilas e suas paisagens como lugares de memória.....	141
CAPÍTULO 4: PRODUTO.....	147
4.1 Definição e enquadramento.....	147
4.2 Circuito do Patrimônio Cultural da UFV.....	147
4.3. Objetivo.....	148
4.4. Metodologia.....	149
4.5 Resultados.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	178
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	191

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	194
---	-----

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema e trajetória de pesquisa

O campo do patrimônio cultural está constantemente passando por renovações em seu paradigma. Estudos recentes da área apontam discussões sobre a possibilidade de atribuir novos valores aos bens patrimoniais. Um dos exemplos mais atuais é o caráter afetivo (SMITH, 2021) que, por meio da evocação da memória, no sentido da memória coletiva analisada por Halbwachs (1990), emerge nas lembranças vivenciadas pelos grupos e passa a ser entendida como um valor social que os sujeitos relacionam aos lugares, acontecimentos, manifestações ou objetos de valor identitário. Associado a isso, trabalhos que mesclam análises sobre a relação sociedade e natureza no campo das paisagens culturais como algo orgânico e não mais apartado também ganharam fôlego neste cenário¹. Neste ínterim, a temática se distancia um pouco do seu caráter histórico-temporal e se insere em discussões do tempo presente, que buscam atrelar ao campo do patrimônio cultural os debates sociais que permeiam o cotidiano e o modo de vida das pessoas.

Os debates acerca da temática patrimonial no Brasil e no mundo estão inseridos em diferentes contextos e ambientes, abrangendo desde órgãos públicos exclusivamente dedicados ao tema até instituições públicas e privadas das mais variadas. Entre elas, as universidades. A Universidade Federal de Viçosa, objeto deste estudo, por exemplo, inseriu em seu plano de uso e ocupação territorial do espaço critérios de caráter protecionista, que visam resguardar alguns bens como patrimônios culturais da instituição.

Neste sentido, em 2008, criou-se o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFV (PDFA), instrumento orientador e normativo dos processos de ocupação territorial do Campus Viçosa, bem como das diretrizes que visam à preservação “do patrimônio edificado de valor histórico, arquitetônico e urbanístico do Campus”. O PDFA criou três comissões para planejar, controlar e gerir o espaço físico da UFV: a COESF, a COMAM e o CA-PDFA. A Comissão do Espaço Físico (COESF), juntamente com a Comissão de Meio Ambiente (COMAM), fazem parte da estrutura da Pró-Reitora de Administração, ao passo que a Comissão de Acompanhamento e Gestão do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do campus UFV-Viçosa (CA-PDFA), pertence à estrutura organizacional da Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento (PDFA, 2008-2017).

¹ Veja-se, como exemplo desse tipo de abordagem, os estudos de Besse (2014), Meneses (2002), Scifoni (2006).

Apesar das Comissões terem equivalente importância, a COESF² é a mais atuante e regular dentre elas, tendo sido debatidos, em suas reuniões, assuntos de relevância institucional e de expansão física da universidade, tais como: a escolha de locais para a construção de edifícios e adequação dos mesmos às regras prediais e ambientais existentes; o teor dos contratos de cessão de residências localizadas em suas vilas, tanto na Vila Giannetti (um conjunto de 49 casas localizado próximo a duas das entradas do campus) quanto nas vilas dos operários, que estão localizadas em áreas mais afastadas dos centros administrativos da universidade. As seis vilas são denominadas: Vila Araújo, Vila Dr. Secundino de São José, Vila Dona Chiquinha, Vila Sete Casas, Vila Mattoso e Vila Chaves³.

Ao secretariar uma dessas reuniões da COESF, na qual a pauta era a expansão do espaço físico do campus UFV, em 2019, foi que o objeto inicial de pesquisa emergiu – o estudo dos aspectos patrimoniais contidos na legislação de uso e ocupação do solo (PDFA) da universidade. Em uma discussão acerca do tema, foi aventada a possibilidade de se expandir o espaço territorial da instituição em direção a Vila Giannetti (considerada patrimônio histórico cultural no mesmo documento), o que acarretaria na substituição do conjunto de residências por prédios que atendessem à finalidade de ensino. O que para mim, foi algo preocupante, pois até aquele momento, nunca imaginaria que pudessem pensar em derrubar aquelas casas cuja arquitetura e conservação costumam agradar os olhares “treinados” a enxergar beleza na estética colonialista⁴.

Posto isso, desde que soube que aquele cenário estava ameaçado, comecei a pesquisar sobre a Vila e descobri que além do valor estético e arquitetônico, aquele espaço possuía também valor histórico, paisagístico e cultural para a comunidade universitária. A Vila Giannetti está inserida no contexto de disputas políticas sobre a expansão da instituição, principalmente a partir do período de estadualização, que transformou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Ela foi, e ainda é, um local que abriga e participa da formação da memória da comunidade universitária em geral (docentes, discentes, servidores e colaboradores

² A Resolução N.º 14/2008 do Conselho Universitário (CONSU), que aprova o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) do Campus UFV-Viçosa (2008-2017), também legisla sobre a configuração da COESF. Esta é uma Comissão consultiva que se reúne de maneira ordinária (o documento não deixa claro a periodização) – e em casos eventuais de maneira extraordinária – para analisar e emitir parecer sobre o espaço físico do Campus UFV - Viçosa. Disponível em: http://arquivo.ufv.br/soc/files/pag/consu/completa/2009/09_09.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

³ A origem da denominação das vilas operárias será objeto de análise no Capítulo 2 da dissertação, “Vilas da UFV – Controle social”.

⁴ Sobre a tipologia arquitetônica da Vila Giannetti, ver Carvalho e Ferreira (2012). Sobre a estética colonialista, ver: “Estética, multiculturalismo e decolonialidade” (Del Valle, 2020).

terceirizados). Suas casas, após a Resolução N.º 06/91 do CONDIR⁵, deixaram de exercer a função de moradia para abrigar atividades administrativas e educacionais da UFV.

Ademais, também foi possível perceber que a possibilidade de derrubada das casas não foi um fato isolado da reunião, pois, ao que indica uma postagem do *blog* do professor Ítalo Stephan, do Departamento de Arquitetura da UFV, a discussão já havia sido travada em outro momento. Segundo ele, “substituir belas casas por prédios modernos de boa qualidade arquitetônica? É isso que temos visto nesses últimos anos no Campus? Passar por cima da história? Repetir o que se quer fazer em toda a cidade que tem um patrimônio cultural?” (STEPHAN, 2010, s.p.). Ao mesmo tempo, podemos perceber que, desde 2008, quando o PDFA entrou em vigor, uma série de normas específicas de uso e ocupação daquele espaço foi determinada, a fim de que não houvesse a descaracterização daquele “conjunto arquitetônico e urbanístico” (PDFA, 2008-2017).

Nesse sentido, iniciou-se a busca e pesquisa pelos documentos institucionais que tratavam a respeito da origem da Vila Giannetti, bem como de legislações de preservação e conservação “patrimonial” da universidade que convergissem com o tema. A busca não foi fácil, pois pudemos perceber na grande massa documental referente à história da universidade presente no Arquivo Central e Histórico que existem alguns conjuntos de documentos que estão com datas descontínuas, como os relatórios de atividades da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Apesar do marco temporal da pesquisa iniciar em 1948 – início do planejamento de construção da Vila Giannetti e também da estadualização da ESAV – optamos por consultar documentos anteriores a esta data na tentativa de elucidar um pouco sobre as demandas e questões que impulsionaram o início da construção. Isto justifica a análise de fontes relacionadas ao período da ESAV (1922-1948). Outro motivo, foi a ampliação posterior do tema da pesquisa, com a inclusão das outras vilas residenciais, uma vez que na documentação pesquisada a partir da década de 1940, fazia pouca ou nenhuma menção sobre elas.

Entretanto, apesar de voltarmos um pouco no tempo para fazer a pesquisa documental, o marco temporal no título do trabalho continuou sendo a data de 1948, pois acreditamos que se trata de um marco de expansão importante para a universidade, que influenciou diretamente na construção de algumas vilas, como a Vila Araújo, por exemplo, cujos terrenos foram

⁵ O Conselho Diretor (CONDIR) da UFV correspondia, na época (1974-1999), data baseada na primeira e última resolução do Conselho, ao atual Conselho Universitário (CONSU). Entretanto, as atas do CONSU começaram a ser redigidas em 1969, ano da federalização da Universidade até os dias atuais. Atualmente, o CONSU é o órgão superior de administração da referida instituição. Percebe-se, pois, que houve em certo momento, durante o período da UFV, a coexistência dos dois órgãos. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=161. Acesso em: 14 de nov. 2022.

adquiridos pela instituição na segunda metade da década de 1940. Diante disso, os objetivos da pesquisa consistiram em três eixos: estudar a problemática do conceito de patrimônio cultural contido na legislação urbana e territorial da Universidade Federal de Viçosa (UFV), analisar os argumentos expressos no documento para definir o conjunto de bens culturais representativos da memória da universidade e, o principal deles, pesquisar os critérios de patrimonialização utilizados na preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Giannetti, em contraponto às seis vilas operárias que são de construção contemporânea e que foram deixadas de fora da legislação patrimonial.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas diferentes metodologias a saber: (1) Análise de fontes documentais variadas, como: relatórios de atividades administrativas, cartas de associação de professores, atas de reuniões, organogramas, escrituras, planos institucionais, contratos, leis estaduais e federais, mapas, blog, sites oficiais e imagens. (2). História Oral, com a realização de 36 entrevistas divididas entre quatro grupos, quais sejam: atuais ocupantes da Vila Giannetti; ex-moradores da Vila Giannetti; moradores das vilas dos operários e membros da Comissão do PDFA. (3) Análise bibliográfica, cujos temas permearam o campo do patrimônio cultural, teoria da história, paisagem e memória. Além de escritos memorialistas, artigos, dissertações e teses que tratam da história da instituição sob um viés de cunho crítico. (4). Visitas In Loco, nas quais pudemos extrair impressões e percepções acerca dos modos de vida existentes no passado e no presente e acerca da infraestrutura das vilas; (5) Análise dos dados oriundos do questionário pós-circuito patrimonial, uma intervenção social relacionada ao produto desenvolvido nesta dissertação para atender exigência dos programas de mestrado profissionais.

Nesse âmbito, cumpre lembrarmos que, apesar da extensa estrutura física e administrativa na qual a UFV se assenta atualmente, o início do empreendimento (ESAV) não possuía uma estrutura organizacional tão detalhada, o que refletiu na organização da documentação. Portanto, a ausência de órgãos administrativos específicos que centrassem as informações fez com que fosse iniciado um verdadeiro trabalho investigativo, até que encontramos, na documentação relacionada aos primeiros cursos que deram origem à Escola Superior de Agricultura e Veterinária, os relatórios informando que, além da função de ensino, tais cursos exerciam funções administrativas que envolviam até mesmo os empreendimentos de construção da infraestrutura da instituição.

Para entender melhor como funcionava e ainda funciona a estrutura administrativa é preciso primeiro compreender que a constituição da Universidade Federal de Viçosa teve sua formação empreendida em três fases: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV),

Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tal modelo de organização será melhor problematizado no Capítulo 1, “Entre a preservação da arquitetura modernista e o apagamento da memória”.

Inicialmente, acreditamos que todas as informações relacionadas à Vila Giannetti e às outras vilas estariam disponíveis nos relatórios dos diretores da Escola, escritos por seu então diretor Peter Henry Rolfs e pelo engenheiro civil João Carlos Bello Lisboa, à Secretaria da Agricultura, Indústrias, Terras, Viação e Obras Públicas, órgão ao qual a ESAV estava subordinada. Mas, com a pesquisa e leitura dos documentos, constatamos que havia ali muitas lacunas.

Diante disso, como dito anteriormente, optamos por descentralizar a pesquisa, recorrendo aos relatórios escritos pelos diretores dos departamentos vigentes. Em relatório redigido pelo chefe de departamento do curso de Engenharia Rural, Prof. Mario das Neves Machado, escrito em 31 de dezembro de 1945, foi possível inferirmos que a unidade, além da função de ensino, também era responsável pelas construções de algumas infraestruturas, não somente ligadas aos seus campos de experimentação, mas também do erguimento e melhoramento de unidades e locais de trabalho, tais como: obras de estábulo, limpeza e reparo no edifício do internato, obras de nova praça de esportes, obras de terraplanagem, construção de rede elétrica, construção da carpintaria, ferraria e melhoramento e construção de residências para professores e encarregados (ESAV, 1945). Entretanto, esses relatórios só forneceram pistas e nenhuma outra informação sobre as construções das residências na instituição de ensino.

Ao analisarmos os organogramas da universidade, pudemos observar que, na fase da UREMG, a estrutura administrativa da instituição começa a ganhar forma mais robusta, o que implicou diretamente em uma organização mais sistematizada da documentação. Entretanto, apesar disso, ainda havia muitas lacunas em relação às residências da UFV. No intuito de complementar a pesquisa documental, optamos, então, pelo apoio da história oral. O objetivo era entrevistar quatro grupos: ex-moradores da Vila Giannetti, membros da Comissão do PDFA, atuais ocupantes das casas da Vila Giannetti e alguns moradores das vilas operárias. O propósito era tentar descobrir quais eram os conhecimentos e as percepções que essas pessoas tinham a respeito da Vila, bem como descobrir se tinham conhecimento de que aquela área era institucionalmente reconhecida como patrimônio cultural. Cabe aqui esclarecer que, desde o início do trabalho, havia a ideia de percorrer e observar *in loco* as vilas operárias existentes na universidade, a fim de se fazer um comparativo das políticas de preservação, pois, até o

momento que antecedeu as entrevistas, quase nada se sabia sobre esses locais. Mas, até o início das entrevistas, a Vila Giannetti era nosso único objeto de estudo.

Entretanto, logo no início da interlocução com o primeiro grupo, algumas questões que até então não haviam sido levantadas no estudo começaram a ser suscitadas. Observamos, por exemplo, que nos depoimentos e narrativas dos ex-moradores da Vila, em sua maioria professores, sobrepunha-se o discurso de escassez financeira vivenciado durante o período da UREMIG. A partir disso, veio a primeira questão: se os professores da Vila Giannetti, que tinham acesso à moradia digna, com ótima localização e infraestrutura, passaram por períodos de dificuldades, como passaram os funcionários que residiam nas vilas operárias e que não tinham os mesmos serviços disponíveis aos professores? Foi a partir dessas primeiras indagações e, posteriormente, com os primeiros relatos orais dos moradores das vilas operárias que a pesquisa tomou outro rumo. A ideia de tentar entender os motivos pelos quais a Vila Giannetti estava sendo “ameaçada” não fora abandonada, mas, agora, o olhar havia se tornado mais amplo e sensível, e o questionamento ia além da preservação somente da Vila Giannetti.

Naquela ocasião perguntávamos porque também não inseriram no PDFA as outras vilas como patrimônio cultural da universidade, uma vez que, nelas, segundo conversas informais com arquitetos, também existem aspectos arquitetônicos relevantes. Além, claro, de serem lugares de memórias, muitas das quais amparadas, inclusive, na história de fundação da instituição, visto que muitos dos moradores que ali ainda residem são descendentes de trabalhadores que atuaram na construção da ESAV⁶. Então, onde estavam os documentos que falavam a respeito dessas vilas e de seus moradores? Por que não havia encontrado nenhum registro documental sobre elas? O cenário com que me deparara era, então, de um verdadeiro silêncio ou apagamento da memória nos documentos oficiais da universidade.

Diante disso, o problema que passou a guiar a pesquisa foi o questionamento sobre os critérios de patrimonialização utilizados no Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA 2008-2017) da Universidade Federal de Viçosa para eleger a Vila Giannetti e outros patrimônios culturais do campus, em detrimento das vilas operárias e tantos outros bens patrimonializados. A partir disso, e subsidiado pelas pesquisas realizadas, o estudo nos conduziu a perceber que as vivências cotidianas dos operários nas vilas, assim como as relações que estabeleceram com a paisagem que foram produzidas naquele lugar, possibilitaram a formação de memórias coletivas, as quais permitiram criar relações de identidade com o local.

⁶Algumas dessas Vilas, como a Vila Araújo, a Dr. Secundino e Dona Chiquinha, ainda possuem moradores residindo – alguns, inclusive, há mais de cinco décadas.

Cabe destacar que as críticas contidas no trabalho estão pautadas em estudos que questionam o discurso hegemônico de patrimônio cultural, no qual busca-se privilegiar bens culturais ligados à memória das elites. Essa abordagem exclui perspectivas e vozes de grupos marginalizados, comunidades locais e indivíduos comuns que também têm uma relação significativa com seu ambiente cultural. Isto posto, o presente estudo almeja propor uma perspectiva mais inclusiva da temática do patrimônio cultural na Universidade Federal de Viçosa.

Para esses propósitos, a dissertação está dividida em quatro capítulos, cujos títulos são: (1) “Entre a preservação da arquitetura modernista e o apagamento da memória”; (2) “Vilas da UFV - Controle Social”; (3) “Vilas da UFV - Formação de paisagens e lugares de Memória”; e (4) “Produto”.

No primeiro capítulo – “Entre a preservação da arquitetura modernista e o apagamento da memória” – buscamos analisar quais foram os parâmetros de patrimonialização utilizados na política patrimonial contida no PDFA para eleger os bens culturais da universidade, principalmente a Vila Giannetti. Além disso, pretendemos compreender quais as narrativas atreladas a esse conjunto escolhido para representar a identidade cultural da instituição. Na oportunidade também foi feita uma análise comparativa das práticas protecionistas da UFV com outras que são adotadas por duas universidades localizadas na Zona da Mata e Campo das Vertentes. O objetivo é tentar compreender se as políticas patrimoniais ou planos que mencionam a tutela dos patrimônios culturais presentes nesses territórios se alinham à política patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os resultados da pesquisa indicam que os bens culturais da UFV são frutos de escolhas políticas realizadas por determinados grupos que buscaram privilegiar o patrimônio material de pedra e cal e as memórias elitistas do início da fundação da instituição. Essas escolhas foram excludentes, pois deixaram de fora uma série de memórias, principalmente as produzidas pelos moradores e moradoras das vilas dos operários, cujo trabalho foi a força motriz para se construir o território no qual se assenta hoje a universidade.

O segundo capítulo – “Vilas da UFV - Controle Social” – aborda o contexto trabalhista mais amplo de constituição das vilas. Por meio da elaboração de mapas e da análise dos conteúdos das entrevistas e imagens, verificamos que as escolhas para a localização e instalação das vilas residenciais da UFV não se deram de forma aleatória. Pelo contrário, em sua grande maioria, as vilas foram construídas próximas aos locais de trabalho dos operários, geradas pelo discurso capitalista em voga daquele momento, de aumento da produção e da “melhoria das condições de vida” dos trabalhadores. Em consequência disso, foi observado o desenvolvimento de um forte controle social daquele grupo, pois, por meio da rigidez e do

domínio do espaço trabalhista e privado, buscou-se forjar a conduta moral e social daqueles trabalhadores. Apesar da recente desocupação de algumas vilas operárias, seja por motivos de mudança de finalidade, seja por perda do vínculo institucional ou pela destruição de algumas residências, foi possível verificar que ainda existem três vilas residenciais na universidade (Dr. Secundino, Araújo e Dona Chiquinha) que são habitadas e que seguem resistindo às transformações no espaço da instituição.

No terceiro capítulo – “Vilas da UFV - Formação de paisagens e lugares de Memória” – procuramos demonstrar, por meio dos relatos orais, que as paisagens das vilas dos operários, assim como da Vila Giannetti, são também lugares de memória. Isso significa dizer que, para além da ligação com os locais de trabalho, o cotidiano de vivência nessas vilas produziu associações com a natureza, com momentos de lazer e de manifestações culturais que são aspectos constitutivos da identidade desses grupos. Exemplos desses cenários são as hortas e a criação de animais para abate nos diversos quintais das vilas operárias – alimentos esses que muitas vezes foram compartilhados em comunidade. Também são exemplos as quadrilhas que aconteciam na Vila Giannetti e as festas religiosas que ocorriam em todas as vilas. Dessa forma, o objetivo do capítulo é dar visibilidade e valorização à paisagem cultural das vilas. Assim, procuramos demonstrar que, a exemplo da Vila Giannetti, que foi escolhida como representativa da memória cultural da universidade, as vilas operárias também possuem aspectos sociais, afetivos, paisagísticos e arquitetônicos que as qualificam para figurar no rol do conjunto de bens culturais da UFV.

Por fim, encerramos a discussão com a proposta do Produto, cumprindo a exigência da legislação que regula a implementação dos cursos de mestrado e doutorado profissional no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. O produto, pensado como uma ação de intervenção social, visa cumprir o papel de elaboração de proposta com vistas à resolução de problemas⁷. No caso da presente dissertação, optou-se por trabalhar com um circuito patrimonial, visando compreender a percepção da comunidade acadêmica sobre a temática do patrimônio cultural e, especialmente sobre os bens selecionados pela instituição como representativos da memória local.

O circuito almejou cumprir um duplo papel de intervenção social: (1) dar visibilidade às estruturas, aos/as moradores/as e às memórias das pessoas que passaram pela vila nos últimos setenta anos, mas foram invisibilizadas pela história hegemônica e institucionalizada da

⁷Disponível em: <http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/index.php/courses/elaboracao-de-projeto-intervencao-social/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

universidade; e (2) servir como possível subsídio para a construção de uma nova política patrimonial da instituição, amparada também na opinião pública. As impressões e percepções dos visitantes sobre o circuito (intervenção social) foram coletadas por meio de um questionário e da observação participativa. Os resultados foram satisfatórios, pois foi observado que o objetivo de abrir uma reflexão sobre a inclusão e democratização das memórias que são transmitidas por meio dos patrimônios culturais foi alcançado.

Problematização das fontes⁸

Como dito anteriormente, o presente trabalho se guiou pela utilização de metodologias variadas. O intuito foi extrair as impressões e percepções oriundas das narrativas contidas nestes documentos a respeito das vilas construídas no campus da Universidade Federal de Viçosa. Além disso, pretendemos problematizar essas narrativas, analisando o dito e o não dito, os silêncios e as lacunas para compreender os pressupostos que amparam a política patrimonial da instituição.

Como mencionado, o interesse para iniciar o trabalho partiu da inquietação perante a possibilidade de desmonte da Vila Giannetti. Diante disso, o primeiro documento analisado foi o PDFa, que designa, dentre outros bens patrimoniais, a Vila como “Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico” da UFV (PDFa 2008, p. 2). Dessa maneira, foi possível perceber os critérios de natureza histórica e arquitetônica que foram atribuídos ao bem como justificativa para sua preservação. A partir desta análise, buscamos entender quais foram os contextos sociais, políticos e econômicos que estavam ligados à construção daquele conjunto.

Para isso, fomos em direção a tentar encontrar documentos que nos trouxessem à luz esse início. Partimos das investigações dos relatórios de atividades escritos nos primeiros anos de fundação da ESAV, endereçados à Secretaria da Agricultura, Indústrias, Terras, Viação e Obras Públicas, órgão ao qual a ESAV estava subordinada, para tentar descortinar as motivações e demandas que suscitaram o início do projeto de construção da Vila. Como a análise dos relatórios se deu de maneira minuciosa, buscando separar todo e qualquer documento relacionado à construção de residências no campus universitário, sejam elas de diretores, sejam de professores ou de operários, não foi preciso, depois da mudança do tema de pesquisa, voltar ao Arquivo Central e Histórico para rever essa massa documental.

⁸ O texto a seguir dedica-se ao percurso metodológico de pesquisa das fontes, por meio da análise de cada conjunto documental consultado, bem como apresenta resultados de análise, que são incorporados aos capítulos da dissertação.

Relatórios de atividades

Cabe aqui fazer uma análise sobre o teor destes relatórios. Os relatórios dos primeiros anos de existência da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) referentes aos anos de 1925 a 1947 (ESAV, 1925; 1926; 1927; 1928; 1929; 1935; 1947) registraram enfaticamente o discurso da escassez e da superação de obstáculos. A menção aos “apertamentos”, termo utilizado em grande parte dos relatórios de atividades, buscava destacar que mesmo em meio à escassez orçamentária os idealizadores do projeto estavam conseguindo introduzir e estruturar o ensino agrícola na Zona da Mata Mineira.

O que podemos perceber dos relatórios analisados, compreendidos entre 1925 e 1954, dos quais 13 contêm alguma informação sobre a construção das residências no campus UFV (1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1935, 1947, 1949, 1950-1954 – este último compilado em um único documento), é que se tratam de documentos pormenorizados que fazem uma verdadeira prestação de contas de todo o funcionamento da escola, seja das despesas com a parte administrativa (pagamento de pessoal e compra de material de infraestrutura); social (moradias, saúde, conduta e disciplina, tanto dos alunos quanto dos trabalhadores) ou de ensino (frequência de alunos, relação de todos os formandos, motivo das faltas). Todos os gastos, passivos e ativos são contabilizados. Neles estão elencados os materiais gastos na construção dos primeiros edifícios, principalmente o Edifício Principal (atual Edifício Arthur da Silva Bernardes) que, segundo se pode verificar nos relatórios, foi o mais dispendioso; nas compras de máquinas; o gasto com a folha de pagamento, um dos principais assuntos que aparecem nos relatórios e que, segundo consta, mesmo com os atrasos nos salários, os professores e trabalhadores seguiam suas funções; e os valores gastos com alimentação, saúde, emissão de diplomas, valores arrecadados com mensalidades, dentre outros demonstrativos. Enfim, procurava-se tomar nota de tudo o que acontecia, seja referente à contabilidade ou à conduta moral dos estudantes ou trabalhadores.

Atas da UREMG

Foi lido um quantitativo de 34 Atas do Conselho Universitário da UREMG (1949 a 1955) de um total de 140, sendo os principais assuntos discutidos nas reuniões os seguintes: a transferência da ESV (Escola Superior de Veterinária) para Viçosa; discussões sobre o orçamento; regimento interno da UREMG; plano de carreira dos professores; aprovação de viagens de estudo de professores; critério para concessão de casas; doação de recursos das

empresas provenientes de acordos e convênios nacionais e internacionais; contratação de professores; nomeação, formação e composições de diversas comissões (como a de finanças, por exemplo); pagamento de vencimentos atrasados; escolha da casa do ex-aluno⁹; discussão sobre problemas disciplinares dos alunos; férias de professores e funcionários; aposentadorias; taxas pagas pelos alunos. Entretanto, até a data de 1955 não foram encontrados assuntos relacionados à formação das vilas operárias. Deste modo, decidimos dar por finalizadas as leituras, dado que as residências das vilas já haviam sido erguidas nessa época. As 106 Atas restantes do conjunto documental referem-se ao período do pós-1955 e, por isso, não foram analisadas.

Entrevistas

A intenção de entrevistar os moradores das vilas operárias já existia desde o início da pesquisa. Entretanto, em função da ampliação do tema, e também do apagamento da memória dessas vilas nos documentos oficiais, houve algumas adaptações nas perguntas direcionadas a esse grupo de pessoas. Acreditou-se que, em função do tempo em que estão estabelecidos ali, poderiam ser fornecidas informações sobre o início da constituição daqueles locais. Além desse grupo, também foram realizadas entrevistas com mais três outros, a saber: ex-moradores da Vila Giannetti, atuais ocupantes daquele conjunto (servidores e colaboradores) e membros da Comissão que elaborou o PDFA (2008-2017).

O objetivo em entrevistar esses quatro grupos foi o de colher as impressões que os mesmos possuem a respeito da política patrimonial da UFV, bem como a percepção da temática do patrimônio cultural como um todo. Além disso, as entrevistas auxiliam na compreensão das relações de poder que se estabeleceram entre os grupos ao longo do período pesquisado e no entendimento da conformação daquelas paisagens, considerando suas mudanças e a formação de lugares de memória.

Diante disso, observamos que as entrevistas, assim como a análise dos documentos, são instrumentos cruciais e complementares na análise dos trabalhos que têm os discursos como objeto de estudo. Como afirmam Alvarez, Santos e Baptista,

Em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas estas situações, a entrevista é utilizada

⁹ Essa casa se refere a atual Associação dos ex-alunos, localizada na casa n.49 da Vila Giannetti.

para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (ALVAREZ; SANTOS; BAPTISTA, 1994, p. 134).

Foram realizadas um total de 36 entrevistas, que cobriram, inicialmente, todos os grupos propostos, tendo sido gasto um pouco mais de dois meses para realização de todas elas. A primeira foi realizada na data de 14/07/2022 e a última, em 21/09/2022. Elas foram conduzidas por meio de um roteiro semiestruturado (Anexo A) e tiveram uma duração entre 15 minutos e 1 hora de gravação. A ferramenta utilizada para as gravações foi um *smartphone*. A quantidade de entrevistas por grupo de entrevistados foi dividida da seguinte maneira:

Tabela 1 - Grupo de entrevistados e quantidade de entrevistas realizadas

N.º	Grupo dos entrevistados	Número de entrevistas realizadas	
1	Atuais ocupantes da Vila Giannetti	16	
2	Ex-Moradores da Vila Giannetti	4	
3	Moradores das Vilas dos Operários	Vila Dr. Secundino	4
		Vila Dona Chiquinha	3
		Vila Araújo	5
4	Membros da Comissão do PDFA	4	

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2022.

Cumpramos aqui a metodologia que foi utilizada na abordagem de cada grupo, pois cada uma se deu de maneira diferente. Além disso, foi estabelecido um critério de voltar, no mínimo, duas vezes em horários diferentes em cada casa, caso fosse encontrada vazia na primeira tentativa, pois o objetivo era conseguir o maior número de impressões possíveis dos moradores ou ocupantes. Mas, infelizmente, em algumas casas não foi possível realizar a entrevista, uma vez que mesmo voltando em horários diferentes a mesma encontrava-se fechada ou o ocupante não tinha interesse em atender.

O procedimento metodológico no ato das entrevistas foi o de iniciar com uma breve conversa. Inicialmente, foi explicado o motivo do trabalho, seguindo-se da apresentação e leitura dos seguintes documentos exigidos pela Plataforma Brasil e pela PPG para a realização

da pesquisa com humanos: “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)” e “Autorização de Gravação de Voz”, ambos mencionados no Parecer Consubstanciado do CEP (Anexo B). Cada entrevistado ficou com uma cópia dos documentos e, após posicionar o celular, iniciou-se a interlocução. A grande maioria das entrevistas se deu de maneira tranquila, em um ambiente de bastante quietude, algumas no interior das residências, outras nas varandas ou nos quintais das casas, como nas vilas dos operários. Em alguns poucos momentos houve ruídos de veículos, mas nada que prejudicasse a qualidade dos relatos no ato da transcrição.

Foi estabelecido o padrão de não utilizarmos nenhum nome completo dos entrevistados nas citações, pois ficou constatado que alguns não se sentiriam confortáveis em relatar certas situações sabendo que poderiam ser identificados. Diante disso, optamos por utilizar somente as iniciais dos nomes dos entrevistados e das entrevistadas.

Atuais ocupantes da Vila Giannetti

As entrevistas foram iniciadas pelos atuais ocupantes da Vila Giannetti. O plano de trabalho traçado foi o de ir pessoalmente a cada casa, em horário comercial, para abordar os servidores e trabalhadores. Resolvemos excluir as que são ocupadas por órgãos parceiros, pois os ocupantes são membros externos à universidade, podendo contribuir pouco para o fornecimento de informações históricas sobre as edificações e sobre seu processo de patrimonialização.

Desse modo, foram retiradas da lista as seguintes casas¹⁰: n.º 3 - FACEV; 5 - SENAR; 14 - EMATER; 18 - CREA; 23 - IBGE; 35 - IMA; 38 - Corpo de Bombeiros; 40 - AGROS; 41 - MAPA; 42 e 43 - FRATEVI; 44 e 45 - EMATER; 46 e 47 – EPAMIG; e 51- IEF¹¹.

Restaram, desta forma, 36 residências para realizar as entrevistas. Contudo, ao irmos a campo, percebemos que três edificações (as de n.º 4, 15 e 17) não existem. A de n.º 4 se refere a um estacionamento, e as outras duas não possuem vestígios de construção ou derrubada das casas, o que nos leva a crer que houve algum erro na numeração.

¹⁰ Para consultar a numeração e respectiva localização das casas, ver Mapa-3.

¹¹ É relevante dizer que, para ocupar as residências da Vila Giannetti, cada órgão ou unidade administrativa celebra um contrato de cessão de uso com a administração da universidade, cujas regras e exigências de uso e ocupação são estabelecidas, bem como o prazo da cessão. Alguns desses órgãos são os seguintes: Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (Facev), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Instituto UFV de Seguridade Social (AGROS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa (FRATEVI), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Desse modo, a Vila Giannetti não possui 52 residências, conforme geralmente é divulgado no campus UFV e sim 49. Das 33 restantes, algumas estavam fechadas no momento da realização das entrevistas, outras passando por reformas e em algumas sentimos que os ocupantes não quiseram participar, o que foi respeitado. Como as entrevistas foram realizadas no contexto da pandemia da Covid-19, entendeu-se que este pode ter sido um dos motivos pelos quais algumas casas se encontravam fechadas. Entretanto, mesmo diante das dificuldades, acreditamos ter conseguido um número razoável de entrevistados naquele local, um total de 16, cujos participantes variavam entre servidores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados e servidores técnico-administrativos que já se aposentaram e estão trabalhando como voluntários. Para maiores esclarecimentos sobre a situação das residências no momento das entrevistas, construímos a Tabela 2, disponibilizada no Capítulo 2.

As percepções gerais que podemos tirar dessas conversas são de que a grande maioria dos entrevistados e entrevistadas já havia, em algum momento, ouvido falar da história da Vila Giannetti como moradia para professores. Entretanto, mesmo entre esses que não sabiam que ela havia recebido a designação de patrimônio cultural da UFV, houve quem dissesse que “desconfiava” disso por conta do “rigor” na hora das manutenções. Acredita-se que essas falas se referem aos critérios regimentais de intervenção na Vila contidos no PDFA (2008-2017).

Essas questões sobre demandas de manutenção e descaracterização, além dos usos sociais da Vila Giannetti, bem como das outras vilas, serão assuntos melhor esclarecidos no transcorrer dos capítulos. Contudo, a conclusão que podemos tirar sobre as percepções deste grupo são as de que a maioria gosta de trabalhar na Vila Giannetti e desaprova a descaracterização das casas. Mas, ao mesmo tempo em que se sentem privilegiados por trabalhar naquele local, têm a sensação de abandono por parte da administração, tendo em vista que o discurso patrimonialista não está levando em conta as reformas e adaptações que atendem ao uso atual daquele patrimônio cultural.

Ex-moradores da Vila Giannetti

Em relação ao segundo grupo – ex-moradores da Vila Giannetti – o contato com os entrevistados se deu por meio de *e-mail* e mensagens de *WhatsApp*. As quatro pessoas entrevistadas são descendentes (filhos e filhas) de professores e professoras que ministravam aulas na UREMG, salvo por uma, que é ex-docente. Outra informação que cabe explicar é que as entrevistas não se deram de maneira sequencial. Pelo contrário, enquanto se agendava e marcava os encontros com esse grupo, aproveitavam-se os intervalos e percorriam-se as vilas

operárias e a própria Vila Giannetti. Sobre a quantidade de entrevistados, explicamos que se deu em função da dificuldade de entrar em contato com os mesmos, tendo em vista que a maioria já está em idade avançada ou não reside mais na cidade.

Segundo as impressões coletadas do grupo de ex-moradores da Vila Giannetti, percebe-se que as memórias estavam muito ligadas a fatos da infância, pois a maioria era criança na época em que residiu no local. Segundo essas narrativas, a convivência na Vila era muito tranquila e harmoniosa, as crianças brincavam bastante e todos interagiam bem com as famílias americanas¹², seja por meio de jantares ou festas no local. Ninguém se lembra de algum conflito que possa ter ocorrido naquele local.

Moradores das Vilas dos Operários

Sobre as entrevistas com os moradores das vilas dos operários, a metodologia foi parecida com a realizada com os atuais ocupantes da Vila Giannetti, de forma presencial. Contudo, nem todos os moradores quiseram ou puderam participar – casos estes que serão explicados especificamente. Outro fator a se mencionar é que a maioria das entrevistas com esse grupo foi realizada no meio externo, em varandas ou quintais das casas, à exceção de uma, que ocorreu na parte interna da Capela Católica do Cristo Rei, localizada na Vila Dr. Secundino, por escolha do entrevistado, e outra, de maneira *online*, também por escolha do entrevistado. A escolha para a realização das entrevistas em espaços mais arejados foi, em geral, feita pela pesquisadora, em função do trabalho ter ocorrido no contexto da pandemia da Covid-19, e por abordar muitas pessoas idosas. Outro critério adotado foi o de voltar ao menos duas vezes em cada casa, em horários diferentes, quando percebíamos que não tinha ninguém em casa, ou na indisponibilidade daquele momento, para agendar um outro dia e horário que fossem convenientes para o entrevistado ou entrevistada.

A primeira vila visitada foi a Dr. Secundino, situada nas proximidades do Departamento de Zootecnia¹³, composta atualmente por quatro casas, nas quais residem quatro famílias. Mas, segundo os relatos coletados, já houve vinte e duas¹⁴ famílias residentes, mas com o passar do tempo as outras residências foram demolidas.

¹² Segundo entrevistas com os ex-moradores e moradoras da Vila Giannetti, houve um tempo, provavelmente em meados da década de 1960, que havia várias famílias de professores americanos lá também vivendo. Muito provavelmente essa vinda se deu em função do Convênio com a Universidade de Purdue.

¹³ Para localização das vilas, consultar Mapa 2, Capítulo 2.

¹⁴ Sobre o número de casas que existia na Vila Dr. Secundino, verificamos que há um desencontro de informações, pois para os moradores haviam vinte e duas residências, já em estudos realizados na vila consta a quantidade de vinte e uma casas.

As quatro casas são as de números 5, 8, 9 e 10. Conseguimos participação presencial em 3 delas, e somente na de número 10 (a última casa localizada na Vila) é que não conseguimos realizar a entrevista, pois sentimos que o morador(a) não queria participar, isso foi respeitado. Ademais, realizamos uma entrevista de modo virtual, por meio do *Google Meet* (a pedido do entrevistado). Se trata de ex-morador da vila, que residiu na última e mais recente casa a ser demolida no local.

A Vila Araújo, segunda a ser visitada, fica localizada nas proximidades dos setores de Cunicultura e Suinocultura, pertencentes ao Departamento de Zootecnia. A Vila é formada por um conjunto de sete casas, das quais conseguimos a participação em cinco, quais sejam, as casas de números 1, 2, 5, 6 e 7. Nas casas de números 3 e 4 fizemos duas tentativas de contato em dias e horários diferentes, mas não houve sucesso.

A terceira e última vila de operários que ainda possui moradores é a Vila Dona Chiquinha. Localizada nas proximidades da avenida conhecida como “Nova P.H. Rolfs”, é composta por apenas três residências, das quais conseguimos participação de um morador de cada casa. Segundo relatos, já houve oito residências naquele local. O acesso a elas é um pouco difícil, pois a área está coberta por vegetação alta.

Nas Vilas Mattoso, Chaves e Sete Casas não houve entrevistas, pois nestas vilas não há mais moradores, encontram-se desativadas (Chaves e Sete Casas) ou com função administrativa (Vila Mattoso).

Membros da Comissão de elaboração do PDFA (2008-2017)

O último grupo de entrevistados que participou da nossa pesquisa são os membros da Comissão responsável pela elaboração do PDFA (2008-2017). O contato com este grupo se deu por *e-mail* e pessoalmente. O convite para participar da pesquisa foi feito a oito membros da comissão, mas apenas três responderam e foram entrevistados. A coordenação técnica para a elaboração do plano foi dividida em quatro grupos temáticos: (1) Físico-Territorial, (2) Institucional, (3) Meio-Ambiente, e (4) Mobilização e Participação. Utilizamos o critério de convidar ao menos dois membros de cada grupo temático. Contudo, conseguimos contato somente com três: uma pessoa do grupo 3 e dois do grupo 1. Uma quarta pessoa foi convidada e entrevistada por ter atuado na coordenação técnica do planejamento territorial da universidade.

As entrevistas deste grupo foram as mais longas. Nelas, os entrevistados discorreram sobre suas percepções acerca da definição de patrimônio cultural e paisagístico, além de

defenderem que o PDFA (2008-2017) trouxe diretrizes de preservação que até então não existiam na UFV. Segundo eles, apesar das recomendações não estarem sendo seguidas atualmente, elas foram uma espécie de guia para ajudar na expansão territorial da instituição de maneira “sustentável”.

As narrativas vão ao encontro de reiterar a preservação da Vila Giannetti pelo seu valor histórico e arquitetônico. Quando perguntados sobre as vilas operárias, alguns membros mencionaram que estariam de acordo com a inclusão das mesmas no rol dos patrimônios culturais do campus, tendo em vista a relevância arquitetônica do estilo de época e também pelas vivências dos moradores dali, mas que não o fizeram porque não houve demanda por parte de nenhum setor ou grupo que reivindicasse essa importância naquele momento. Vejamos um trecho de entrevista que ilustra esse argumento:

(...) elas têm a sua importância, e mereciam receber, por ter um valor histórico que elas representam, e pelo potencial que está atrelado não só as características, é, da arquitetura dessas edificações nessas vilas, pela forma como essas edificações foram implantadas, o que que eu digo forma? O traçado, o tamanho do lote, as características de ocupação e uso do solo, a localização delas, comparativamente ao centro do poder e a relação delas com a cidade de Viçosa. Uma tá mais perto do centro da cidade, as outras estão próximas aos locais de trabalho, tudo isso aí tem um conjunto de fatores históricos, de elementos, que tipificam a cultura de um determinado momento, que hoje não se trata de dizer que é certo, que é errado... Mas de reconhecer que ele reproduz uma forma de vida, quer dizer, reproduzia uma forma de viver e de tratar as pessoas que hoje, se mostrado pra outras pessoas, pra gente vê, “Será que é assim que nós, enquanto seres humanos, independentemente de conhecimento, de inteligência, de posição que a gente ocupa? Será que a gente precisa de ter esse aparente distanciamento que era criado entre senhores, e, não vou falar escravos, mas os que geravam, valor, recursos, para os mandatários?”. É claro que a administração da instituição não era, não lucrava diretamente com isso, mas reproduzia uma forma de ser de uma sociedade aí¹⁵.

A utilização da história oral na presente pesquisa oferece, a partir das trajetórias pessoais, elementos constitutivos das relações sociais, familiares, políticas e econômicas vividas na instituição por diferentes atores e atrizes sociais. Além disso, traz à tona as concepções patrimoniais voltadas para o discurso institucional, como indicam os relatos dos atuais ocupantes da Vila Giannetti e dos membros da Comissão do PDFA (2008-2017).

¹⁵ Trecho da entrevista A.C.G.T. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 1h13min. Data: 21 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

Contratos

Em relação à análise dos contratos, tanto os celebrados com os moradores das vilas dos operários quanto os celebrados com os órgãos administrativos e parceiros que ocupam as casas da Vila Giannetti atualmente, essa se deu por meio de pesquisa realizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Em relação aos moradores das vilas operárias, conseguimos pesquisar somente um processo, pois os outros estavam com restrição de acesso. Sobre o conteúdo, pudemos perceber que, a partir de 1993, por meio da Resolução N.º 3/1993 do CONDIR, que versa sobre a política habitacional para imóveis residenciais da UFV, houve a implementação de medidas administrativas que visavam normatizar a gestão destes imóveis, como o estabelecimento de taxa de ocupação (como um aluguel) e a emissão de contas de luz e água. Além disso, estabeleceu-se que, a partir daquela data, os imóveis se destinariam ao uso da expansão do campus, sendo ocupados por moradores somente aquelas edificações que fossem “consideradas essenciais, por sua localização em áreas estratégicas, de experimentação, pesquisa, produção, segurança, assistência ou manutenção de serviços fundamentais ao bom desempenho das atividades-fim” (UFV, 1993, s.p.). Acredita-se ser o caso da Vila Araújo, cuja maioria dos servidores que ali residem trabalham nos setores ligados ao Departamento de Zootecnia, que fica nas proximidades. Não cabe ao presente trabalho julgar se os preceitos do contrato estão ou não sendo cumpridos pelos moradores. À nossa discussão interessa apenas trazer à superfície as vivências e transformações que aqueles moradores imprimiram na paisagem daqueles locais e suas memórias.

Sobre os contratos realizados com os órgãos administrativos que se localizam na Vila Giannetti, notamos que recentemente entrou em vigor a nova normativa que aprovou o Plano de Uso e Ocupação dos Imóveis da Vila Giannetti, Resolução do CONSU N.º3, de 15 de fevereiro de 2022. Esta resolução versa sobre os pagamentos das taxas de manutenção, água, luz, ocupação, rede de dados e limpeza urbana. Além dos critérios de concessão que passarão a ser analisados pela Comissão de Espaço Físico (COESF), nota-se no teor destes contratos a menção à preservação da Vila Giannetti, em seu parágrafo único: “O ocupante não deverá poder alterar a fachada ou construir qualquer anexo sem expressa autorização da Pró-Reitoria de Administração, ouvida a COESF” (UFV, 2022, s.p.).

Sobre as regras de manutenção nas residências da UFV, foi possível, por meio da pesquisa, verificar que há uma diferença entre os imóveis da Vila Giannetti e os das Vilas Operárias. Em relação aos primeiros, como a Vila Giannetti figura no rol dos bens culturais da UFV, pudemos perceber que a mesma possui regras próprias de uso, ocupação e manutenção

que são regidas pelos contratos de cessão. Quando as atividades que são desenvolvidas nas casas são de departamentos ligados à UFV, a mesma se responsabiliza pela manutenção, mas quando não, os “locatários” são os responsáveis. Já em relação aos imóveis dos operários, verificamos na recente normativa o estabelecimento sobre as cobranças de valor de ocupação e energia elétrica. Entretanto, sobre a manutenção das casas, foi verificado nas entrevistas que a instituição não fornece ajuda de custo para essa despesa, ficando as manutenções sob a responsabilidade dos moradores que ali residem.

Diante do exposto, é claramente perceptível que as residências da Vila Giannetti se apresentam mais conservadas do que as das vilas operárias que, segundo relatos dos moradores, não possuem condições financeiras para tais reformas. Ressaltamos que a escolha por trabalhar com fontes documentais diversas possibilitou um maior embasamento documental para a pesquisa, o que propiciou uma compreensão mais inclusiva e democrática sobre o patrimônio cultural da universidade.

CAPÍTULO 1: ENTRE A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNISTA E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA

1.1 Patrimônios culturais da UFV

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) está situada na cidade de Viçosa, região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, a pouco mais de 200km da capital Belo Horizonte. Além do campus UFV-Viçosa, também é composta pelos campus UFV-Florestal e campus UFV-Rio Paranaíba, localizados nas cidades que acompanham o nome. Apesar da ampla área física que compreende a instituição, cabe aqui esclarecer que o presente trabalho irá abordar somente os bens culturais pertencentes e localizados na cidade de Viçosa.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI-UFV (2018-2023)¹⁶, o campus UFV-Viçosa possui, atualmente, 1.601,01 hectares de área física e 396.443,69 (m²) de área construída. Essa grande extensão territorial compreende, em seus espaços construídos, várias estruturas cujas finalidades se dividem entre de ensino, pesquisa, extensão e de infraestrutura urbana, quais sejam: edifícios que abrigam os departamentos de ensino, os dormitórios dos estudantes e a estrutura administrativa; centros agrários de experimentação e pesquisa; a biblioteca central; dois restaurantes universitários; um hotel; um restaurante particular; várias lanchonetes, um supermercado, uma indústria de laticínio, dois pavilhões de aulas, farmácia, bancos, uma capela católica, vilas residenciais, entre outros. Além disso, há muitos espaços verdes que recebem constante manutenção, como os diversos jardins, o chamado “Recanto das Cigarras” e o Horto Botânico, áreas com diversidade de fauna e flora que são utilizadas para socialização e para a educação ambiental, por meio de trilhas¹⁷.

Apesar de estar assentada em uma estrutura administrativa complexa e extensa¹⁸, não existe na UFV um órgão específico que seja responsável por gerir o seu patrimônio cultural, de

¹⁶ O PDI é um instrumento de planejamento e gestão, norteador das decisões e ações institucionais, instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) como parte do processo de avaliação institucional. Disponível em: <https://planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV>. Acesso em: 08 fev. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.dac.ufv.br/ufvtmhistorias/22/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

¹⁸ A estrutura organizacional da UFV é dividida em várias unidades administrativas e de ensino. Mencionaremos, devido à complexidade do organograma, somente as principais: (1) Conselho Universitário (CONSU) e (2) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); (3) Reitoria e Vice-reitoria; (4) Sete Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Ensino (PRE), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), Pró-Reitoria de Administração (PAD) e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO); (5) Campus UFV-Florestal, (6) Centro de Ciências Agrárias (CCA), (7) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), (8) Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), (9) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH) e (10) Campus UFV – Rio

modo que estabeleça diretrizes específicas. O que existe é uma unidade administrativa, a Divisão de Assuntos Culturais (DAC), ligada à Pró-Reitor de Extensão e Cultura(PEC), que pratica ações de cunho cultural norteadas por três áreas: Memória e Patrimônio Cultural, Produção Musical e Difusão Cultural. Apesar do esforço da área de Memória e Patrimônio Cultural, percebe-se que as medidas adotadas ainda estão muito imbricadas à concepção monumental de patrimônio.

Tal conceito é muito bem trabalhado pela autora Françoise Choay, historiadora e filósofa francesa em seu livro *A Alegoria do Patrimônio* (2006). Segundo Choay (2006, p. 17), o caráter monumental do patrimônio está ligado ao contexto da Revolução Francesa, no qual “os revolucionários de 1789 não pararam de sonhar com monumentos e de construir no papel os edifícios através dos quais desejavam afirmar a nova identidade da França”. Desta maneira, essa noção de monumentalidade se refere à grandeza e ao caráter imponente de uma obra ou edifício que inspira admiração e respeito. Segundo o pensamento da época, esses monumentos eram considerados testemunhos materiais da história humana e deveriam ser preservados para as gerações futuras.

Voltando ao contexto das áreas e legislações que gerem os patrimônios culturais da UFV, observamos que, além da unidade Memória e Patrimônio Cultural da DAC, encontra-se na universidade o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA), citado anteriormente, que desde 2008, em função da crescente expansão, tanto física como educacional da instituição, se tornou um documento norteador para gerir o uso e a ocupação dos espaços públicos. Em meio a diversas recomendações e diretrizes, consta nele uma seleção dos bens culturais que foram escolhidos pelos membros que o idealizaram para representar a identidade da universidade.

Para melhor compreendermos as memórias e narrativas que estão associadas à escolha desses bens patrimoniais, primeiro apresentaremos quais são eles. Segundo consta da lista de “patrimônio histórico”¹⁹ do PDFA (2008-2017), temos:

Paranaíba. A divisão em centros de ciências se refere ao agrupamento de cursos de graduação que possuem disciplinas e áreas afins. Disponível em: <https://www.ufv.br/organograma-geral/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

¹⁹Cabe esclarecer que o termo “patrimônio histórico” mencionado no PDFA se refere a uma visão específica de patrimônio, que está atrelada ao caráter temporal de ancienidade desses bens. Entretanto, observamos que, em certa medida, essa concepção tem sido reprovada pelos órgãos patrimoniais nacionais e internacionais, que atualmente estão adotando concepções mais abrangentes do termo.

Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”²⁰ (Figura 1). Trata-se da residência onde morou o professor Diogo Alves de Mello, primeiro professor e chefe do Departamento de Agricultura da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que também ministrou a primeira aula da instituição em 1927. Segundo consta nas mídias digitais oficiais da UFV²¹, essa é a última casa das dez construídas na década de 20. Essas dez casas se tratam das residências dos primeiros professores e diretores da ESAV. Como a Escola teve seu funcionamento inspirado no modelo dos internatos, era comum que os professores, alunos e trabalhadores morassem em suas dependências. Atualmente, a casa se tornou a sede do Departamento de Agronomia. Segundo Relatório Anual de Atividades do diretor da ESAV, datado de 1929,

A planta das dez casas construídas é a mesma, diferindo apenas algumas de outras na disposição da varanda e em pequenos detalhes da fachada, sendo ainda de se notar que em duas delas, devido ao declive do terreno em que foram construídas, aproveitou-se metade do porão. A descrição de uma das casas abrange, pois, a de todas ellas. (...) A planta ocupa a area de 135m² (9,00x15,0) e contem os seguintes compartimentos: varanda, salas de visitas e de jantar, 4 quartos, sendo um para empregada, dispondo este de instalação sanitária própria, banheiro, w.c., cosinha e despensa. O pé direito é de 3,30, todos os quartos dispõem de lavatórios e, junto á porta de serviço, no exterior da casa, se acha o tanque para lavagens de roupas. O custo médio de uma das 10 casas, computadas todas as instalações, foi de 28:864\$354 (ESAV, 1929, s.p.).

Pela descrição da planta acima podemos notar que as residências conferidas aos professores eram amplas e confortáveis. Além disso, eram dotadas de cômodos essenciais para a salubridade e o bem estar humano, como os banheiros, por exemplo, tanto para empregadas quanto para os professores. Essa é a diferença mais visível entre as casas dos operários e dos professores, pois os primeiros não possuíam esse cômodo no interior de suas residências, conforme veremos posteriormente, no decorrer do trabalho.

²⁰Segundo Resolução N.º 8 de 1996, o Conselho Universitário da UFV “aprovou o tombamento da área experimental do ‘Vale da Agronomia’, compreendida entre o prédio do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e o Departamento de Engenharia Agrícola”. Toda essa área foi denominada de “Campo Experimental Professor Diogo Alves de Mello”. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-961.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

²¹ Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br/casa-diogo-alves/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Figura 1 - Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Sistema composto de sete coletores de enxurrada, construídos no Campo Experimental Diogo Alves de Mello (Figura 2). Também era conhecido como sistema de drenagem. Esse tipo de sistema ajudava a controlar o fluxo de água da chuva, evitando danos causados às plantações e ao solo ocasionados pela erosão, bem como reduzindo os custos de manutenção e de reparo desses danos. Segundo José Bertoni (1949, p. 147), “os primeiros sistemas coletores para a determinação das perdas por erosão foram instalados em fins de 1942, na ESAV”. Inference-se, portanto, que sejam os mesmos instalados no Campo Experimental Diogo Alves de Mello. Entretanto, apesar de ter sido construído um conjunto de sete coletores, atualmente podem ser encontradas ruínas de apenas dois; o restante, segundo servidores que trabalham no local, foi destruído para dar lugar a sistemas mais modernos.

Figura 2 - Sistema composto de sete coletores de enxurrada. Entretanto, atualmente só existem dois, os outros foram destruídos e substituídos por mecanismos mais modernos



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Edifício P. H. Rolfs (Reitoria) (Figura 3). Trata-se da residência construída em 1925 para abrigar o primeiro diretor da ESAV, Peter Henry Rolfs, e sua família. Segundo informações das mídias oficiais da universidade²², durante muitos anos após a saída de Rolfs, a edificação serviu como residência dos diretores da ESAV, no primeiro andar, e de alojamento dos professores solteiros, no térreo. Em 1964 passou a ser a Reitoria da UFV. Segundo a portaria N.º 737/76²³, o Reitor da Universidade rendeu homenagem a Rolfs, considerado pela instituição como um dos fundadores da escola, nomeando o edifício com seu nome.

Considerando que o Sr. P. H. Rolfs realmente foi o organizador e primeiro diretor da Escola Superior de Veterinária; Considerando que o prédio, em que se acha instalado a Reitoria, serviu ao Dr. P. H. Rolfs como sua residência familiar; Considerando que se comemora em 1976 o “Ano de Cinquentenário” de inauguração da Universidade Federal de Viçosa. RESOLVE:

- a) Dar ao prédio onde funciona atualmente a Reitoria da Universidade Federal de Viçosa o nome do “Dr. Peter Henry Rolfs”
- b) Mandar se afixe, para memória indelével, à fachada do prédio referindo a seguinte inscrição: “ED. P. H. ROLFS” (UFV, 1976, s.p.).

Figura 3 - Edifício P. H. Rolfs (Reitoria)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho) (Figura 4). Edificação que faz parte do conjunto de construções do início da fundação da ESAV, em 1926. Segundo informações das

²² Se trata do site “vidaememória”, um projeto criado para “despertar o interesse e melhorar a interação da comunidade com recursos ambientais e culturais preservados no Campus da UFV pela informação (pequenos identificadores com a presença de QRcode), além de enfatizar a importância histórica e cultural”. Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br/o-projeto/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

²³ Disponível em: http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv/e/8/2/e8291c4931e2b772993abc00c97d7b1e3f39a5ec2c23a1e56f8ca531566684ef/Item__52_.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

mídias digitais da universidade, “nos primeiros tempos o edifício contava com dormitórios propriamente ditos, salas de estudos, instalações sanitárias e em seu subsolo funcionava a cozinha e o restaurante da instituição até o ano de 1964”²⁴. O edifício recebeu esse nome no ano de 1976, como homenagem ao engenheiro João Carlos Bello Lisboa, que foi diretor da ESAV e também conhecido como um dos fundadores da escola, pois veio para Viçosa com o objetivo de, na qualidade de engenheiro civil, auxiliar na construção dos prédios Ed. Arthur da Silva Bernardes e Prédio do Alojamento Masculino, que formariam o conjunto arquitetônico básico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Vejamos:

Considerando que o Dr. João Carlos Bello Lisboa foi, sucessivamente, engenheiro auxiliar, engenheiro-chefe, professor, vice-diretor e Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV; Considerando que à Universidade Federal de Viçosa cabe o dever nobre de render, neste ano de seu Cinquentenário, homenagem sincera ao Dr. João Carlos Bello Lisboa. RESOLVE:

- a) Dar ao edifício conhecido por Prédio de Alojamento Masculino o nome do Dr. João Carlos Bello Lisboa.
- b) Mandar se afixe, em homenagem perene, à fachada principal do referido prédio a seguinte inscrição: “ED. BELLO LISBOA” (UFV, 1976, s.p.).

Figura 4 - Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Estação Ferroviária (Figura 5). Edifício inaugurado no mesmo ano da ESAV (1926), o projeto foi elaborado pelo Escritório Técnico da Leopoldina Railway e executado por Bello Lisboa. A edificação foi ampliada em 1952 para abrigar o posto dos Correios e Telégrafos e,

²⁴ Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br/edificio-bello-lisboa/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

posteriormente, abrigou por muitos anos uma barbearia. Segundo documentos encontrados no *site* Atom, gerenciado pelo Arquivo Central e Histórico da UFV, o primeiro contrato celebrado para atravessamento da linha férrea entre a The Leopodina Raiway Company e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária data de 1934²⁵. A construção da estação foi importante para o crescimento da ESAV, tendo em vista que “foi construído um desvio para transporte de material, passando o desvio em frente ao prédio principal e alojamento, local de descarregar o material utilizado na construção (areia, pedra e madeira, por exemplo)”²⁶. Em 2003, a estação foi revitalizada para abrigar atividades culturais da universidade. Tais projetos fazem parte do escopo administrativo da Divisão de Assuntos Culturais (DAC), pertencente à Pró-Reitora de Assuntos Culturais (PEC).

Figura 5 - Estação Ferroviária



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Quatro Pilastras (Figura 6). As Quatro Pilastras foram construídas no final dos anos de 1920, com inspiração na edificação existente na Iowa State Agricultural College, hoje Iowa State University, instituição onde estudou Peter Henry Rolfs, cujos princípios básicos eram ‘Aprender Fazendo’ e ‘Ciência e Prática’. Em meados da década de 1930, o Professor João Moojen de Oliveira criou a expressão: “Ensinar, Saber, Agir e Vencer”, traduzida dos dizeres em latim *Ediscere, Scire, Agere e Vincere*, que se tornaram o lema da Universidade Federal de

²⁵ Disponível em: <http://atom.ufv.br/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br/estacao-cultural/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Viçosa e estão gravados nas pilastras. Ao entrar na universidade, avista-se a grafia em latim, e, saindo, avista-se em português²⁷.

Figura 6 - Quatro Pilastras



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Casa de Hóspedes (antiga residência do vice-diretor da ESA²⁸) (Figura 7). Segundo consta no relatório de construções da ESAV, escrito em 1929, a casa ocupa uma área de 18,30 x 11,00, conta com apenas um pavimento, com varanda, salas de visitas e de jantar, escritório, banheiro privado, banheiro social, dormitório, quatro quartos, sendo um para empregada, cozinha, despensa e sala de almoço (ESAV, 1929). Construída para moradia do Vice-Diretor Dr. João Carlos Bello Lisboa, foi ocupada pelos outros diretores a partir da década de 1940. Posteriormente, tornou-se Casa de Hóspedes, mas, atualmente, funciona como sede do Museu Histórico e Pinacoteca da UFV.

²⁷ SILVA, Fabricio Vaetim; BORGES, Vera A. Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e Os Pilares do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 29, p. 169-197, mar.2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

²⁸A sigla se refere à Escola Superior de Agricultura. Cabe lembrar que nesta época, a ESAV era formada por apenas dois cursos, denominados de escolas, quais sejam o de agricultura (ESA) e o de veterinária (ESV).

Figura 7 - Casa de hóspedes (antiga residência do vice-diretor da ESA)



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti (Figura 8). A construção da Vila Giannetti, um conjunto arquitetônico hoje composto por um grupo de 49 casas de arquitetura semelhante, teve início no final da década de 1940, em consequência de demandas políticas e sociais. No relatório de 1947 (ESAV, 1947) há um ofício de solicitação da Comissão de Professores (sem assinaturas), no qual a Comissão dizia que não havia casas de aluguel em número suficiente na cidade que pudessem abrigar todos os professores, bem como o distanciamento que mantinham de suas famílias era algo extremamente maléfico para a continuidade de seus membros. Outros argumentos também foram utilizados para pleitear a construção de residências para professores, conforme se pode verificar ao ler o ofício da Comissão de professores enviado à Secretaria da Agricultura, Indústrias, Terras, Viação e Obras Públicas, em 1947:

Os professores da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, com sede em Viçosa, vêm muito respeitosamente na presença de V.Excia. fazer um veemente apelo no sentido de que seja aumentado o número de residência para professores na Escola, apresentando as seguintes razões:

- 1- Há de há muito, falta absoluta de casas de aluguel em Viçosa. Êsse fato agravou-se de tal maneira que no momento há caso de professor ser obrigado a manter sua família em lugar distante, junto aos pais, enquanto presta os seus serviços à Escola e desesperançadamente procura uma habitação para morar;
- 2- Essa situação ainda mais se agravará com a própria vinda de 3 outros, atualmente nos E.Unidos em viagens de estudos e, para os quais não há residência disponível na cidade;
- 3- Êsse estado de cousas tem acarretado uma grande concorrência que determina insegurança para os próprios professores que já moram em casas alugadas, às vezes obrigados a cederem as suas moradias pretendentes que

oferecem maiores vantagens. Em consequência, não há a devida estabilidade no corpo docente, o que tem resultado falta de continuidade nos trabalhos didáticos e experimentais da Escola;

4- É mais vantajoso para a Escola, em consequência do regime de tempo integral a residência dos professores dentro dos seus próprios terrenos, pois, além de aulas são obrigados a outros trabalhos que exigem sua assistência fóra do expediente normal;

5- O plano inicial de construção da Escola, previu 20 (vinte) casas para professores e apesar do número deste ter sido muito aumentado, as habitações continuam sendo as 10 (dez) primitivamente construídas, apesar de vinte anos já se terem passado;

6- A Escola dispõe de elementos tais como pessoal técnico operários habilitados, olaria, pedreiras, oficinas, etc. que facilitam e barateiam as construções dessa natureza;

7- Existem locais apropriados à construções das novas residências junto às já existentes, reduzindo os custos de todos os tipos de instalações e evitando perda de área útil;

8- Além disso, por motivos semelhantes aos nossos é que organizações do governo federal e estadual, bem como empresas particulares procuram contribuir para com os servidores nas imediações dos institutos e oficinas de trabalho para maior eficiência nas duas atividades;

9- Se o Estado achar conveniente, os professores estão dispostos a pagar por essas novas casas uma quota razoável de aluguel.

Certos do elevado espírito de justiça e compressão de V.Excia. Esperando ser atendidos no nosso justo desejo, aproveitamos o ensejo para formular respeitosamente a V.Excia. os nossos ardentes votos de felicidade, na direção dos negócios dessa Secretaria e assim atenciosamente subscrevemo-nos (ESAV, 1947, s.p.).

Além dessa demanda social apresentada pelos professores, a construção da Vila também teve motivação política, dado que um dos pré-requisitos para se retornar a Escola Superior de Veterinária (ESV) para a ESAV, que havia sido transferida para Belo Horizonte, foi a construção de casas para todos os professores, além da construção do Hospital Veterinário e outras infraestruturas do curso. Tal solicitação, também está expressa na lei de estadualização da escola de 1948 (UREMG-1948).

Atualmente a Vila abriga em suas casas diversas unidades de ensino, pesquisa, extensão e unidades administrativas da UFV. Além de sedes de órgãos “parceiros”, alguns dos quais tem no seu escopo de trabalho correlação com as atividades desenvolvidas pela universidade.

Figura 8 - Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Réplica da Floresta (Figura 9). Trata-se de réplica inaugurada em 1992 para reproduzir a sede da Escola Nacional de Florestas (ENF)²⁹. Segundo Adailton Damiano dos Santos (2019), ENF funcionou na UREMG de 1960 até 1963, ocasião que, por motivos diversos, foi transferida para Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Segundo o mesmo autor, ela foi a primeira escola de ciências florestais do Brasil. O objetivo de sua criação era “afinar ainda mais os discursos e as práticas dos cientistas sobre a flora das matas mineiras: o uso dos seus recursos, o replantio de árvores e a necessidade de sua preservação” (SANTOS, 2019, p. 57). Adailton informa que, após a transferência para Curitiba, a UREMG criou em 1964 a Escola Superior de Florestas (ESF), que foi incorporada em sua estrutura administrativa. Segundo placas de comemoração e homenagem afixadas no local, conclui-se que o edifício continuou a abrigar salas de aula. Posteriormente, foi a sede do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e, atualmente, funciona como unidade da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram).

²⁹ Segundo informação colhida por meio de conversa informal com servidores antigos da UFV, a localização original do edifício da ENF situava-se onde é atualmente a UFV CREDI, cooperativa de crédito que fica próxima ao Edifício Arthur da Silva Bernardes. Contudo, não foram encontrados documentos que comprovem a veracidade dessa informação.

Figura 9 - Réplica da Floresta



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Conjunto de estruturas: **Edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia** (Figura 10), o **Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia** (Figura 11), a **Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia** (Figura 12), o **Laboratório de Sementes** (Figura 13), a **Fábrica de Ração** (Figura 14) e os **dois paióis** (Figura 15 e Figura 16) **localizados ao longo da Av. da Agronomia, na área tombada do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”**. Esse conjunto de construções foi erguido na primeira fase da fundação da UFV, antiga ESAV, para dar suporte e infraestrutura ao curso de Agricultura que, juntamente com o de Veterinária, foram os primeiros da escola. Segundo Relatórios de Construção (ESAV, 1929) elaborados pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, já eram executadas atividades na “Secção Agronomia”, como: beneficiamento de milho, arroz, algodão e outros produtos. Além da já utilização do depósito de máquinas e laboratórios rurais para a guarda de tratores, arados e demais máquinas agrícolas, o que comprova que as obras referentes a essas atividades já estavam prontas e utilizáveis neste período. Ainda hoje, todos os edifícios são utilizados para atender às finalidades do curso de Agronomia e disciplinas de áreas afins, sejam para salas de aula, laboratórios, depósitos de máquinas agrícolas utilizadas nos campos de experimentação, seja para aulas práticas de manejo do cultivo de grãos, hortaliças, frutíferas e outras culturas. Verificamos, deste modo, a finalidade de formar um profissional de agronomia que possuísse conhecimentos técnicos associados tanto à ciência teórica quanto à prática – preceitos estes alinhados com a filosofia do “aprender fazendo”, que fazia parte do escopo de ensino presente na ESAV na época de sua formação, e que ainda segue firme na instituição.

Figura 10 - Edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 11 - Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 12 - Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 13 - Laboratório de Sementes



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 14 - Fábrica de ração



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 15 - Paiol que se localiza do lado direito da Av. da Agronomia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 16 - Paiol que se localiza do lado esquerdo da Av. da Agronomia



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Laboratório de Dendrologia (casa sede da antiga Fazenda do Xaxá) (Figura 17). Edificação conhecida como Fazenda do Xaxá, em razão do apelido de seu antigo proprietário, Alexandre Ferreira da Silva, a edificação é a única remanescente das dez fazendas³⁰ adquiridas por ocasião da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), na década de 1920. Nos primeiros anos, a fazenda funcionou como um dos escritórios e almoxarifado da construção, e posteriormente passou a ser residência de professores. Em 1965, entretanto, ela passou a ser ocupada pelo setor de Dendrologia, pertencente ao Departamento de Engenharia Florestal, sendo utilizada até os dias atuais³¹.

³⁰ O terreno que deu origem à ESAV era formado por um conjunto de fazendas contíguas, que foram compradas pelo estado de Minas Gerais a partir do ano de 1922. Foram comprados, na época, 453 hectares de terras de dez proprietários pelo valor de 294:800\$000 réis, sendo os proprietários: Alberto Álvaro Pacheco, Alexandre Ferreira da Silva, os herdeiros de Antonio Massena, Antonio Vitarelli, Christiano Machado, José Tristão Gonçalves Guimarães, Huventino Octávio de Alencar, Laurentino Vieira, Lino Lopes Rosado e Octávio Pacheco (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1996).

³¹ CAPANEMA, Carolina M. Belezas de um mundo fabricado: arquitetura e árvores cultivadas. Viçosa. 2020. Disponível em: <<https://emtudovejonatureza.wixsite.com/inicio/post/belezas-de-um-mundo-fabricado-arquitetura-e-arvores-cultivadas>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Figura 17 - Laboratório de Dendrologia (casa sede da antiga Fazenda do Xaxá)



Fonte: Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez. 2022

Além dos patrimônios acima descritos no PDFa, existe na UFV o Edifício Arthur Bernardes (Figura 18) – que foi tombado pelo município de Viçosa, por meio do decreto municipal Nº 3603/2001. Foi o primeiro edifício a ser construído, em 1922, para abrigar todo funcionamento propriamente dito da ESAV. Deste modo, abrigava tanto as estruturas que compunham as atividades de ensino, como salas de aula, departamentos, biblioteca e laboratórios, quanto da administração da escola, como gabinete do diretor e dos professores e secretaria. Além disso, em seu subsolo funcionavam os alojamentos de estudantes.

Figura 18 - Edifício Arthur da Silva Bernardes



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

O início de construção da ESAV é marcado, segundo várias passagens dos relatórios de atividades (ESAV, 1929), por dificuldades financeiras. Em face disto, a ordem era potencializar ao máximo o uso dos recursos e a utilização de todos os materiais disponíveis no local das construções. Desse modo, alguns materiais de construção que foram utilizados no erguimento dos primeiros edifícios foram fabricados nas oficinas (olaria, ferraria e serralheria), que já se encontravam construídas na escola. Este é o caso do Edifício Arthur Bernardes ou Edifício Principal, que, após a administração constatar que o valor do milheiro de tijolos na cidade era alto, resolveu utilizar da produção da olaria que existia no terreno da instituição.

A primitiva olaria, em que foram fabricados os tijolos para o Edifício Principal, era situada a esquerda da avenida principal que penetra no Campo Experimental e defronte ao laboratório rural de Horticultura. Possuímos uma segunda olaria distante 1/2 kilometro da sede da Escola, no Vale do Cháchá. Depois de construídas as paredes do edifício principal, somente uma olaria era necessária, tendo sido por isto resolvido, em 1923, suprimir a primeira olaria. Tinha ella, muito má apparencia para permanecer tão proximamente da linha da Estrada de Ferro. Tendo sido usado por mais de dois anos, ficou o terreno recortado por varios trilhos muito endurecidos. O transito sobre estes trilhos se fazia em qualquer estado de tempo, por pasto, o sólo tornou-se mais duro do que duna estrada velha. Dos varios fornos, espalhou-se maior ou menos quantidade de cinzas. Foram espalhadas areia e argila sobre o terreno, consequentemente o hectare era appeior area de terreno que podia se encontrar, para ser utilizada para fins agricolas (ESAV, 1925, p.20).

Assim como as fontes documentais, Peter Burke (2017) nos diz que as imagens podem ser utilizadas como evidências históricas, desde que seja realizada uma análise crítica, procurando evidenciar a intencionalidade da sua representação, seu contexto e outros significados ocultos que elas podem possuir. Desse modo, a imagem não é a representação da 'verdade', mas produto cultural de uma sociedade que tem a intenção de comunicar alguma mensagem. Diante disso, iremos fazer uma breve análise da imagem que retrata a fase de conclusão do segundo andar do prédio principal (Figura 19).

Por meio dessa representação, podemos perceber que existem algumas pessoas (homens) trajando roupas mais escuras, parecendo ser ternos, e outras, a maioria, trajando roupas mais claras. Essa diferenciação nas vestimentas nos indica que se tratavam de pessoas que assumiam cargos diferentes na estrutura da ESAV, parecendo serem as de terno, os homens ligados a esfera administrativa, como os diretores e engenheiros, e os homens de roupas mais claras, os trabalhadores ou operários que estavam trabalhando na construção do prédio. O ato de se posicionar a frente das construções imponentes ou de máquinas inovadoras coaduna com a mensagem de passar o sentimento de progresso e modernidade. No caso da ESAV, a exemplo

dos relatórios de atividades escritos pelos diretores nos primeiros anos de sua construção e analisados na introdução deste trabalho, nos quais nos mostraram os relatos minuciosos de todo funcionamento da escola, também existem no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV várias fotografias que procuram ilustrar todas as fases da construção da ESAV, desde os edifícios até as plantações realizadas nos diversos campos de experimentação, dentre outras fotografias. Esses registros nos indicam que havia, por parte da administração da ESAV, uma intenção de documentar o progresso e as obras que dariam origem a escola. Isso demonstra, como já mencionado anteriormente, que a despeito dos períodos de escassez orçamentária porque estavam passando, a Administração conseguiu prosseguir com a construção da instituição.

Figura 19 - Construção do Prédio Principal

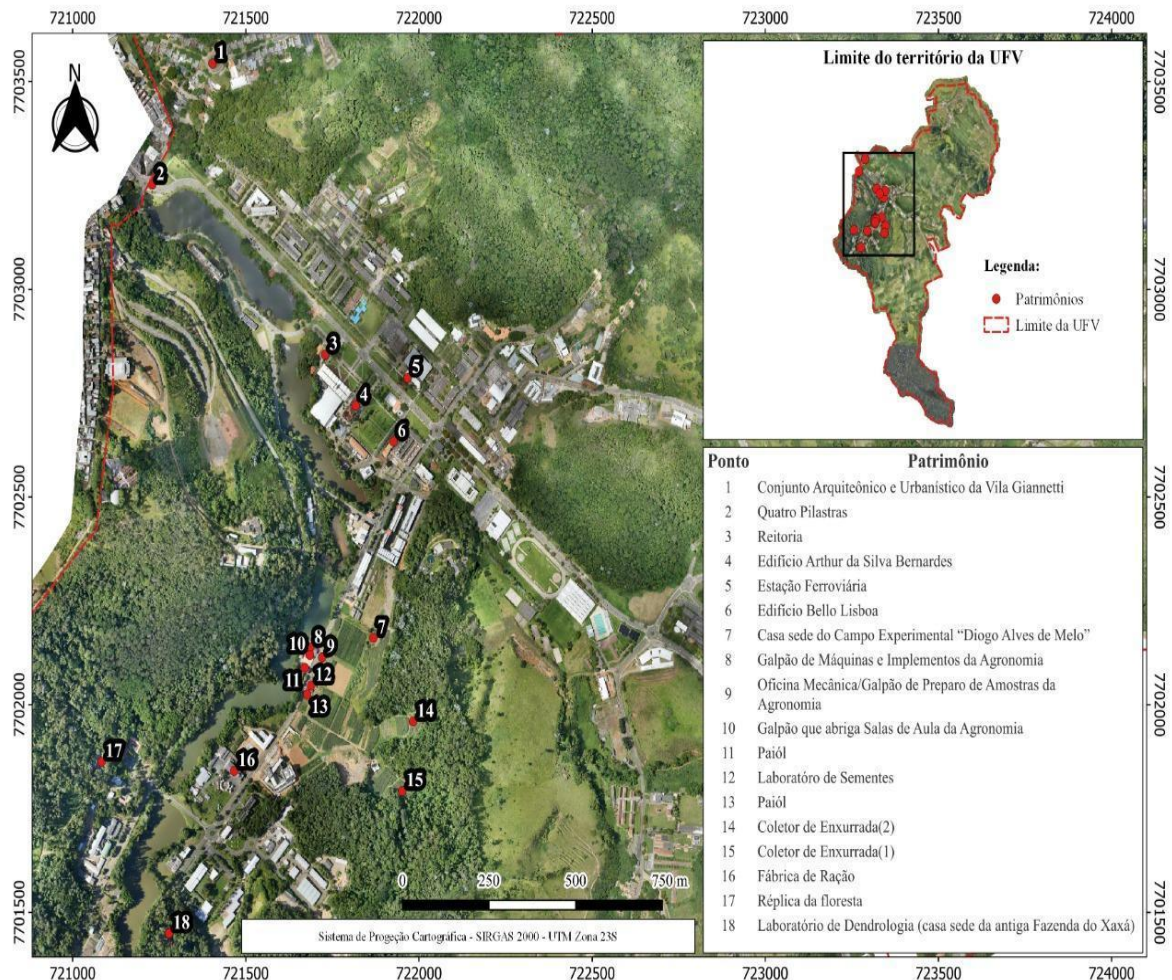


Fonte: Locus Repositório Institucional da UFV. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6158>. Acesso em 24 de nov. 2022.

Além do breve histórico sobre os patrimônios culturais elencados pelo PDFa, entendemos que é importante localizarmos espacialmente os mesmos dentro de seu terreno, conforme o Mapa 1, adiante. Acreditamos que alguns bens, por estarem contemplados dentro ou próximos de alguns eixos de expansão da instituição, sofreram medidas específicas de salvaguarda dentro do plano. É o caso do conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti que, por estar localizado na Zona de Uso Especial (ZUE), teve regras de intervenção específicas em seu território, assim como o chamado “Vale da Agronomia”, que engloba todos os conjuntos

de bens que representam o funcionamento do curso de Agronomia (Figura 1, Figura 2 e Figura 10 a Figura 16).

Mapa 1 - Localização dos Patrimônios Culturais da UFV, segundo o PDFA (2008-2017)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2022. Google Earth, referência do PDFA (2008-2017).

Como podemos verificar por meio das figuras acima, a escolha do conjunto de bens listados no PDFA (2008-2017) indica que foram fruto de decisões políticas realizadas por determinados grupos que buscaram privilegiar o patrimônio edificado. As memórias atreladas a eles são as que vão ao encontro do passado, isto é, do início da fundação da instituição, vinculadas às elites e com ênfase no curso de Agronomia, que teve destaque no contexto de surgimento da modernização agrícola no Brasil. Associadas a elas estão as concepções de modernidade e de progresso difundidas naquele período. É possível perceber, desse modo, que

são memórias elitistas e excludentes, uma vez que não abarcam a diversidade cultural que existia e ainda existe dentro do território³² da universidade.

Problematizando o discurso oficial veiculado pela UFV, a sua constituição, tanto física como educacional, se deu em diferentes fases, o que refletiu diretamente na escolha de alguns bens como, por exemplo, o conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti, que teve seu planejamento de construção iniciado em finais da década de 1940, na fase de implantação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Já os outros se referem à fase de fundação, época da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), na década de 1920.

Para contextualizar melhor sobre esses conjuntos arquitetônicos, faz-se necessário lembrar como se deu o início do empreendimento da instituição de ensino. Segundo o discurso hegemônico, presente nas mídias institucionais e nas obras memorialistas sobre a história da universidade, a construção da mesma teve sua formação empreendida em três fases: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Entretanto, antes de explanarmos sobre elas, cabe salientarmos que esse discurso organizado e desprovido de conflitos e relações com os fatos históricos que ocorreram no período foi objeto de estudo da autora Isabel Pompermayer, em sua dissertação de mestrado. Para Pompermayer, o intuito de divulgar e manter uma narrativa sobre o passado da instituição que fosse eloquente, saudosista e que elevava sempre as memórias dos precursores tidos como responsáveis pela fundação e organização da UFV, sobretudo na fase da ESAV, se deu com o objetivo de promover a identidade e a coesão da universidade. Para verificar como isso ocorreu, a autora buscou trabalhar as memórias coletivas sobre a escola e estabelecer o seu quadro de referências (POMPERMAYER, 2018).

O quadro de referências ao qual se refere Pompermayer (2018) diz respeito às obras memorialistas sobre a instituição, que são, em sua maioria, publicadas em datas comemorativas, com o objetivo de manter a valorização e o *status* social da atual UFV. Ele também se refere ao conjunto de autores e editores, servidores que são autorizados pela escrita desta memória. Ainda para a autora, esse quadro

(...) evidencia a intencionalidade que serve à instituição, no sentido de tecer elogios às gestões passadas e às vigentes, consolidando os grupos que ocuparam funções de destaque na instituição, bem como de proporcionar, sob

³²Ressaltando que, neste trabalho, o conceito de território será o utilizado pelo viés do autor Milton Santos, que diferencia: “território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 27).

a proteção desse quadro de poder, coesão entre seus membros (POMPERMAYER, 2018, p. 70).

Após a breve problematização do discurso hegemônico sobre a universidade, que vem sendo reproduzido ao longo do tempo, iremos falar um pouco sobre como se deu a constituição da mesma. A ESAV foi criada pelo Decreto 6.053³³, de 30 de março de 1922, pelo então presidente do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. Sua jurisdição compreende o período de 1922 a 1948 e está imbricada no modelo de modernização³⁴ dos processos produtivos brasileiros, fase em que foram instaladas as atividades didáticas e os cursos fundamental e médio. O modelo buscava seguir o ideal de ensino norte-americano das Land Grand Colleges, com seus três campos básicos: ensino, pesquisa e extensão (SABIONI; BORGES; MAGALHÃES, 2006). Apesar de inspirar-se em um padrão importado norte-americano, a ESAV também incorporava muitos dos aspectos do funcionamento rígido dos patronatos agrícolas brasileiros, os quais buscavam seguir uma conduta de obediência rígida aos preceitos morais e cívicos do trabalho e da saúde do corpo.

Segundo o Regulamento dos Patronatos Agrícolas, criado por meio do Decreto Federal n.º 13706, de 25 de julho de 1919, essas escolas funcionavam como internatos, que se guiavam por regras rígidas de conduta moral, cívica, física, profissional, de obediência, higiene e saúde, e cujo foco era o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do trabalho agrícola. Os funcionários que ali trabalhavam poderiam ou não fixar residência no local (BRASIL, 1919).

O intuito era a manutenção da população rural no campo. Para isso, acreditava-se que era preciso possuir certo nível de conhecimento para “melhorar” e diversificar a produção agrícola, que deveria ter como destino a exportação e, conseqüentemente, segundo a narrativa proferida, melhorar a condição de vida daquela população. O discurso educativo em voga era regido pelo desejo de controle social, em que o ensino era diferenciado em três níveis destinados a distintas classes sociais: elementar (agricultor e lavrador), médio (capatazes ou administradores) e superior (engenheiros agrônomos, a parcela intelectual que tomava as decisões). Desse modo, as escolas funcionavam como aparelhamento ideológico do Estado, ao passo que o objetivo era formar homens disciplinados moral, mental e culturalmente na moderna prática de técnicas agrícolas, para que pudessem promover o aumento da produção

³³Disponível

em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=6053&comp=&ano=1922>. Acesso em: 3 out.2022.

³⁴ Sobre o conceito de modernização ver: COELHO, France Maria Gontijo (1999); RIBEIRO, Maria das Graças Martins (2016); e SILVA, Gustavo Bianch (2014).

agroexportadora e para a futura ocupação de cargos públicos. Neste último caso, o acesso estava restrito aos homens³⁵ que tinham recebido instrução média e superior, com a intenção de que pudessem dar continuidade ao processo de abastecimento do mercado externo (AZEVEDO, 2005).

Segundo Silvia Fávero Arend (2013), no início do século XX houve uma ampliação da escolarização das mulheres. Aquelas advindas das “famílias das elites e dos setores médios passaram a frequentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário nas escolas confessionais católicas femininas e de outras congregações religiosas presentes nas capitais dos estados da federação” (ARENDA, 2013, p.72). No que concerne à educação feminina no âmbito do ensino agrônômico no Brasil, regido pelo Decreto Federal n.º 8.319, de 20 de outubro de 1910, havia a previsão no Art. 354 de instalação de “escolas domésticas agrícolas, de caráter elementaríssimo, ligadas aos estudos primários, as quais visavam preparar as filhas dos cultivadores para os misteres da vida agrícola, conforme a expressão contida na própria lei” (BRASIL, 1910). Entretanto, não foi possível encontrar documentos que tratassem da presença feminina nos cursos de Agronomia e Veterinária nos tempos da ESAV, o que leva a crer que a escola tinha o ensino voltado para a educação dos homens.

Somente em 1952, em decorrência da Lei n.º 272, de 13 de novembro de 1948, que criou a UREMG, quando a Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) foi fundada, dando origem ao curso de Economia Doméstica que as mulheres passaram a ter acesso ao ensino na universidade. De acordo com informações institucionais, veiculadas no *site* da universidade e presentes na página oficial do curso,

O curso foi criado a partir de um convênio firmado entre as universidades de Viçosa e de Purdue, nos Estados Unidos, visando formar profissionais para trabalhar no emergente programa de extensão rural, abrindo espaço para a formação profissional das mulheres em uma escola até então exclusivamente masculina (UFV, 2022, s.p.).

Não é a proposta deste trabalho fazer um estudo de gênero sobre a educação que se ministrou no início da fundação da UFV. Contudo, pudemos notar que, assim como as outras memórias que foram silenciadas na escolha dos patrimônios culturais da universidade, as mulheres também foram relegadas a este lugar. Desse modo, iremos fazer aqui uma breve exposição sobre o curso de Ciências Domésticas, bem como sua relevância para a história da

³⁵O uso do gênero aqui é intencional na medida em que a ausência de mulheres nos cursos de Agricultura e Veterinária era o comum.

instituição, uma vez que um dos objetivos do trabalho é discutir o discurso hegemônico que direcionou as escolhas patrimoniais.

As Ciências Domésticas surgiram nos Estados Unidos no início do século XX, como demanda do desenvolvimento industrial e da urbanização. As mulheres começaram a trabalhar fora de casa em grande número, e a estrutura familiar tradicional foi alterada. Como resultado, surgiram preocupações com o bem-estar das famílias e a necessidade de oferecer educação e formação para lidar com essas mudanças. Foi nesse contexto que surgiu a ideia de um curso que abordasse temas como nutrição, saúde, higiene, vestuário, gestão doméstica e puericultura. Essa nova área de estudo foi inicialmente chamada de “Economia Doméstica”, e tinha como objetivo formar profissionais capacitados para atuar como educadores, consultores e líderes comunitários, capazes de ajudar as famílias a enfrentar os desafios do mundo moderno³⁶.

Em função da relação entre UREMG e Universidade de Purdue, o curso de Ciências Domésticas foi trazido para Viçosa com o objetivo de implantar e iniciar a extensão universitária por meio do saber técnico. Desse modo, a instituição se tornou a primeira universidade brasileira a fundar o curso, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento rural. Entretanto, a autora Camila Fernandes Pinheiro (2018) faz uma crítica à formação dada pelo curso, uma vez que era de aspecto genérico e que desconsiderava as especificidades da vida rural.

(...) o surgimento da Economia Doméstica como profissão esteve intimamente ligado às demandas da Extensão Rural e, por isso, o curso se consolidou com um forte caráter técnico, via transferência de modelos de ensino norte-americanos. Sob o signo da modernidade, o curso recebia mulheres saídas do âmbito do privado, ao mesmo tempo em que as formava para serem difusoras de valores que associavam as mulheres ao doméstico. Bem como no Sistema Brasileiro de Extensão Rural, os “modernos” saberes ensinados às alunas da ESCD, posteriormente Departamento de Economia Doméstica, pautados em paradigmas industriais, traziam consigo uma série de paradigmas a se imporem sobre as mulheres do campo de maneira genérica, fossem elas professoras da ESCD, alunas ou “beneficiárias” da prática extensionista (PINHEIRO, 2018, p. 9).

Nota-se, desse modo, que as Ciências Domésticas tiveram sim papel de relevância para a instituição, seja na implantação da extensão universitária ou como o primeiro curso do âmbito

³⁶AMARAL, Júnior J. C.; ALVES, A. E. S. Ellen Richards e as “Ciências Domésticas”: elementos para a compreensão da proposta científica de Economia Doméstica. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 9, p. 230-251. 2020. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 31 mar. 2022.

no cenário brasileiro. A exclusão do seu edifício da seleção dos patrimônios culturais da UFV, só evidencia que as escolhas foram de cunho patriarcal, dentre outros critérios.

Passando para a constituição do corpo administrativo da ESAV, de acordo com o Decreto n.º 7.323, de 25 de agosto de 1926, que instituiu o regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais, ela era composta pelos seguintes membros: “(...) o diretor, o secretário, o bibliotecário, o administrador da fazenda, o porteiro e os serventes” (SABIONI; BORGES, 2010, p. 41). Existia, também, a Congregação³⁷, “(...) constituída pelo Diretor e pelos professores catedráticos e auxiliares da Escola (...), que tinham como uma de suas incumbências a de cooperar na administração da Escola” (*Ibidem*, p. 45).

Já na fase da Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), ao analisar os organogramas, observou-se que a estrutura administrativa da instituição começou a ganhar forma mais robusta. Este período é marcado pela transferência da administração da escola para o estado de Minas Gerais por meio da Lei estadual n.º 272, de 13 de novembro de 1948. Constituída pela antiga ESAV, a UREMG também era composta pela Escola Superior de Veterinária, que retornava a Viçosa após ter sido transferida para Belo Horizonte em 1943; pela Escola Superior de Ciências Domésticas; e ainda pela Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão.

Esta fase foi pautada pelo discurso de dificuldades econômicas, tema abordado com frequência nos relatórios de atividades escritos pelos diretores desde a fase da ESAV, atas e cartas escritas tanto por diretores de departamento quanto pelos diretores da UREMG, nas quais frisam sobre o descumprimento do Estado em enviar os recursos orçamentários. Mas, a despeito disso, a universidade passava por um período de crescimento, tanto em investimentos financeiros quanto em expansão física. Este fato é atribuído pela autora Maria das Graças Ribeiro aos “acordos de cooperação firmados pela UREMG com os Estados Unidos, os quais tiveram sobre a mesma impactos de grandes proporções, contribuindo decisivamente para a modernização da instituição” (RIBEIRO, 2007, p. 51).

Um dos acordos que mais trouxeram impactos para a UREMG foi o celebrado com a Universidade de Purdue³⁸. Firmado em 1951, este convênio teve várias renovações até findar

³⁷ A Congregação era um grupo deliberativo formado por professores e a direção central da ESAV, que tinha como objetivo discutir os rumos pedagógicos e administrativos da escola. Era um grupo que definia várias ações como: punições por infrações, calendário de avaliações, conteúdos e disciplinas ministradas, entre outros. Tinha o funcionamento parecido com o desempenhado pelos Conselhos Escolares (PAES, 2017, p. 11).

³⁸ Localizada em West Lafayette, Indiana, é uma universidade tradicional norte-americana criada na segunda metade do século XIX por meio da Lei de Concessão de Terras Morril, por meio da qual a federação entregava terras públicas aos estados que concordassem assentar nelas faculdades cujo ensino se embasasse na agricultura e nas artes mecânicas. Atualmente, segundo consta no *site* oficial da Universidade, a mesma procura seguir um

em 1970. Seu objetivo consistia em um acordo de cooperação técnica e científica assinado após a Segunda Guerra Mundial entre Brasil e Estados Unidos, no qual este último, por meio desta relação, buscava ampliar sua zona de influência nos países da América Latina. Tal cooperação propiciou o intercâmbio entre professores brasileiros e norte-americanos. Os primeiros passavam um curto período de tempo na Universidade de Purdue, buscando aprender sobre a chamada moderna ciência agrícola. Aos últimos, por sua vez, cabia ajudar a expandir as práticas da extensão rural no Brasil. Além deste convênio, outros firmados com empresas privadas, como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, que por meio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), criada para coordenar os acordos e convênios, fizeram grandes investimentos de infraestrutura na UREMG, como a construção e ampliação de laboratórios e a construção do Departamento de Engenharia Rural (SILVA, 2014).

Cabe aqui esclarecermos o conceito de “modernização” que permeou a fase da UREMG. Segundo Gustavo Bianch Silva (2014), os discursos de modernização agrícola no qual se pautavam os cursos de extensão rural difundidos no Brasil durante este período pelos técnicos agrícolas norte-americanos ligados ao projeto Purdue, e também pelas agências de crédito agrícolas, estavam amparados na deslegitimação das práticas agrícolas tradicionais. Segundo as narrativas hegemônicas da época, a agricultura rotineira praticada pelos produtores brasileiros estava ligada a aspectos de um passado atrasado que precisava ser superado, para que os produtores pudessem obter maiores benefícios em relação à produção. Para Martine (1990 *apud* SILVA, 2014, p.16), “as supersafras contribuíram para fortalecer uma imagem de uma agricultura moderna, autossuficiente, de consequências sociais inevitavelmente benéficas”. Na verdade, observa-se que esse discurso estava transpassado por interesses políticos e econômicos excludentes, que beneficiavam os grandes produtores rurais e o mercado externo norte-americano e excluía os pequenos produtores rurais.

Para a autora France Maria Gontijo Coelho (1999), o processo de modernização das escolas agrícolas estava pautado pela mudança do paradigma no sistema de ensino que já estava atribuído a elas desde a fundação. A supervalorização das competências técnicas e do ensino prático foi a razão de ser dos profissionais agrários que despontaram no final do século XIX e início do XX no cenário brasileiro.

Ao final do séc. XIX, a homogeneidade ideológica das elites e a forma centralizada do estado monárquico sofrem um abalo, com a introdução de novas correntes de pensamento europeias, como o positivismo e o

evolucionismo naturalista. Se, anteriormente, a ênfase na formação das elites fazia-se preferencialmente, em termos eruditos, agora, a formação técnica irá receber reconhecimento como *habitus* necessário à promoção do progresso e reforma social. (...). O positivismo brasileiro aproximou-se, então, muito mais da vertente cientificista, que reforça a ideia de um poder executivo forte, com capacidade de governar, e a necessidade de competências técnicas em lugar de uma dinâmica política representativa. Surge dessa perspectiva o crescente prestígio das escolas de engenharia e dos engenheiros, como “os profissionais do progresso”, os construtores da ordem “racional” e a incorporação do novo a essa ordem (COELHO, 1999, p. 70).

Seguindo esse roteiro, foram criadas, no Brasil, as escolas agrícolas nas quais instituiu-se a introdução de novas técnicas, como irrigação e uso de maquinário na produção agrícola. Ainda no contexto de modernização da UREMG, as remessas de recursos enviadas à universidade por meio dos convênios celebrados, tanto com a Fundação Ford e Rockefeller, quanto com o projeto Purdue, muitas vezes serviam para aparelhar a infraestrutura da escola.

Além do campo da pesquisa, os investimentos foram direcionados para a construção de diversos departamentos, como o de Economia Rural e de Ciências Domésticas, para compras de máquinas e equipamentos, para a construção da biblioteca, laboratórios e criação de campos de experimentação. Ademais, houve também remessas revestidas para a construção de uma das casas do conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti, a casa de n.52, financiada pela Fundação Ford, que teve sua construção erguida em tempo recorde para abrigar o responsável pela fundação durante o período que durasse o convênio (SABIONI; BORGES; MAGALHÃES, 2006). Além disso, por diversas vezes esses recursos também foram utilizados para o pagamento de professores e funcionários³⁹.

A terceira e última fase de constituição da atual Universidade Federal de Viçosa refere-se à federalização da instituição de ensino por meio da incorporação da UREMG, instituída pelo Decreto-Lei Federal n.º 570, de 08 de maio de 1969⁴⁰. Esse período representou o início de vários marcos de expansão e desenvolvimento do campus de Viçosa ao longo dos anos. Um dos mais visíveis e atuais foi a adesão da universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, que permitiu a ampliação de vagas por meio da criação de cursos

³⁹ Esses e outros assuntos foram discutidos nas diversas reuniões que se deram no âmbito do Conselho Universitário da UREMG, como demonstrado nas ATA de n.º 8/1951, no qual podemos encontrar sobre a doação da Fundação Rockefeller; na Ata n.º 9/1952 sobre a vinda de professores da University Purdue para UREMG para trabalhar no serviço de extensão e Economia Doméstica. Além de mais uma doação da fundação Rockefeller para aparelhamento de laboratórios.

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0570.htm. Acesso em 09 out. 2022.

de graduação, como os cursos de Ciências Sociais e Engenharia Mecânica, por exemplo. Além disso, gerou o aumento no número de vagas nos concursos públicos para técnicos administrativos e docentes. O intuito era ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior nas universidades públicas brasileiras⁴¹. A adesão ao REUNI certamente influenciou a elaboração do PDFA, documento que prevê o enquadramento dos bens culturais da universidade, já que era de se prever que a expansão da instituição causaria impactos nos processos de ocupação territorial do campus e, conseqüentemente sobre seu patrimônio.

Segundo o artigo da autora Rúbia Fonseca Roberto (2011, p. 318), que trata sobre a reestruturação porque passou a UFV em atendimento à adesão ao programa REUNI, uma das construções que constava neste documento foi a erguida para abrigar os “(...) edifícios destinados à área da Saúde”. Tais edifícios que abrigam os cursos de Medicina e Enfermagem e que se localizam próximo à popularmente conhecida “avenida da saúde” estão muito próximos a uma antiga vila dos operários, a Vila Dr. Secundino de São José. Essa Vila está sofrendo impacto direto da reestruturação física que foi implementada naquela região, uma vez que vem paulatinamente sendo destruída. Tal ação teve respaldo primeiro no planejamento da reestruturação dos novos projetos de construção e ocupação territorial implementados pelo REUNI e, posteriormente, sua consagração se deu com o PDFA, que em sua “Seção VI – Do uso e ocupação do solo na zona de expansão 2 (ZEx2)”, no item VIII, diz que “a área da Vila Secundino deverá ser futuramente destinada a expansão do CCB” (PDFA, 2008, p. 24).

Apesar de estar localizada em uma zona de expansão física, a Vila Secundino, assim como sua contemporânea abastada, a Vila Giannetti, tem sua construção e constituição enquadrada na história de fundação da UFV. Entretanto, por suas memórias não se enquadrarem no discurso oficial elitista da fundação da instituição, a mesma foi silenciada, da mesma maneira que as memórias das outras vilas operárias.

Essas diferenças podem ser explicadas, segundo o autor Michel-Rolph Trouillot (1995, p. 59), como dadas pelo “(...) desnível de poder na produção de fontes, arquivos e narrativas”, consideradas como formas de se moldar o conhecimento histórico por meio da perspectiva de certos grupos sociais. A partir disso, podemos afirmar que a história é uma construção social forjada pelos interesses de poder que existem em determinado momento histórico. Trouillot (1995) mostra como as narrativas históricas são criadas a partir de um processo de seleção e

⁴¹ Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 09 out. 2022.

exclusão, e que os eventos, pessoas e experiências que não se encaixam nos padrões dominantes são, muitas vezes, silenciados ou marginalizados.

Assim, verificamos, deste modo, que as memórias que estão atreladas aos patrimônios culturais da instituição remontam ao discurso hegemônico de um passado patriarcal, elitista, grandioso e de superação de dificuldades, o qual desconsidera os conflitos sociais nos diferentes contextos históricos em que os atores e as atrizes do passado estavam inseridos. Diante disso, não é de se estranhar que os bens culturais elencados no PDFA estejam associados àquela que é considerada a fase áurea da instituição, a saber, a época de idealização e construção de seus primeiros edifícios e equipamentos, vinculados ao ideal de progresso e civilização vigentes no período, como expressos pelos edifícios Arthur da Silva Bernardes e Bello Lisboa (Alojamento Velho). Do mesmo modo, ocorreu a valorização de estruturas associadas à cultura norte-americana, representada pelas Quatro Pilastras, e por aspectos construtivos da Vila Giannetti. O fenômeno explica também a valorização do contexto de modernização e mecanização da produção, no qual a universidade esteve imersa, representada no PDFA pela Estação Ferroviária e pelas máquinas localizadas no “Galpão de máquinas e implementos da Agronomia”.

1.2 Breve histórico sobre os órgãos de proteção patrimonial brasileiro

Para realizar uma análise dos discursos que estão atrelados aos patrimônios culturais, observa-se que se torna fundamental a compreensão dos contextos sociais nos quais os valores que os determinam são forjados. Para o autor Michel Foucault, em seu livro *A Ordem do Discurso* (1970), o discurso surge como uma forma de poder impulsionada pela necessidade de suprir a “vontade de verdade” que surge nas diversas sociedades ao longo do tempo. Munidos deste poder, certos grupos criam e se apropriam de discursos para impor ou silenciar outros, sendo este um *modus operandi* pelo qual obtêm controle social, em especial, nas instituições. Para Foucault, “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1970, p. 10). No caso do patrimônio, o discurso é utilizado para impor uma identidade a sociedade, por meio de valores generalizados que não refletem sua diversidade cultural, mas que representam apenas uma pequena parcela da população, em sua maioria, as elites.

Alinhado a este pensamento, estudos mais recentes começaram a trabalhar no sentido de fazer uma crítica a esse discurso autorizado do patrimônio, como denominado por Laurajane Smith (2021). A autora espanhola Guadalupe Jimenez Esquinas (2017) utiliza da perspectiva

feminista para isso. Segundo ela, existe ausência do gênero em vários campos do patrimônio, sejam nas representações dos bens culturais ou nas próprias instituições gestoras. Neste sentido, ela argumenta que, muitas vezes, o patrimônio cultural é definido e valorizado a partir de uma perspectiva masculina e hegemônica, o que leva a uma exclusão sistemática das contribuições e experiências das mulheres na construção da cultura.

El patrimonio no sólo ha sido creado y ha venido siendo usado para sustentar los grandes discursos del nacionalismo, del imperialista, colonialismo, elitismo cultural, triunfalismo occidental y la exclusión social basada en clase y etnicidad, sino que también ha sido creado y usado por y para sustentar a los grandes hombres occidentales de las elites sociales y económicas en el poder en base a la perpetuación de las jerarquias sexo-genericas (ESQUINAS, 2017, p. 23)⁴².

Outro ponto analisado por Esquinas é a limitação de valores que se atribui aos bens culturais. A autora propõe que devemos abordar o patrimônio cultural de forma mais ampla, considerando não apenas os valores de cunho tradicional, mas também os representados por aspectos mais sensíveis. Nesta perspectiva, Laurajane Smith (2021) traz a visão de atribuir caráter afetivo ao patrimônio. Este, evocado por meio da memória, no sentido da memória coletiva analisada por Halbwachs (1990), emerge por intermédio das lembranças vivenciadas pelos grupos.

Entretanto, observamos que a trajetória até a chegada dessas novas concepções não se deu sem conflitos e ainda estão longe de ser amplamente aplicadas. No caso brasileiro, podemos notar nas bases de fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (órgão público criado em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas para gerir os assuntos e as escolhas dos patrimônios culturais brasileiros) que os valores atribuídos aos patrimônios iam ao encontro de forjar uma identidade cultural, de valor universal para o Brasil, cuja finalidade era a valorização e construção da ideia de nação. Alinhado a esse pensamento, eram escolhidos somente patrimônios que representassem valores históricos, artísticos e arquitetônicos vinculados a “fatos memoráveis da história do Brasil”⁴³. Estes, por sua vez, estavam atrelados aos critérios de anciandade, valor estético ou caráter excepcional.

⁴²Tradução livre: O patrimônio não foi apenas criado e utilizado para sustentar os grandes discursos do nacionalismo, do imperialismo, do colonialismo, do elitismo cultural, do triunfalismo ocidental e da exclusão social baseada na classe e na etnicidade, mas também foi criado e utilizado por e para sustentar os grandes homens ocidentais das elites sociais e econômicas no poder baseadas na perpetuação de hierarquias sexo-gênero (ESQUINAS, 2017, p. 23).

⁴³ BRASIL, Decreto-lei n.º 30/11/1937. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/522691>. Acesso em: 31 mar. 2022.

O patrimônio é campo de discussões e disputas de poder, no qual observamos, muitas vezes, que o discurso dominante é transportado para os diversos “suportes de memória” (HALBWACHS, 1990) que representam as identidades coletivas. Estas são, muitas vezes, excludentes e é importante lembrar que nos primórdios dos discursos de fundação do SPHAN essas disputas estavam em plena ação. Havia no interior do órgão, disputando as narrativas patrimonialistas, duas correntes distintas: a dos modernistas e a dos neocolonialistas, os quais defendiam diferentes perspectivas sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Os modernistas, liderados por Mário de Andrade, defendiam uma abordagem mais diversificada para preservar o patrimônio cultural do Brasil, que levasse em conta não apenas os valores históricos e artísticos dos bens nacionais, mas também a cultura popular e as tradições regionais. Eles sustentavam a opinião de que o patrimônio cultural deveria ser valorizado e preservado como um componente vivo da cultura brasileira, e não como um objeto inerte e estático (FONSECA, 1997).

Os neocolonialistas, liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, defendiam uma abordagem mais conservadora e elitista que valorizava mais a arquitetura colonial e a tradição erudita europeia para preservar a herança cultural do Brasil. Defendiam que o patrimônio cultural brasileiro deveria ser preservado como símbolo da identidade nacional, sob a supervisão de especialistas e instituições públicas (SANTOS, 1996).

Verificamos que tais discussões foram importantes, pois buscavam estabelecer as diretrizes e bases que iriam permear, a partir de então, todo o universo que deveria embasar os valores de escolha dos patrimônios brasileiros considerados dignos de serem tombados. Como o discurso predominante foi o dos neocolonialistas, a escolha dos patrimônios tinha um roteiro pré-estabelecido. Desse modo, procuraram selecionar testemunhos, sobretudo materiais, que representassem essa herança colonial, uma vez que a ideia de monumento era o aspecto que dominava esse cenário.

Vale ressaltar que essa concepção de passado ligada aos monumentos históricos, como testemunhos inatos da identidade nacional, remonta ao ideal europeu que surgiu no contexto da Revolução Francesa.

Como demonstra Scifoni, citando Choay,

(...) isso se deu, na medida em que a nacionalização dos bens da Coroa, da Igreja e da aristocracia criou o problema da necessidade de conservação estatal desse conjunto, a qual foi resolvida associando-se a esses bens um valor de nacionalidade - o de patrimônio coletivo, interesse e expressão de uma história coletiva. Nasceu assim, no mundo, a primeira legislação de proteção do que hoje se entende por patrimônio cultural (SCIFONI, 2006, p. 60).

Esses critérios, consagrados na Constituição Brasileira de 1937, durante muito tempo foram os balizadores das políticas de conservação brasileira, principalmente nos processos de tombamento material.

Entretanto, é inegável que as discussões que ocorreram no interior do SPHAN serviram para dar, a passos lentos, um pouco de amplitude na concepção dos patrimônios culturais gestada pelos órgãos públicos e transportada para as constituições federais posteriores, como a de 1946 e 1967, por exemplo: “Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (CF, 1946); e no “Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (CF, 1967). Contudo, apesar do alargamento no conceito, ainda notamos os critérios de notabilidade e exuberância arraigados a essas concepções.

A partir da década de 1970, com o início da queda do regime militar, o modelo elitista do IPHAN começou a ser questionado. Nesse momento, inserem-se no cenário da política patrimonial intelectuais (como antropólogos e etnógrafos, por exemplo) que começaram a questionar a ausência de pluralidade cultural que havia nas escolhas dos bens culturais. Tem início um distanciamento com o modelo vigente, pois os agentes institucionais viam na mudança de paradigma das políticas culturais uma forma de resistência ao regime autoritário, bem como uma democratização da política patrimonial no sentido de construção da cidadania (FONSECA, 1997).

Entrelaçada a uma complexa rede de interesses políticos, ocorreram, ao longo do tempo, mudanças e incorporações importantes nos órgãos de gestão patrimonial. Desse modo, o SPHAN teve duração até 1946, quando passou a constituir a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, por meio do Decreto-Lei Federal nº. 8.534 de 1946⁴⁴. Em fins da década de 1960, o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas sem mudanças bruscas em sua concepção e modelo técnico. Entretanto, o novo órgão se reestruturou e passou a contar com o apoio de “Superintendências Estaduais, que respondem pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual, e supervisão técnica

⁴⁴ BRASIL, Decreto-Lei n.º 8.534, de 02 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2022.

e administrativa dos Escritórios Técnicos”⁴⁵. Estes últimos, localizados em conjuntos urbanos ou cidades históricas tombadas para administrar mais diretamente o patrimônio tombado.

O alcance das políticas e ideais patrimoniais e culturais que se expandiu pelo país nas décadas de 1970 e 1980 só foi possível devido à incorporação de várias outras unidades, fundações e projetos, que visavam a democratização e amplitude do conceito de patrimônio cultural. Dentre eles, está o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1976 como um importante interlocutor entre o poder público, a sociedade civil e as comunidades tradicionais na definição de estratégias de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), criada em 1980, teve como objetivo implementar políticas públicas de preservação e restauração de bens culturais e históricos brasileiros. Ela atuou em diversas áreas, como a recuperação de edifícios históricos, a salvaguarda de bens imateriais, a pesquisa e documentação do patrimônio cultural, entre outras atividades (FONSECA, 1997).

Essa inserção e evolução em relação à diversidade cultural no interior do órgão de gestão patrimonial foi incorporada para Constituição de 1988⁴⁶, no qual novas categorias e concepções insurgiram:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 181).

Contudo, apesar da legislação patrimonial brasileira ter sido alterada ao longo das últimas décadas, incorporando novos conceitos e abordagens, como a preservação do patrimônio imaterial e o maior apoio da participação da sociedade civil na gestão do patrimônio cultural, observamos que na prática, ainda falta percorrermos um longo caminho no sentido de desenvolver a democratização da definição do que é patrimônio no Brasil; tanto o que tange ao acesso a estes bens, quanto aos seus processos de escolhas.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias>. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf.htm>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Ainda existem categorias (como a da paisagem cultural, por exemplo) que precisam ser melhor discutidas. A paisagem, como objeto de pesquisa e como categoria patrimonial, ganhou ao longo do tempo diferentes perspectivas de estudos, pois, além dos valores de seus aspectos estéticos, monumentais e excepcionais, destacados no início das discussões sobre patrimônio no Brasil, foi possível, por meio de disciplinas da área das ciências humanas, ampliar os olhares sobre ela. Verificamos, desta maneira, que sua análise permite descortinar enredos e discursos sociais que possibilitam aflorar memórias coletivas. Conforme assinala Besse (2014, p.18), é “possível mostrar que as determinações da construção paisagística também são econômicas, religiosas, filosóficas, científicas e técnicas, políticas, até psicanalíticas etc.” e, por isso, constituem-se testemunhas do passado. Alguns avanços nesse sentido podem ser notados na Legislação Patrimonial com destaques para as interseções entre aspectos culturais e ambientais. Este é o caso da inserção da categoria Paisagem Cultural na lista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992, e a Regulamentação da paisagem como instrumento de preservação do patrimônio cultural pelo IPHAN em 2009, por meio da chancela da Paisagem Cultural.

1.3 As legislações patrimoniais em três universidades federais mineiras

O universo cultural que abarca a temática patrimonial é um assunto interdisciplinar que atinge diversas esferas públicas, não é de se estranhar que as instituições de ensino tivessem em seu organograma unidades administrativas que fossem responsáveis por gerir e discutir esse assunto. Seguindo essa linha, iremos fazer uma breve análise de como algumas universidades federais mineiras estão trabalhando a temática.

Cabe aqui restringir, no entanto, o escopo de estudo em função do elevado número⁴⁷ de instituições federais de ensino localizadas no estado de Minas Gerais. Diante disso, iremos abordar as políticas adotadas somente nas três que se localizam na Zona da Mata Mineira e no Campo das Vertentes, devido à proximidade territorial entre elas. Neste caso, serão analisadas

⁴⁷São um total de 11 Universidades Federais localizadas no Estado de Minas Gerias: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) (CHIARINA, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira; ZORZIN, Paola La Guardia. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. *Economia e Sociedade Brasileiras*. Nova econ., v. 22, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/WRvWgTbVKGcwfrDdGYPmLLp/?lang=pt#>. Acesso em: 01 abr. 2022.

as práticas e políticas de salvaguarda da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da UFV. O objetivo é descobrir se as práticas realizadas na UFV estão alinhadas com as de suas conterrâneas.

Segundo informações que se encontram nas mídias institucionais, a UFSJ “foi instalada em 21 de abril de 1987 como Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei (FUNREI) e, no ano de 2002, foi transformada em Universidade”⁴⁸. A UFSJ está localizada na cidade mineira de São João del Rei, cidade setecentista e palco do início da história da colonização do atual estado de Minas Gerais.

Segundo dados do IPHAN⁴⁹, a cidade tem um núcleo histórico urbano que compõe o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade e é constituído por vários conjuntos de bens materiais, como igrejas, capelas e pontes, totalizando um conjunto de setecentos imóveis, que foram tombados em 1938.

Como parte da estrutura administrativa da universidade, a Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) atua visando ao desenvolvimento de atividades e práticas culturais no âmbito da instituição. Dentre as principais ações realizadas pela PROEX, destacam-se o Inverno Cultural, a Semana de Extensão Universitária (que integra o Congresso de Produção Científica e Acadêmica), a administração do Centro Cultural, do Centro de Referência de Cultura Max Justo Guedes (Fortim dos Emboabas), Concurso de Presépios, Museu do Barro e Museu de Vivências⁵⁰.

Percebemos que as ações que são praticadas nos museus acima vão além da concepção tradicional de exposição das reminiscências do passado colonial, ao passo que é possível notar que as práticas desenvolvidas nos mesmos têm o objetivo de demonstrar, valorizar e desenvolver projetos que aproximem a comunidade acadêmica da população da cidade. Um exemplo é o Museu de Vivências, que “visa trabalhar a noção de lugar, identidade e questões ligadas às relações étnico-raciais – já que a maioria da população do bairro consiste de afrodescendentes. Esse ponto de memória trabalha, fundamentalmente, com o patrimônio imaterial” (UFSJ, 2023, s.p.).

O bairro mencionado se chama Alto das Mercês e é formado por descendentes quilombolas que trabalharam na exploração do ouro na cidade. Segundo um documentário que consta na página do *site* da universidade, a cidade teve sua fundação iniciada naquele local. Outras ações praticadas pela Pró-Reitoria são as exposições do acervo de cerâmica e cursos que

⁴⁸Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/a_ufsj.php. Acesso em: 12 de mar. 2023.

⁴⁹Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/375/>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

⁵⁰Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/a_ufsj.php. Acesso em: 12 de mar. 2023.

visam dar visibilidade e conhecimento para a população sobre os materiais de matriz africana e indígena⁵¹.

O que pudemos perceber é que a instituição de ensino tem aproximado suas práticas de patrimônio cultural das concepções mais abrangentes defendidas em parte, pelo IPHAN, ao passo que almejam desenvolver projetos e ações sobre o patrimônio imaterial dos diversos grupos que habitam a cidade de São João del Rei – objetivos também em consonância com os diversos itens descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade.

3.3. Visão: A noção de Humanidade, aqui adotada, não se refere a dados meramente demográficos, mas a um conjunto de valores considerados válidos, necessários e dignos de serem perseguidos, tais como a alteridade, a Justiça, a dignidade humana, o direito dos povos, a liberdade, as diferenças culturais (...)
3.6 Objetivos e estratégias: Promover ampla divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, tanto aqueles que constituem patrimônio da humanidade, quanto os produzidos pela Universidade Federal de São João del-Rei; (...) Incentivar a pesquisa científica e tecnológica e a produção cultural (UFSJ /PDI 2019-2023, p. 72-73).

Durante a pesquisa nos documentos institucionais, como o PDI e a Resolução do CONSU, observamos que não existe um documento específico elaborado pela universidade para gerir os patrimônios culturais. Contudo, conforme apresentado acima, observamos que, a despeito disso, várias práticas são desenvolvidas nesse sentido.

Outro fato é que, a exemplo da UFV, também existe na UFSJ uma Comissão de Espaço Físico (COESF), criada por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) n.º 033, de 23 de setembro de 2019⁵², responsável por gerir o uso e a ocupação do seu espaço territorial. Dentre as atribuições descritas em seu regimento interno, está a emissão de parecer em projetos arquitetônicos, paisagísticos e de segurança de obras de reforma, observando-se os impactos ambientais e os aspectos de preservação do patrimônio histórico quando for o caso (UFSJ /COESF, 2006). Percebemos, com isso, que a exemplo da UFV, a UFSJ também estabelece relação da expansão física do seu território com a menção protecionista de seus patrimônios culturais.

A segunda universidade federal mineira a ser analisada é a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Localizada na Zona da Mata Mineira, a UFJF, segundo apresentação em seu *site* oficial⁵³, desenvolve várias ações no campo da cultura e do patrimônio. Por meio da Pró-

⁵¹ Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/a_ufsj.php. Acesso em: 12 de mar. 2023.

⁵² Disponível em: <https://ufsj.edu.br/coesf/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁵³ Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/apresentacao/>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

Reitoria de Cultura (PROCULT) atua em diversos setores culturais, como: museus, centros de memórias, música, teatro, artes, acervos, jardim botânico, dentre outros. O objetivo é “estabelecer a concepção de cultura como direito, o que impõe à política cultural uma meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais e pressupõe tratar cada cidadão como um agente cultural” (UFJF, 2023, s.p.).

Para tanto, desenvolve seus projetos e ações culturais por meio dos seguintes órgãos: Centro Cultural Pró-Música, que trabalha a formação da Música Colonial Brasileira e Música Antiga; Centro de Conservação da Memória (CECOM), cujo objetivo principal é preservar a memória social local, regional e nacional; Cine-Theatro Central, bem tombado pelo IPHAN; Coral Universitário; Fórum da Cultura, localizado em um casarão que remonta à primeira metade do século XX e que resguarda a memória da universidade; Memorial da República Presidente Itamar Franco; Museu de Arqueologia e Etnologia Americana; Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) e Museu da Moda Social.

Verificamos, a partir dos diversos setores e ações promovidas pela UFJF, que a mesma busca, por intermédio da difusão cultural, estabelecer a interdisciplinaridade entre diversos campos que permeiam a temática. No campo do patrimônio, notamos que existem trabalhos voltados para diversas categorias, tanto materiais quanto imateriais, como a promoção de ações socioambientais no Jardim Botânico da instituição que visam valorizar a paisagem.

Segundo o PDI da instituição, os órgãos ligados à PROCULT, bem como as ações e projetos culturais desenvolvidos pelos mesmos, estão em consonância com as metas da instituição (PDI/ UFJF, 2022-2027).

Além da PROCULT, a UFJF conta com um Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) em seu campus. De cunho interinstitucional, se trata de um grupo de pesquisa e extensão criado em fins de 2008, com o objetivo transdisciplinar de discutir e pesquisar os processos históricos de formação dos patrimônios culturais, bem como das políticas, intervenções e formas de gestão dos mesmos. O laboratório conta com a supervisão de professores do Departamento de História e Arquitetura e Urbanismo, além de pesquisadores de outras instituições federais (UFJF, 2023). Entretanto, apesar das ações desenvolvidas, a universidade não conta com um órgão ou documento específico dedicado a gerir seu patrimônio cultural.

A última instituição elencada é a UFV, objeto do presente trabalho. Retomando as ações culturais promovidas pela instituição, temos a Pró-Reitoria de Cultura (PEC) como o órgão administrativo responsável por “coordenar, estimular e compatibilizar as atividades de extensão e cultura desenvolvidas pelas diversas unidades da UFV” (UFV, 2023, s.p.). Organizada em

três divisões, Extensão (DEX), Eventos (DEV) e Assuntos Culturais (DAC), cabe a esta última gerir, promover e difundir a cultura no âmbito do campus UFV.

Como dito anteriormente, no início do capítulo, a DAC está dividida em três eixos de atuação institucional: Memória e Patrimônio Cultural, compreendendo o Museu Histórico e a Pinacoteca da UFV, Casa Arthur Bernardes, tombada pelo IPHAN, e a Estação Cultural; Produção Musical, composta pelos diversos grupos de corais e a Difusão Cultural que tem função de estimular a promoção de grupos artísticos e programas de intercâmbio cultural com outras instituições (UFV, 2023). Além destas unidades administrativas, a PEC conta também com a Secretaria de Museus e Espaços de Ciência (SEMEC), órgão criado em 2019, por meio da Resolução n.º 03 do CONSU⁵⁴ com a “finalidade de contribuir para a preservação e fortalecimento da memória institucional” (CONSU/ UFV, 2019, s.p.). Segundo o Art. 5º do Regimento Interno da SEMEC, seus espaços integrantes são os seguintes:

I – Casa Arthur Bernardes; II – Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental Mata do Paraíso; III – Herbário VIC; IV – Horto Botânico; V – Mata da Biologia; VI – Museu da Comunicação; VII – Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef; VIII – Museu de Zoologia João Moojen; IX – Museu Histórico da UFV; X – Parque Interativo de Botânica; XI – Pinacoteca da UFV; e XII – Sala Mendeleev (CONSU UFV, 2019).

Apesar do esforço na difusão da temática patrimonial, na qual percebemos ações no campo da paisagem cultural, a UFV ainda está imbuída da concepção de bens patrimoniais de cunho monumental, no qual a preservação está voltada para a valorização de edificações, estruturas e monumentos que possuem relevância histórica-arquitetônica. Nesse sentido, ainda privilegia certas formas de expressão cultural em detrimento de outras.

Todavia, ocorre que, muitas vezes, essa concepção subestima a importância do patrimônio imaterial, como as tradições orais, as práticas culturais, os rituais e as manifestações artísticas intangíveis, principalmente aquelas voltadas para os grupos com pouca representatividade política e social na universidade. Esses elementos podem ser fundamentais para a compreensão da cultura de um povo, mas são frequentemente deixados de lado em favor do foco no patrimônio monumental, que busca reforçar a memória institucional. No caso da UFV, deixa de fora elementos culturais de grupos que fazem parte da comunidade universitária, tanto dos profissionais que ali trabalham quanto dos estudantes.

⁵⁴Disponível em: <https://semec.ufv.br/wp-content/uploads/2019/10/Regimento-CONSU-SEMEC-1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Apesar da crítica, por não contemplar a diversidade cultural, a UFV trouxe no PDFA (2008-2017) diretrizes de preservação que até então não existiam em seu território. Segundo membro da comissão que elaborou o PDFA, apesar destas recomendações não estarem sendo seguidas atualmente, elas foram uma espécie de guia para ajudar na expansão territorial da instituição de maneira “sustentável”.

(...) e o entendimento de ser não um plano diretor, mais um plano de desenvolvimento físico-ambiental é que é o aspecto importante tá, dizer, nós podemos, ao mesmo tempo que crescer, mas o crescer é diferente de desenvolver, nós nascemos, crescemos, morremos, etc., mais qual a diferença? (...) A Universidade é um espaço que acolhe pessoas dos mais diferentes locais, e deveria criar, principalmente pelo fato de parque urbano, condições de interagir, de mostrar o passado, o presente, que a gente pode conquistar no futuro, como que os locais onde essas pessoas que vem aqui depois poderiam onde estiverem também criar uns ambientes mais amigáveis, é, vamos dizer assim, que gerassem mais qualidade de vida, então não era só fazer uso do solo, ocupar o solo, pra fazer edificações. O solo, ele ser objeto de ocupações de assentamento de humanos mais ao mesmo tempo combinar valores, fatores, elementos que pudessem valorizar o ser humano, independentemente da sua capacidade econômica, né, mais que fosse no sentido de levar a pessoa a reflexão, de levar a pessoa a entender o quão importante o ambiente e o dia a dia das pessoas, exemplo, quantas pessoas saem dos mais diferentes locais de Viçosa e vão pra UFV? (...) porque é o momento em que ela ao mesmo tempo tem condições adequadas de deslocar e de se movimentar de uma maneira tranquila, desfruta de uma paisagem que relaxa, que cria condições das pessoas fazer contemplação, evocar sentimentos, encontrar outras pessoas de maneira descontraída, (...) Então nesse sentido, o plano de desenvolvimento físico-ambiental era uma forma de a Universidade dar valor a aquilo de bom, é, ao longo dos anos, foi criado, as pessoas que nos antecederam, como que tiveram esse pensamento de gerar todo esse conjunto que hoje existe ai, que hoje nós deveríamos continuar é, preservando, cuidando, utilizando de maneira também responsável⁵⁵.

Criado em 2008, o PDFA-UFV é composto por três comissões para planejar, controlar e gerir o espaço físico do Campus da UFV: a COESF, a COMAM e o CA-PDFA. A Comissão do Espaço Físico (COESF), juntamente com a Comissão de Meio Ambiente (COMAM), fazem parte da estrutura da Pró-Reitora de Administração, enquanto que a Comissão de Acompanhamento e Gestão do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV-Viçosa (CA-PDFA) pertence à estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PDFA, 2008). Apesar das Comissões terem equivalente importância, a COESF é a mais atuante e regular dentre elas, tendo sido debatidos em suas reuniões os assuntos de relevância institucional sobre a expansão física da universidade, tais como: a escolha de locais

⁵⁵ Trecho da entrevista de A.C.G.T. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 1h13min. Data: 21 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

para a construção de edifícios e adequação dos mesmos às regras prediais e ambientais existentes; o teor dos contratos de cessão de residências localizadas em suas vilas, tanto na Vila Giannetti (um conjunto de 49 casas homogêneas localizadas próximo às duas entradas do campus) quanto nas vilas dos operários (que estão localizadas em áreas mais afastadas dos centros administrativos da universidade). As seis vilas são denominadas: Vila Araújo, Vila Dr. Secundino de São José, Vila Dona Chiquinha, Vila Sete Casas, Vila Mattoso e Vila Chaves⁵⁶.

O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFV (PDFA)⁵⁷ é o documento institucional que legisla sobre as regras de construção, ocupação, espaços de lazer, áreas verdes e assuntos referentes à proteção ambiental e patrimonial do campus UFV. Dentre as comissões criadas para geri-lo, que estão citadas acima, iremos nos dedicar somente à COESF, pois cabe a ela as discussões relacionadas ao uso e ocupação do espaço físico. A referida Comissão é formada por membros de áreas multidisciplinares, cujas funções se mesclam entre administrativas e de docência. Sua composição se dá da seguinte forma:

- I. Pró-Reitor de Administração, como seu presidente
- II. Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento
- III. Um representante do CCA e seu suplente, indicados pelo respectivo Conselho Departamental
- IV. Um representante do CCB e seu suplente, indicados pelo respectivo Conselho Departamental
- V. Um representante do CCH e seu suplente, indicados pelo respectivo Conselho Departamental
- VI. Dois representantes do CCE, sendo um do DAU e outro do DEC, e seus suplentes, indicados pelo respectivo Conselho Departamental
- VII. Um representante dos técnicos administrativos da UFV e seu suplente, indicados por comum acordo de suas entidades representativas
- VIII. Um representante da unidade responsável pela elaboração de projetos civis da PAD/UFV e seu suplente, indicados pela Pró-reitora de Administração
- IX. Um representante da Subcomissão de Espaço Físico e Meio Ambiente – CEFEMA do CONSU e seu suplente, indicados pelos pares (PDFA, 2008, p.42).

⁵⁶ A origem da denominação das vilas operárias será objeto de análise do próximo capítulo desta dissertação “Vilas da UFV – Controle Social”.

⁵⁷ Regido pela Resolução n.º 14/2008 do Conselho Universitário, o PDFA é o instrumento orientador e normativo dos processos de ocupação territorial do Campus para os dez anos seguintes à sua expedição, com indicação de revisão findo o prazo de cinco anos, o que não ocorreu. O documento tem a “finalidade de orientar a expansão físico-territorial na totalidade do seu território, de forma social e ambientalmente sustentável e compatível com as metas de expansão didático-pedagógica da UFV”. O Plano foi elaborado em 2008 por uma comissão mista de professores do Departamento de Arquitetura e agentes administrativos. Como ainda não foi realizada a sua atualização, o mesmo ainda se encontra vigente. Disponível em: <https://www.planejar.ufv.br/infraestrutura/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

De caráter consultivo, assessoramento e fiscalização, uma vez que as deliberações se dão no âmbito do Conselho Universitário (CONSU), os membros da COESF ocupam o mandato por um período de dois anos, permitida uma recondução, cujas atribuições estão muito ligadas ao aspecto construtivo do campus, como pode ser observado no Art.145 do PDFA:

- I. analisar e emitir parecer sobre a aprovação de projetos, reformas e demolições de edificações e obras nos territórios dos Campi e demais bens imóveis da UFV, observadas as disposições da Resolução CONSU 14/2008, o que inclui:
 - a) solicitações de espaço físico para projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para atender aos serviços de administração universitária;
 - b) apreciação de projetos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e de segurança de obras civis novas e reformas, observando-se os impactos ambientais e os aspectos de preservação do patrimônio histórico, quando for o caso;
- II. analisar e emitir parecer sobre a localização de novas edificações e obras civis nos territórios dos Campi e demais bens imóveis da UFV;
- III. analisar e emitir parecer sobre as condições de uso e ocupação do solo nos territórios dos Campi e demais bens imóveis da UFV;
- IV. analisar e emitir parecer sobre a ocupação de imóveis residenciais, respeitando o plano de uso desses imóveis;
- V. assessorar a Pró-reitora de Administração e a Comissão de Acompanhamento do PDFA em questões relativas à implementação do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental, no tocante ao espaço físico;
- VI. formular propostas de diretrizes e normas para as construções nos Campi e demais bens imóveis da UFV (PDFA, 2008, p. 42).

Partindo do princípio de que o bem não nasce com valor patrimonial, mas que certos grupos lhe atribuem valor e significado, percebemos que ao longo do tempo a concepção de patrimônio do IPHAN sai do campo do valor histórico, cujo caráter cronológico era o ponto determinante de análise, e entra no campo da cultura. Assim, não é necessário que um bem tenha valor de anciandade para estabelecer relação de identidade com determinados grupos sociais. Patrimônio é tudo aquilo que foi criado ontem, mas também pode ter sido criado hoje, o importante é o significado que essa representação cultural, seja ela material ou imaterial, simboliza para a população que a elege.

Diante disso, observamos que a eleição do conjunto dos bens culturais da UFV presente no PDFA (2008-2017) foi fruto de uma seleção que buscou privilegiar o patrimônio material e patriarcal que está associado às memórias dos idealizadores da fundação da instituição. O intuito em consagrar tais memórias foi o de elevar o passado que inseriu a instituição no cenário da modernização agrícola brasileira. Para tanto, essa memória, dita como “oficial”, foi e é reverberada até hoje nas obras de memorialistas e nas mídias digitais da universidade.

Contudo, notou-se que o silenciamento de algumas memórias, principalmente as produzidas pelos moradores e moradoras das vilas dos operários, cujo trabalho foi a força motriz para se construir o território no qual se assenta atualmente a universidade, demonstra que as políticas de cunho patrimonial da instituição ainda estão bem aquém daquelas propostas pelos órgãos de patrimonialização, as quais têm promovido cada vez mais o alargamento do conceito de patrimônio cultural.

CAPÍTULO 2: VILAS DA UFV – CONTROLE SOCIAL

2.1 Silenciamento da memória e invenção do patrimônio institucional

Na abordagem teórica da análise do discurso de Michel Foucault (1970) observamos a relação desta com as práticas sociais. Uma das questões que emerge dessa relação é a forma como algumas memórias são silenciadas e marginalizadas por certos grupos sociais com a finalidade de, muitas vezes, manter a coesão interna dos grupos, o *status quo* ou a preservação de certa imagem, dentre outras motivações. Para Foucault (1970, p. 5), o silenciamento da memória pode acontecer de diversas maneiras, desde a imposição de narrativas dominantes até a eliminação de registros e testemunhos históricos que contrariam os interesses daqueles que detêm o poder. Nesse sentido, ele afirma que, para o silenciamento vir à tona, primeiro é necessário identificar os pontos de fragilidade no discurso hegemônico que possibilitem contestar e desfazer o poder estabelecido. A partir disso, será possível desvendar o contexto social no qual a narrativa dominante foi forjada, bem como quais personagens foram os responsáveis por sua elaboração, com qual motivação a fizeram, e como esse poder permanece ao longo do tempo.

Em seu estudo sobre a formação da identidade latino-americana, o autor argentino Néstor García Canclini (1994) afirma que o discurso dominante é utilizado como uma ferramenta para a construção da identidade nacional. Nação é aqui entendida da mesma forma como por Halbwachs: “(...) a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK 1989, p. 3). Canclini argumenta que uma das formas de se forjar essa identidade é por meio do patrimônio cultural, que é uma construção social e simbólica utilizada para afirmar a identidade de um povo e suas raízes históricas. Nesse sentido, o discurso é utilizado para criar uma imagem idealizada e homogênea de nação, que muitas vezes é descolada da realidade social e cultural heterogênea do país.

Portanto, o autor diz que, ao se aprofundar na relação patrimônio cultural e identidade, observamos que a mesma não é unívoca, e sim desigual, pois deixa de fora aspectos e personagens sociais que fazem parte da história. Deste modo, afirma que

O estudo de outros aspectos da vida social tem resultado numa visão menos harmônica. Se se revisa a noção de patrimônio sob a ótica da teoria da reprodução cultural, os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos (CANCLINI, 1994, p. 96).

Verificamos, desta maneira, que para Canclini o discurso sobre o patrimônio cultural é utilizado como uma forma de legitimar e preservar certas formas de expressão cultural em detrimento de outras. Essa seleção é feita a partir de critérios políticos, econômicos e culturais, o que revela a dimensão de poder presente na construção da memória coletiva.

Uma das formas de fazer a revisão do discurso patrimonial dominante é dar voz às memórias silenciadas, chamadas por Michael Pollak (1989, p. 5) de “memórias subterrâneas”, pois são as memórias que foram esquecidas ou suprimidas no discurso oficial, e que emergem no contexto da vida privada geralmente por meio da história oral. Ao se fazer o estudo dessas memórias, o autor fala que poderemos compreender a história de forma mais complexa, uma vez que a história oficial é seletiva e tendenciosa.

Destacamos que as memórias subterrâneas geralmente estão atreladas à história das minorias, concepção da chamada “História Nova”, um movimento historiográfico que surgiu na França na década de 1970 com a Escola dos Annales. Esse movimento propôs uma nova forma de escrever a história, buscando se afastar da história tradicional, que era centrada nos grandes eventos políticos e militares, e focando em aspectos mais amplos da sociedade, como a cultura, a economia, as mentalidades e as relações sociais. Além disso, seus estudos ampliaram o campo do documento histórico que, até então, estava fundamentado no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos de diversos tipos e formatos (LE GOFF, 1990).

Ainda segundo Pollak (1989, p. 4), as memórias subterrâneas são mais predominantes nas redes familiares ou de pequenos grupos, nas quais, por meio do testemunho das vivências individuais, encontram amparo para se sustentarem ao longo do tempo. Entretanto, quando essas memórias emergem no espaço público, há uma verdadeira disputa de memórias, uma vez que começam a reivindicar a representação de suas múltiplas e diferentes identidades.

Exemplos de memória subterrânea são as dos operários da UFV, ESAV e UREMG, que trabalharam e participaram da constituição da instituição em diferentes períodos, mas que foram obliteradas pela instituição. Fato este que já foi objeto de algumas pesquisas realizadas por

autores e autoras que tiveram a UFV ou suas denominações anteriores como objeto de estudo⁵⁸. Um exemplo, são as ausências de seus nomes nos resultados das pesquisas, como foi lembrado por Pompermayer (2018), quando diz que era impossível concluir um trabalho de experimentação sem a ajuda desses profissionais, cabendo, deste modo, o devido reconhecimento a todos que participaram do projeto.

Nesse ponto, France Maria Coelho¹⁸⁰ destaca que era comum, na horticultura, denúncias de fracassos por falta ou rodízio de mão-de-obra auxiliar e ressalta a importância de dar atenção para esse trabalho anônimo dos funcionários, também chamados de operários. De fato, as atividades evidenciadas, como a pesquisa, sempre são envoltas de nomes de professores e alunos. Mas não é difícil pensar que apenas uma pessoa não seria capaz de cuidar de uma cultura inteira sozinha. É notável a ausência de informações sobre esses operários (COELHO, 1999 *apud* POMPERMAYER, 2018, p. 39).

Outros exemplos são as memórias dos moradores que residiram e ainda residem nas Vilas Operárias da UFV. Ao serem entrevistados, pudemos observar que a maioria das memórias vai ao encontro de um passado de muita convivência, amizade, festividades e ajuda comunitária. Entretanto, não deixaram de mencionar, também, as dificuldades porque passaram com a precária estrutura física das casas e das localidades em si, como relatos sobre a existência de esgoto a céu aberto e falta de calçamento. Além disso, mencionaram como lidaram com os períodos em que a UFV passou por crises financeiras, nos quais o estado de Minas Gerais não repassava os recursos e a universidade tinha dificuldade para honrar com os compromissos, mormente os salários de funcionários, dentre eles, operários e professores. Esses relatos se sobressaíram quando foi perguntado como era a convivência na vila:

Era fantástica, maravilhosa, todos os moradores da vila passavam muita dificuldade e eram todos funcionários da Universidade e o pagamento atrasava muito, então vamos supor, todo mundo criava porcos, então uma pessoa matava e dividia o porco para todo mundo, então a gente sempre tinha

⁵⁸ Sobre as críticas à exclusão das memórias operárias da UFV, ver: 1. AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): organização e funcionamento.** 2005. 229f. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; 2. COELHO, France Maria Gontijo. **A Construção das Profissões Agrárias.** 1999. 329f. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 1999; e 3. POMPERMAYER, Izabel Moraes. Continuidades e descontinuidades da memória: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (MG) por meio de publicações de 1939 a 2016. 2018. 177f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018; 4. SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos. **Narrativas Obliteradas: das memórias operárias, trabalhadores da construção e manutenção do campus da ESAV e UREMG, no período de 1922 a 1969.** 2022. 247f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

toucinho, tinha carne, a convivência era fantástica. Havia fogueiras, festa e tudo era maravilhoso⁵⁹.

Era 6 meses sem receber né, aí, tinha a sorte que Viçosa era uma cidade que (...), então, tem sempre uns lugares que cê podia comprar fiado, pra pagar depois, e aí tinha os vendedor que acabava amigo da gente com isso. Eles esperava um tempo, que a UFV, podia pagar, e, igual cooperativa que tinha pra comprar também, mas cooperativa igual a Funarbe hoje, acabou o ponto, cê não tem como comprar, né? Então, quando acabava o ponto da cooperativa que tinha, que hoje é a vigilância no lugar ali, né, a cooperativa era no lugar da vigilância, aquela casinha ali, quando terminava o ponto, que a pessoa não podia comprar, aí ia pra rua. O sô xxx⁶⁰, o xxx, o xxx, né, comprava lá e eles aguentava segurar, esperar, tinha o sô xxx, que era açougueiro, e a gente ia se virando, e também o quintal tinha uns pato, tinha uma galinha, sempre tinha uma fruta, tinha uma verdura, né, porque nas casa ali quase todo mundo já tinha uma horta, e tinha bicho pra criar assim, galinha, pato, né?⁶¹

Olha, a minha mãe na época, eu perdi minha mãe muito assim, a minha mãe morreu com 47 anos de idade, ela na época, a escola, o colégio normal, era um colégio interno, sabe, ela lavava roupa, buscava aquelas trouxas de roupa, e a comida era muito difícil. A minha mãe cozinhava, às vezes assim, mamão, as coisas assim, sabe... A gente tinha uma vida muito difícil. E a gente comprava hoje onde é a vigilância, hoje a vigilância era uma cooperativa onde vendia, tipo assim, de supermercado, mas a gente comprava as coisas. Ontem mesmo eu tava lembrando, comprava as coisas, tudo os quilinhos, sabe, e ainda levava aquela sacola, tinha que levar aquela sacola pra colocar os mantimentos, então era essa vida muito difícil⁶².

Como se pode constatar, havia uma relação intrínseca dos operários com a natureza, que os permitiu, em alguma medida, atenuar o atravessar dos períodos de crises financeiras, haja vista as produções de subsistências realizadas nos quintais e a criação de animais para o abate. Essas práticas faziam parte da cultura do local e eram partilhadas por todos os moradores.

Sobre a cooperativa mencionada nas entrevistas acima, segundo notícia veiculada em 15 de outubro de 1970 no jornal *Gazeta Universitária*, a mesma mudou de nome em 1956 e passou a se chamar “Pôsto de Abastecimento”. Segundo a matéria, o referido posto teria a “finalidade de fornecer, em melhores condições, os gêneros de primeira necessidade aos operários, funcionários e professôres da Universidade”, dando a entender que a antiga cooperativa fornecia somente o básico do consumo alimentar. Outra informação se refere ao

⁵⁹Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

⁶⁰ Optou-se por utilizar essa simbologia para omitir os nomes de algumas pessoas que foram citadas nas entrevistas.

⁶¹ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG. Sobre a utilização desta fonte de pesquisa, cabe destacar que optamos por transcrever as falas da forma mais fiel possível ao modo como foi enunciado.

⁶²Trecho da entrevista de I.P. Moradora da Vila Dona Chiquinha. Duração de 16min52s. Data: 3 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

“ponto”, o nome dado ao período em que os operários tinham para poder comprar “fiado”, cabendo explicar que o valor era descontado diretamente no contracheque deles (GAZETA UNIVERSITÁRIA, 1970).

Por meio da imagem abaixo (Figura 20) podemos notar que existe semelhança com a paisagem onde se localiza a Divisão de Vigilância da UFV atualmente, logo na entrada da universidade, na Avenida P.H. Rolfs. Inferimos dessa maneira, que o antigo posto de abastecimento se localizava no mesmo local, o que confirma o relato dos ex moradores das vilas operárias acima.

Figura 20 - Posto de Abastecimento



Fonte: LADEIRA, Antônio C. Pôsto de Abastecimento. Gazeta Universitária, Viçosa, 15 de outubro de 1970. Disponível no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

Além dessa informação, nos chamou a atenção também a preocupação que o autor expressou na matéria sobre a situação das famílias operárias. Este dado confirma, conforme relatos dos moradores das vilas, que o período em que a UREMG passou por dificuldades financeiras foi mais sentido por estes trabalhadores do que pelos professores.

Não nos preocupa o setor que se refere aos professores. Êstes têm sua situação cômoda, estabilizada. Preocupa-nos, sim essas famílias operárias, essas famílias que são mantidas com o mínimo salário e não lhes são dadas melhores condições de suprimento dos gêneros de primeira necessidade. Preocupa-nos esses marginalizados, com jovens a educar, com uma missão a cumprir, com uma áspera condição a enfrentar. Isso, sim, nos dilacera (GAZETA UNIVERSITÁRIA, 1970, s.p.).

Sobre a eliminação dos registros e testemunhos, observamos, junto ao antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2016), que a história também é produzida por meio do

silenciamento, e que uma das maneiras de o promover é por intermédio do apagamento ou negligenciamento das memórias pelos poderes dominantes que controlam a produção dos documentos históricos. Ou seja, o silenciamento de alguns documentos, cujas memórias estão atreladas a conflitos ou que coloquem em dúvida o poder estabelecido, pode ocorrer de maneira intencional, a fim de atender ao propósito de algum grupo dominante.

Por outro lado, o silenciamento nem sempre é intencional; ele pode ter relação com a predominância da oralidade em alguns grupos sociais, devido ao não letramento, e também com a falta de acesso dos mesmos aos cargos que poderiam dar-lhes alguma influência e poder de decisão. Essa perspectiva vai ao encontro da fala de um dos membros que participou da elaboração do PDFA:

(...) então, a gente já sabe disso, da UFV mesmo, da estrutura administrativa, não é esperado que vá sair alguma coisa defendendo esse espaço, tem que sair é de quem efetivamente mora ali, se aquilo ali tem algum significado afetivo, e eu nunca vi ninguém reivindicar nenhum, nenhuma relevância afetiva, nunca chegou lá um processo falando “nós é, ou formando uma associação, ou formando um grupo, ou formando pessoas preocupadas ou parentes de...”, compreendendo aquilo ali como paisagem, compreendendo aquilo ali como patrimônio, compreendendo aquilo ali como memória afetiva, é, nunca chegou nada⁶³.

Segundo trecho da entrevista, a não reivindicação dos espaços das vilas operárias pelos seus moradores fez com que a Comissão do PDFA não levasse em conta aquelas paisagens como relevantes o suficiente para inseri-las no rol dos patrimônios culturais da UFV. Entretanto, a pesquisa não problematizou essa questão junto aos moradores, não podendo confirmar desse modo, se eles tinham conhecimento ou não se poderiam reivindicar aqueles locais como de interesse patrimonial.

O fato é que existe na UFV, por motivos diversos, uma dificuldade de encontrar documentação sobre as moradias operárias, ou mesmo sobre seus primeiros moradores. O discurso hegemônico sobre a história da UFV nos indica que a instituição teve e tem o interesse de construir e manter a imagem positiva de um passado grandioso, agrário e precursor no cenário do ensino superior agrícola, bem como do agronegócio brasileiro. Deste modo, não era ou é interesse que venha à tona as memórias dos operários, principalmente as que mencionam as precárias infraestruturas das casas, como a ausência de banheiros no interior das residências

⁶³ Trecho da entrevista de G.C.G. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 38min. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

– um fato que destoa e muito das residências dos professores – além da falta de encanamento dos esgotos, como foi relatado por vários moradores das vilas:

Não era, aonde a gente morava usava era aquela, num sei se é assim que fala, privada, na onde a gente morava, né, e aqui agora tem banheiro, mas não tem, como fala, rede de esgoto, ela corre praquela bananeira abaixo ali...⁶⁴

(...) tinha era fossa, aqui na vila inclusive tinha, era fossa, depois que doutor Edson foi ser reitor, aí que ele mandou colocá, colocá água aqui e colocá banheiro...⁶⁵

(...) tinha o banheiro, inclusive, era assim, antes tinha 6 banheiro comunitário, na parte de baixo na vila assim, é, antes das casa. Um era na parte de baixo, aí na rumo da segunda tinha uns 6 banheiro, que era comunitário, e usava, o tipo que eles falava privada, né, no quintal, se precisava eles fazia pra todo mundo. Aí, depois disso, resolveram que ia fazer banheiro nas casa, né? Agora eu num me lembro exatamente a data mais aí. Construíram. Sei que lá em casa foi construído primeiro, depois na casa do xxx, na casa da xxx, que era, que tinha construído, depois foram construindo nas outras casas, mesmo assim eles construíam na porta da cozinha, eles não construíam dentro da casa, eles construíam na porta da cozinha, é, logo assim na saída da cozinha, no quintal [...] (ruído) mas fizeram todo, mais eu não lembro exato qual data...⁶⁶

Atualmente, nas casas que ainda residem moradores nas vilas já existem banheiros no interior das residências, assim como já existe rede de água e esgoto encanados.

Ainda sobre trazer à superfície as narrativas obliteradas, Trouillot (2016) analisa as diferentes perspectivas que surgem dos relatos históricos quando se dá voz a essas memórias. Seu trabalho sobre a história do Haiti mostrou que houve, por parte da história oficial, um processo de escolha de narrativas históricas, que foram criadas a partir de um processo de seleção e exclusão, e que os eventos, pessoas e experiências que não se encaixavam nos padrões dominantes foram silenciados ou marginalizados. O mesmo se pode dizer sobre a história da UFV, que nesse rearranjo de seleção de memórias, permite-nos observar o duplo significado da palavra história. Desse modo, Trouillot afirma que:

Seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores. A ambivalência inerente à palavra “história” em várias línguas modernas, incluindo o inglês, alude a esta participação dual. No uso vernáculo, história significa tanto os fatos em questão quanto uma narrativa

⁶⁴ Trecho da entrevista de S.F.J. Moradora da Vila Araújo. Duração de 8min06s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

⁶⁵ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

⁶⁶ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa,

sobre esses fatos, tanto “o que ocorreu” quanto “aquilo que se diz ter ocorrido”. O primeiro significado enfatiza o processo sócio-histórico; o segundo, nosso conhecimento desse processo ou uma estória sobre esse processo (TROUILLOT, 2016, p. 20).

História aqui é tratada por Trouillot como a ciência que estuda as narrativas que foram produzidas ao longo do tempo. Afirma que uma das maneiras de acessar essas narrativas é por meio do retorno ao passado a ser recordado, mas também a um sujeito coletivo que recorda. Para Trouillot, o rastreamento do poder demanda uma visão mais ampla da produção histórica do que admitem alguns teóricos. À vista disso, não se pode excluir, pois, qualquer dos atores que participam da produção da história (TROUILLOT, 2016). Nesse sentido, é preciso que a UFV seja mais democrática quanto à publicidade das memórias dos seus diferentes atores e atrizes históricos, a fim de que essas diferentes perspectivas também ocupem espaço nos seus meios oficiais de divulgação sobre o seu passado.

Verificamos, a partir dessa breve discussão sobre discurso hegemônico, construção da história e seleção de memórias, que estes conceitos coadunam com o presente trabalho no sentido de tentarmos entender as narrativas atreladas à seleção dos bens culturais que constam no PDFA (2008-2017) da UFV. Afinal, os fragmentos ou resíduos dos processos históricos, sejam eles classificados como naturais ou culturais, nos permitem compreender a formação do discurso hegemônico e da história institucional.

2.2 O surgimento das vilas operárias

O processo de surgimento e constituição de vilas operárias está intrinsecamente ligado ao contexto da Revolução Industrial do século XVIII na Europa, cuja mudança nos processos produtivos causou rupturas não apenas no campo econômico, mas, sobretudo, no meio ambiente social e natural. A migração da mão de obra do campo para trabalhar nas fábricas que iam emergindo nas cidades como consequência da urbanização e industrialização, além de causar mudanças estruturais na forma de vida dos trabalhadores, também provocou mudanças na configuração do espaço urbano das cidades. Estas, para abrigar e acomodar esse novo contingente demográfico, tiveram que criar novas formas de habitação. Surge aí, o impulso motivacional para o erguimento de várias tipologias habitacionais operárias, principalmente coletivas, como cortiços, estalagens, edifícios e vilas. Estas últimas eram, muitas vezes, construídas em áreas próximas dos locais de trabalho do operário, fazendo com que houvesse por parte do patronato um maior controle sobre a jornada de trabalho, além também de um

verdadeiro monitoramento dos momentos de lazer e convívio social e familiar, configurando um intenso controle social deste grupo (BONDUKI, 1994; SILVA, 2008).

Segundo a autora Regina Ferreira da Silva (2008), em sua dissertação sobre a *Caracterização de Vila inserida no contexto urbano*, as vilas operárias surgidas na Europa em início do século XIX foram influenciadas pela concepção filosófica do teórico francês Charles Fourier, cuja teoria utópica de organização social e econômica era baseada no chamado “Falanstério”⁶⁷. Segundo essa teoria, as pessoas viveriam em comunidades autossuficientes chamadas “falanges”, onde trabalhariam juntas em um ambiente harmonioso e cooperativo.

No Brasil, as primeiras formas de habitação para trabalhadores surgiram em finais do século XIX e início do século XX, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, como consequência do processo de “modernização” e urbanização porque passavam essas cidades e o país naquele momento. Em São Paulo surgiram principalmente em função do processo de modernização agrícola e agroexportação da monocultura cafeeira. Logo, a cidade foi uma das primeiras a absorver o contingente de mão de obra imigrante que veio para o país trabalhar, em princípio, na agricultura cafeeira e, posteriormente, ocupando os setores de comércio e serviços, que estavam surgindo nas cidades em função do processo de urbanização (BONDUKI, 1994).

Segundo Regina Silva (2008), em face ao constante crescimento dos espaços urbanos e à escassa quantidade de habitação, a especulação imobiliária da iniciativa privada ganhou espaço. Surgiram, nesse âmbito, os conjuntos habitacionais na modalidade de aluguel, cuja construção era de baixo custo, pois utilizavam materiais de qualidade inferior, pouca infraestrutura (como ausência de rede esgoto, água encanada e banheiros comunitários), além da construção em localidades periféricas, nas quais os terrenos não eram preparados de maneira adequada para as obras. Esses locais foram os chamados “cortiços”, principal forma de habitação implantada nesta época.

Segundo a Lei n.º 286 de 1896, o cortiço era definido como:

Art 13 – Entende-se por cortiço o conjunto de duas ou mais habitações que se comunique com ruas públicas por uma ou mais entradas para servir de residência a mais de uma família.

Parágrafo único: cada uma das habitações do cortiço chama-se quarto ou cubículo.

⁶⁷Sociedade baseada em comunidades que viveriam em fazendas coletivas agroindustriais, onde todos desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade. As pessoas deveriam trabalhar apenas no que quisessem. Os falanstérios seriam edifícios-cidade que abrigariam todos os membros da comunidade e onde seriam instalados bens coletivos, como cozinha e biblioteca (SILVA, 2008, p. 34).

Art 14 – Compreende-se também como cubículos de cortiços os cômodos de casas que não sejam cortiços, mas que estejam divididas em diferentes fogões, e os que forem acrescidos nestas condições (SILVA, 2008, p. 31).

Como se tratavam de residências de baixo custo, o lucro obtido com os alugueis pelos especuladores imobiliários era alto, o que fez aumentar ainda mais o número de construções desta forma de habitação para o operariado que, devido aos baixos salários, tinha moradias cada vez mais precárias e em condições insalubres.

Segundo relatos dos técnicos higienistas do estado de São Paulo, escritos em finais do século XIX e analisados de maneira crítica pelo autor Nabil Georges Bonduki (1994), a superpopulação dos cortiços, ocupados em sua imensa maioria por operários pobres, dentre eles vários imigrantes vivendo em situações precárias de infraestrutura e higiene, levou a diversos problemas, como a disseminação de doenças infecciosas (febre amarela, varíola, cólera e tuberculose). Além disso, segundo Bonduki (1994, p. 28), os relatos técnicos tinham um cunho de discriminação racista e preconceituosa ao relatar esses problemas, pois se associava a eles o pensamento de que os cortiços eram lugares de criminalidade, violência e promiscuidade.

Frente a estes problemas relatados pelos higienistas sobre as moradias operárias, o Estado se viu no direito de intervir para, segundo o discurso técnico proferido, garantir a saúde pública.

Na questão habitacional, entretanto, tornou-se necessária alguma ação reguladora do Estado, dado o nível de socialização das atividades e usos urbanos, as condições de moradia tinham relação direta com os problemas sanitários, preocupação prioritária do poder público. A (ir)racionalidade da produção capitalista de construções, loteamento indiscriminado de vasto território, sem os devidos cuidados de urbanização e a ineficiência do serviço de distribuição de água e de coleta de esgoto, a cargo de empresas privadas, entre outros processos ameaçavam a saúde pública. Assim, o controle do Estado sobre a produção do espaço urbano não só foi aceito como também reivindicado, embora estivessemos em plena fase de predomínio das ideias liberais segundo as quais não cabia ao Estado interferir no âmbito das atividades privadas (*Ibidem*, p. 30).

Portanto, atrelado ao discurso da salubridade, foi implantada uma política de controle que ia muito além da fiscalização das condições de moradia. O Estado se dividiu em três diferentes vertentes para atuar e implementar, de forma autoritária, o discurso de superioridade das condições sanitárias e impedir a propagação de epidemias. Assim, criou-se em São Paulo a Diretoria de Higiene, com função de polícia e inspeção sanitária, que adentrava aos domicílios

para ditar regras de higiene e saúde. Criou, também, o Código Sanitário de 1894, e implantou a participação do Estado nas obras de saneamento básico (BONDUKI, 1994).

Bonduki fala que as visitas realizadas pela Diretoria de Higiene consistiam em “interferências diretas no cotidiano dos moradores, com os inspetores procurando determinar os comportamentos e hábitos de vida, de higiene e de asseio domésticos” (*Ibidem*, p. 36), configurando, deste modo, o controle social por parte do Estado ao operariado. Além desse controle higienista, havia nas visitas realizadas pelos técnicos sanitaristas a intenção de forjar o comportamento moral dos trabalhadores, pois segundo relata o mesmo autor, a intenção era vigiar, controlar, conduzir e ensinar os hábitos de morar para que a classe trabalhadora não se perdesse nos maus caminhos (BONDUKI, 1994, p. 36).

Segundo o mesmo autor, as rigorosas medidas de controle dos higienistas foram transportadas para o Código Sanitário de 1894, que proibiu a construção de cortiços e exigiu do município que “desaparecessem” com os existentes. Em substituição, no início dos anos de 1900, o governo do estado de São Paulo incentivou a construção de vilas operárias por parte da iniciativa privada, como sendo o modelo de moradia para os trabalhadores, pois seriam residências unifamiliares, construídas em série, com mais cômodos, e refletiriam os aspectos sanitários incentivados pelos higienistas.

Sobre esse novo cenário, Bonduki esclarece que surgiram desta iniciativa dois modelos de vilas operárias: “o assentamento habitacional produzido por empresas destinadas exclusivamente para alojar seus funcionários e aquele produzido por investidores privados destinados ao aluguel de mercado” (*Ibidem*, p. 51).

Observamos que o primeiro modelo foi o mais implantado pelas fábricas e indústrias de diversos segmentos que se instalaram no Brasil, uma vez que, para elas, após os treinamentos dos operários, era vantajoso manter essa mão de obra especializada próxima ao local de trabalho, porque garantiria a fixação da mesma. Ademais, como afirma a autora Vania Herédia (2003, p. 3), “ter o operário próximo garante a manutenção e continuidade do processo fabril”. Além do mais, como afirma a mesma autora:

O oferecimento da moradia aos operários tinha o papel da atração de força de trabalho de que a indústria necessitava. A continuidade das famílias na vila operária, através do emprego da parentela, garantia a constituição e a permanência de uma força de trabalho fabril, permanentemente renovada através do crescimento da prole. A manutenção das relações pessoais estabelecidas com os gerentes garantia a minimização dos conflitos que poderiam surgir entre operários e a fábrica. Sinal dessas relações é a própria inexistência de conflitos organizados no decorrer da evolução da mesma (BONDUKI, 1994, p. 4).

Desta maneira, observamos a ampliação do domínio capitalista da esfera do trabalho para a esfera doméstica e familiar do operário. Ao aproximar o tema do nosso objeto de pesquisa, podemos perceber que as vilas operárias de empresa são as que mais se assemelham às construções erguidas na ESAV-UREMG para abrigar seus funcionários, sejam os operários ou os professores – resguardadas as diferenças de *status* entre elas. Entretanto, percebemos que o fato de serem oferecidas, de forma filantrópica, habitações tão próximas ao local de trabalho mascara a verdadeira intenção de controle social que a instituição impõe aos seus subordinados. Isso porque, não tendo jornada definida, o funcionário se torna mão de obra disponível, sem falar na vigilância que sabrecai sobre a vida cotidiana desse sujeito e de seus familiares, considerando que todos habitam o local de trabalho.

No que se refere às residências, segundo consta no relatório de 1926, no qual se apresenta o estado das construções da ESAV, notamos que as obras das casas de alguns professores já haviam sido iniciadas e que as dos operários já haviam sido concluídas:

Estão em vários estados de início as casas determinadas para os professores das secções de Zootechnia, Veterinaria, Agronomia e Horticultura e Pomicultura, bem como a do Vice-Diretor da Escola. Serão necessarias pelo menos tres ou quatro mezes, conforme disse o Snr. Engenheiro, até podem se concluídas as casas referidas acima. Durante o anno findo foram construídas dez casas para operários sendo sete num grupo e tres em outro. Cada casa consiste de uma varanda, uma sala, cosinha, dois quartos para dormir, e um alpendre. Não tem sido possível ainda conseguir qualquer conveniências sanitarias para estes grupos de casas, sendo isto lamentável, porque o terreno em que se acham as casas ficará completamente impregnado com ovos de anklystonia, tornando o local muito insaudavel [sic] (ESAV, 1925, p. 6).

Como os primeiros cursos da ESAV foram os de Agricultura e Veterinária, é natural que os professores ligados a estes departamentos tivessem suas residências construídas primeiro. Desse modo, as obras iniciaram-se em 1925 e foram concluídas em 1928 (ESAV, 1925; 1927; 1928). Entretanto, os documentos não precisam o local exato destas construções, mas como era costume da época construir as residências nas proximidades dos locais de trabalho, acreditamos que as casas de operários foram erguidas perto das unidades de trato animal e dos campos de experimentação agrícola. Unidades pertencentes aos primeiros cursos criados na escola.

Em relação à construção do conjunto de sete casas mencionado no relatório acima, entendemos se tratar do conjunto de residências erguidas na Vila Sete Casas. A inferência parte da semelhança presente na Figura 21 com a paisagem atual da Vila. Desse modo, acreditamos que a Vila Sete Casas tenha sido a primeira vila operária erguida no terreno da UFV.

Figura 21 - Casas de operários



Fonte: Arquivo Central de Histórico da UFV (s/data).

Outro fato importante que podemos extrair do documento de 1925 e que depois irá se confirmar com a entrevista de um morador da Vila Dr. Secundino é que era comum a não construção de sanitários (“conveniências sanitárias”) na parte interna das residências dos operários. Este fato, inclusive, propagou entre os operários e suas famílias vários episódios de verminoses, situação essa que posteriormente desencadeou, por parte da instituição, campanhas de controle de doenças como esta.

Sobre a disponibilidade da mão de obra, observamos que essa era uma prática comum para os moradores das vilas dos operários, tendo em vista que frequentemente eram acionados para trabalhar fora dos horários habituais das jornadas e aos finais de semana: “(...) porque olha, presta bem atenção, eu num tenho forga domingo, eu num tenho forga sábado, feriado eu tenho que tá tudo presente aqui, se solta um animal aí de noite quem prendia era eu, quem lavava o prédio duas vezes no mês era o xxx e os pessoal aqui”⁶⁸.

Já em outro caso, temos o relato de um servidor que pediu para morar em uma das casas das vilas. O critério de concessão era ter vínculo com algumas das unidades laborais instaladas próximas às vilas para prestar serviços de vigilância, ronda ou no trato dos animais:

Aqui foi o seguinte: pra mim vir pra aqui, foi assim, lá no abatedouro onde eu trabalhei, lá precisava de ficar uma pessoa de ronda lá, eu trabalhei de ronda muitas vezes lá, mas foi assim mais no lugar dos oto, né? Então, eu precisava de um lugar pra morar, (...) que tem água, tem tudo, eu vou ver se eu consigo

⁶⁸ Trecho da entrevista de J.A.P. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 22min44s. Data: 19 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

lá, porque eu fazia tanto serviço aí que muita gente já nem gosta de fazer, gosto de trabalhar de ronda, ficar à noite, pessoal tem gente que tem medo demais, né? Aí eu conversei com o diretor, com o diretor nosso, (...) aí ele falou assim, “Não, é, você tá falando uma coisa até interessante aí pra nós, é muito interessante ter uma pessoa, fica de prontidão, que é a hora que a gente precisa ficar lá em cima no abatedouro, porque lá é um lugar isolado”⁶⁹.

Além do controle social por meio da jornada de trabalho, Bonduki (1994) destaca que outra forma de controle que o patronato tinha sobre os operários era a tentativa de moldar a conduta moral dos mesmos. Deste modo, afirma que as vilas de empresas,

(...) procuravam difundir padrões de comportamento adequados, na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre. Os padrões de honra exaltados, as regras de moradia burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados (BLAY, 1980 *apud* BONDUKI, 1994, p. 55).

Sobre as práticas que visavam forjar uma ideologia moral aos operários, observamos que as mesmas ações também foram adotadas na ESAV no período de sua fundação. Como destaca Azevedo (2005), ao transcrever o discurso de Bello Lisbôa, proferido a turma de formandos de 15 de dezembro de 1935, da qual foi convidado como paraninfo. Na transcrição, podemos notar o ar de satisfação e regozijo do mentor sobre os feitos realizados em prol dos enquadramentos dos trabalhadores da ESAV nos padrões civilizatórios burgueses:

As escolas primárias representam a mais antiga atividade de nossa Instituição, tendo por objetivo visionariamente o melhoramento dos seus servidores. Depois dos primeiros resultados obtidos com as escolas primárias, seguiram-se num crescer constante e brilhante as outras realizações de benefício aos nossos empregados e tais foram: banda de música, serviço de saúde, escolas diurnas para seus filhos, esportes, ensino profissional, campanha contra vermes e doenças, formação de empregados especializados, seguro de vida em grupo, vesperais, seguro contra acidente de trabalho, cooperativa de consumo, etc. (...) Cantamos naquele glorioso 13 de maio [dia da colheita], a redenção material dos estimados servidores desse santuário do saber e do viver feliz e hoje, nesta noite de festa e de luzes, ainda cantando a grandiosidade da obra, do seu melhoramento material e do seu conhecimento – representada no 0% de verminoses, 0% de analfabetos, dentre os que servem à Escola. Temos assim a salvação física e também o seu aperfeiçoamento intelectual, havendo atenção ao preparo profissional, para maior facilidade ao ganho de vida (AZEVEDO, 2005, p. 70).

⁶⁹ Trecho da entrevista de G.G.F. Morador da Vila Dona Chiquinha. Duração de 18min33s. Data: 30 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

A prática de oferecer serviços de moradia associados aos de higiene, educação e lazer era comum nos ambientes das vilas operárias, pois, segundo destaca a autora Palmira Teixeira (2009), em seu artigo sobre a Vila Maria Zélia em São Paulo, essa era uma forma das fábricas ou indústrias inculcarem nos seus operários a sensação de satisfação de autocuidado e bem estar social que lhes eram dispensados pelas empresas. Entretanto, essas práticas nada mais eram do que ações que serviam para inibir as manifestações de reivindicação social que poderiam surgir em meio aos operários.

Essas concessões feitas aos trabalhadores e suas famílias inibiam sua livre manifestação política, em uma época de fortes embates entre o capital e o trabalho e o avanço do movimento operário. Horários, apitos e normas de conduta faziam parte do cotidiano dos moradores da vila, que se sentiam orgulhosos de pertencer a um projeto pioneiro e valorizavam o forte espírito de solidariedade entre eles próprios (TEIXEIRA, 2009, p. 5).

Na ESAV, essa política não foi diferente, pois é possível notar nos discursos proferidos nas diversas reuniões com os encarregados das obras que a política de tentar inculcar um modelo de conduta cívica, moral, higienista e de controle rígido da disciplina dos operários, dentro e fora do ambiente da escola, era algo proeminente. Exemplos podem ser apontados nas diversas ordens de serviço analisadas por Azevedo (2005), as quais demonstram as penalidades aplicadas pela má execução dos serviços e pelas faltas dos operários nos dias de carnaval e outros feriados, bem como a escolha do dia para a consulta médica dos operários, domingo.

No mesmo sentido, a partir de 1923 é instituído o regime de responsabilidade pessoal, no qual “os responsáveis por serviços (feitores, mestres-de-obra) pagarão as despesas com concertos de obras mal executadas” (Ordem de Serviço nº 18) e serão suspensos do trabalho, aqueles “empregados que faltaram ao trabalho nos dias de carnaval” (em 17/02/1923). O dia estabelecido para o atendimento médico aos operários é o domingo, “por ser o dia mais propício” (AZEVEDO, 2005, p. 67).

Podemos notar, a partir do exposto, que a instituição das habitações operárias desde a Revolução Industrial, passando pelos cortiços brasileiros e depois com a implantação das vilas operárias, foi um projeto capitalista transpassado de benefício social que as fábricas ou instituições ofereciam aos operários, visando à manutenção destes trabalhadores em localidade próxima ao trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade. O controle que o patronato mantinha sobre esses operários era de diversos tipos, desde a concessão de serviços básicos como saúde e educação, oferecidos dentro da vila, ou ditando as regras de conduta moral, cívica e higiênica do modo de viver dos operários e de suas famílias.

Esse modelo foi transportado para a ESAV no início de sua fundação. Entretanto, com o passar dos anos e a mudança nos regimes de trabalho, e devido ao crescimento de tecnologias computacionais e de comunicação, houve a extinção de cargos e a contratação de mão de obra terceirizada, dedicada a fazer a segurança de muitas unidades da universidade. Assim, a utilização de mão de obra disponível nas vilas para vigilância e ronda deixou de ser feita, o que fez com que a instituição fosse dependendo menos dos serviços dos moradores das vilas com o passar do tempo. Associado a isso, as aposentadorias dos servidores, dentre outros motivos, faziam com que eles perdessem o vínculo com a universidade, o que configurava na perda da sua “utilidade”, pressupondo, assim, que os mesmos devessem desocupar as habitações – processo que vem acontecendo atualmente.

Essa é uma questão que se arrasta há algum tempo nos meios administrativos da UFV. Entretanto, não é objetivo do presente trabalho adentrar nestes meandros; cabe a nós somente problematizar as memórias desses operários que foram criadas em meio às paisagens das vilas para analisar como se dão as questões em torno da eleição do que é patrimônio na UFV e quais memórias são eleitas ou silenciadas. Desse modo, a seguir, apresentaremos o contexto de constituição e historicidade de cada uma das vilas operárias da universidade.

2.3 Vilas da UFV

Atualmente, a UFV possui o seu terreno no Campus UFV-Viçosa registrado como área única no Cartório de Registro de Imóveis da cidade, sob a matrícula de n.º 35.734, constituindo uma área total de 16.010.144,00 m². Essa matrícula reúne as matrículas referentes a todos os terrenos que foram adquiridos ao longo do tempo pela instituição, desde os anos de 1921 até o ano de 1985, último registro que consta no levantamento do Livro de Escrituras (BORGES; EUCLYDES, 1996) e no Cartório de Registro de Imóveis. Esse fato mostra que a universidade esteve sempre em constante expansão.

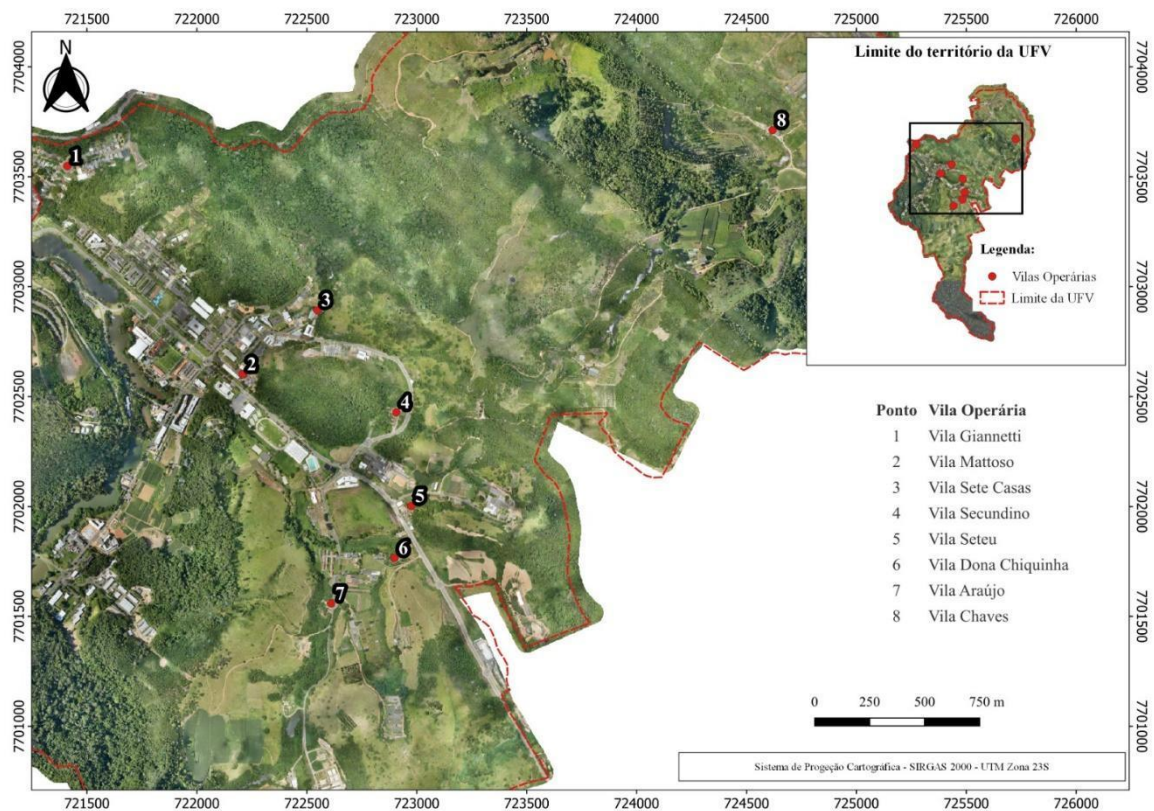
Ressaltamos que a UFV, além dos *campi* de Florestal e de Rio Paranaíba, também possui terrenos em cidades como: Coimbra, São Miguel do Anta, Canaã, Cajuri, Araponga e Capinópolis. A maioria destes terrenos é destinada à prática de experimentação agrícola ou manejo animal. Desse modo, possuem grandes porções de terra que são dispensadas para o cultivo de legumes, hortaliças, locais para galpão de máquinas, depósitos, estábulos, currais e casas de apoio para os técnicos.

O terreno que deu origem à antiga ESAV foi construído sobre locais onde eram praticadas a monocultura agrícola e o cultivo de pastagem para o gado. Sob este terreno, a

instituição assentou estruturas de ensino e de infraestrutura urbana, como as vilas residenciais, por exemplo. São elas um total de oito vilas, quais sejam: Vila Giannetti (Figura 22), que era conhecida como vila dos professores, e está localizada próximo a duas entradas do campus; e seis vilas de trabalhadores (chamadas de vilas dos operários), quais sejam: Vila Mattoso (Figura 23), Vila Sete Casas (Figura 24), Vila Dr. Secundino de São José (Figura 25), Vila Dona Chiquinha (Figura 26), Vila Araújo (Figura 27) e Vila Chaves (Figura 28).

Há uma vila, a Vila Seteu, que está localizada próximo ao Departamento de Veterinária. Ela é composta por um conjunto de 5 residências habitadas, mas não será objeto do presente trabalho, em função de não pertencer administrativamente a UFV. Entretanto, a constituição das vilas citadas anteriormente e seus usos atuais serão objeto de análise a partir do presente momento.

Mapa 2 - Localização das Vilas da UFV



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base no Google Earth, 2023.

Acredita-se que a diferença do projeto construtivo entre as vilas dos professores e dos trabalhadores se deve em função da posição social que cada grupo ocupava dentro da instituição. Desse modo, o projeto das casas dos professores possuía um número maior de cômodos e o acabamento do material era de melhor qualidade. Além disso, a localização na

qual foram instaladas possuía infraestrutura adequada, como ruas largas e calçadas, e rede de água e de esgoto encanados. Outro ponto que merece atenção é o projeto paisagístico que foi desenvolvido para a Vila Giannetti, com jardins na frente de todas as casas e várias árvores flamboyants⁷⁰ plantadas ao longo das calçadas.

Sobre o projeto construtivo das residências das vilas dos professores e dos trabalhadores, podemos notar claramente a diferença entre eles, como o valor das construções, pois somente uma casa de professor custou quase a metade do valor do conjunto das dez casas de operários. Além do tamanho da área construída e das comodidades em cada tipologia, vejamos as diferenças nas descrições abaixo, sendo o primeiro trecho referente às casas de professores, e o segundo, às casas de operários.

A planta das dez casas construídas é a mesma, diferindo apenas algumas de outras na disposição da varanda e em pequenos detalhes da fachada, sendo ainda de se notar que em duas delas, devido ao declive do terreno em que foram construídas, aproveitou-se metade do porão. A descrição de uma das casas abrange, pois, a de todas ellas. A planta ocupa a area de 135m² (9,00x15,0) e contem os seguintes compartimentos: varanda, salas de visitas e de jantar, 4 quartos, sendo um para empregada, dispondo este de instalação sanitária própria, banheiro, w.c., cosinha e despensa. O pé direito é de 3,30, todos os quartos dispõem de lavatórios e, junto á porta de serviço, no exterior da casa, se acha o tanque para lavagens de roupas. O custo médio de uma das 10 casas, computadas todas as instalações, foi de 28:864\$354.(...)

As dez casas de operários foram construídas em dois grupos, um de sete e outro de treis casas, obedecendo todas á mesma planta. Esta mede 8,00 x 6,00, excluídas a cobertura e w.c., e tem a seguinte divisão: varanda (3,0 x 2,5,), sala (3,0 x 3,0), dois quartos (4,0 x 2,50) e (3,50 x 2,50) e cosinha (3,0 x 2,0) dispondo esta de um fogão de alvenaria com chapa de tres furos. E, seguida á porta externa da cosinha se acha uma cobertura ou telheiro medindo 2,0 x 3,0 mts. Em um dos extremos da qual fica construída a dependência para chuveiro e w.c., aproveitando-se para tal uma parede da casa. O piso dos dois quartos é assoalhado, sendo os dois demais comodoss formado por terra comprida e areia. Toda a casa, com exceção da cosinha, é forrada a esteira. O grupo de 10 casas costou ao Estado 61:064\$370, representando o acréscimo sobre o preço orçado, o custo das instalações chuveiro e ww.c.c. com as respectivas redes de exgotto, não computaram no orçamento (ESAV, 1929, p.17-18).

É interessante notar que, apesar de constar no projeto as construções de banheiros e de rede de esgoto, as mesmas não estão presentes no orçamento, demonstrando que não havia por parte dos construtores daquele período a intenção de fazê-las. Essas e outras condições precárias das moradias dos operários foram mencionadas em um relatório de reunião de encarregados

⁷⁰As Flamboyants são árvores exóticas de Madagascar e de hábito arbóreo. A Vila Giannetti possui 55 indivíduos da espécie *Delonix regia* (Bojer ex Hook.) localizadas ao longo da sua via (EISENLOHR *et al.*, 2008, p. 320).

transcrito pelo então diretor da ESAV, Bello Lisboa, em 1935: “Mostrei fotografias, dezenas, de casas de empregados. Triste testemunho do estado de vida do nosso povo. Vamos influir para que se melhorem as residências de nossos empregados e do povo, de arrabaldes de cidades e das propriedades agrícolas” (ESAV, 1935, p. 139).

Outro fato a se considerar se relaciona com a campanha para eliminar verminoses dos operários e que foi comemorada por Bello Lisboa em 1935, em seu discurso, quando foi paraninfo da turma de formandos daquele ano: “(...) nesta noite de festa e de luzes, ainda cantando a grandiosidade da obra, do seu melhoramento material e do seu conhecimento – representada no 0% de verminoses” (AZEVEDO, 2005, p.70). Essa ocorrência nos leva a inferir que essas doenças foram consequências da insalubridade de suas residências, tendo em vista a ausência de sanitários adequados e rede de esgoto encanada. Tal situação persistiu acontecendo também com os moradores da Vila Secundino, construída na década de 1940, e que foi erguida, pelo que parece, nas mesmas condições insalubres das dez primeiras residências da década de 1920, conforme constatamos por meio do relato de um morador.

Não, o esgoto era a céu aberto dentro na Vila, onde trazia muita doença, muito bicho de pé, era terrível, porque cheirava muito forte, porque tinha pouca água e muito sol e a agente andava praticamente todos de descaço. Então, a gente pegava muito bicho no pé e não tinha nada de higiene. Somente fez um banheiro uma vez que no governo do professor Dr. Edson Posch, que era reitor da UFV, que foi quando ele tinha uma comadre aqui na Vila, que se chamava XX, e a esposa do Dr. Edson pediu para ele fazer para ela um banheiro aqui na Vila, porque a privada era perigoso a gente podia cair. Aí o Dr. Edson disse para a esposa dele: “Eu não posso fazer para ela, porque se eu fizer para ela eu tenho que fazer para todo mundo”, e meses depois ele mandou construir, aí fez toda a rede na Vila⁷¹.

2.4 Vila dos Professores

A Vila Giannetti é uma vila formada por um conjunto de 49 casas de arquitetura semelhante, cujos telhados são em formato de asas de borboleta. São telhados “invertidos”, cujo formato foi o primeiro a ser construído na cidade. Cabe registrar que, apesar da arquitetura “inovadora” desse tipo de telhado, segundo depoimentos colhidos nas entrevistas com os atuais usuários das casas, sua configuração trouxe problemas ao longo do tempo, como o entupimento das calhas, que constantemente causam vazamentos e mofos no interior da residência, conforme relato de um entrevistado (a):

⁷¹ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

As casas precisam de manutenção, lá tem um problema sério que são aqueles telhados lindos invertidos e com as nossas árvores enormes que estão cheias de folhas, eu te convido a ir lá nos dois quartos do fundo que a gente usa, você não consegue ficar dentro, porque está tudo mofado⁷².

Apesar do planejamento de construção da vila ter iniciado em finais da década de 1940, segundo relatório da UREMG (UREMG, 1950-1954), as casas foram construídas entre 1950 e 1951, passando logo a serem habitadas. O projeto original abrangia o total de 52 casas. Entretanto, em pesquisa no local, constatou-se que atualmente existem 49, apesar de a numeração ir até o 52. De arquitetura modernista, podemos notar nesse conjunto o esforço de incorporação da cultura norte-americana em seu espaço, haja vista a paisagem moldada pela ideia das cidades-jardins (CARVALHO; FERREIRA, 2012.).

O conceito de cidade-jardim é um modelo de projeto urbano que surgiu na Inglaterra no final o século XIX. Criado pelo arquiteto britânico Ebenezer Howard, a proposta era desenvolver uma alternativa à forma convencional de urbanização que prevalecia na época, caracterizada pela construção de bairros populares densamente povoados, sem espaços verdes e com condições de vida insalubres. Deste modo, fora criada uma proposta de construção de cidades planejadas que fundem o melhor das áreas urbanas e rurais, criando comunidades autossuficiente com jardins, parques e espaços verdes (ANDRADE, 2003).

A localização da Vila está próxima a duas entradas do Campus UFV – a Via alternativa, que dá acesso à Avenida Marechal Castelo Branco, e a Av. Ph. Rolfs. Seu terreno é composto por ruas largas e vasta área verde, com jardins e árvores.

⁷² Trecho de entrevista de R.C.A.M. Fundador(a) de um dos órgãos que ocupam casa na Vila Giannetti. Duração de 6min30s. Data: 19 de julho de 2022. Viçosa, MG.

Figura 22 - Paisagem atual da Vila Giannetti



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Como podemos perceber a partir da imagem acima, desde o início da construção da Vila Giannetti, todo o conjunto de infraestrutura urbana foi planejado, como calçamento, encanamento de rede de água e esgoto, além do paisagismo. Podemos observar por meio das ruas largas, do afastamento dos passeios e da construção dos jardins e arborização que havia uma preocupação por parte da administração daquele período em oferecer um local de bem estar social para os professores que morariam ali.

A Vila Giannetti, como mencionado no capítulo anterior, foi escolhida juntamente com outros bens patrimoniais como “Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico” da UFV (PDFA, 2008, p. 2). Sua escolha está relacionada com os critérios de natureza histórica e arquitetônica, cujas memórias estão associadas ao passado da elite docente e também ao aspecto construtivo do segmento de cidades jardins.

Para discutir um pouco sobre a transformação porque passou a paisagem da Vila Giannetti ao longo do tempo, achamos pertinente pesquisar informações de como era o terreno no qual a Vila foi constituída. A partir disso, nos foi possível descobrir que a mesma foi erguida sob a matrícula de dois terrenos, sendo os proprietários: Antônio Vitarelli e João Tristão Gonçalves Guimarães.

Segundo o livro de Escrituras n.º 71, fl. 31 (BORGES; EUCLYDES, 1996, p. 24), que faz referência ao proprietário Antônio Vitarelli e sua mulher, D. Maria Francisca, ele oficial de pedreiro e ela com ocupação não mencionada, as terras foram compradas pelo estado de Minas Gerais em 06 de fevereiro de 1922, por meio de uma escritura de compra e venda, pela quantia de quatorze contos de réis. Era um terreno de dezoito hectares, quarenta e dois ares e oitenta

centiares de terras de cultura e pasto, no lugar denominado Olaria. O terreno possuía benfeitorias, como casas para os proprietários e empregados, dois barracões para guardar material e uma olaria, que, infere-se, tenha dado nome ao local. Tudo indica que essa olaria mencionada no registro seja a mesma que forneceu os materiais para a construção do Edifício Arthur Bernardes, conforme citação constante no Capítulo 1 do presente trabalho.

Já as terras pertencentes a João Tristão Gonçalves Guimarães e sua mulher D. Maria da Silva, hoteleiros, tem a escritura de compra e venda também disposta no Livro de Escrituras n.º 71, fl. 24v., as quais foram adquiridas pelo estado de Minas Gerais em 24 de janeiro de 1922 por nove contos de réis. Tratava-se de um terreno de dezesseis hectares, dezoito ares e quarenta centiares, de cerca de cinco alqueires de terras de cultura e pasto no lugar denominado Pasto do Barão (BORGES; EUCLYDES, 1996, p. 21-22).

Além do controle social por meio da fixação da mão de obra, e da motivação apresentada no início deste Capítulo, de que não existiam casas em número e condições suficientes na cidade de Viçosa para abrigar os professores que vinham lecionar na ESAV, bem como suas famílias, constatamos também que a questão das moradias para professores fez parte da articulação política para a estadualização da ESAV. Para tanto, recorreremos à menção de artigo descrito na lei de transformação da ESAV em UREMG:

§ 2º Fica também incorporada à Universidade Rural a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais, que será transferida desta Capital para Viçosa, no início de 1950, devendo ser feitas em 1949 as construções indispensáveis ao seu funcionamento na nova sede. (...) As condições mínimas para que esta Escola passe a começar a funcionar, em Viçosa, sem prejuízos para o ensino e a pesquisa, constituem o seguinte: a) Construção do prédio Hospital Veterinário (que inclui clínica médica e cirúrgica de grandes e pequenos animais, Patologia, Parasitologia e Microbiologia). b) Construção do prédio anatomia (que inclui Anatomia, Histologia e Embriologia, Fisiologia e Farmacologia, Inspeção de Produtos de origem animal, Higiene, e dependências da Diretoria da Escola). c) Casas para todos os professores (MINAS GERAIS, 1948).

Além disso, o argumento de construção das casas se tornou condicionante para que a Escola de Veterinária, que havia sido transferida para Belo Horizonte, retornasse a Viçosa, a fim de fortalecer a área de ensino agrícola na futura UREMG.

Percebe-se, também na Ata de 1951, que diante do aumento da demanda por moradias, a direção da universidade se viu na incumbência de estabelecer critérios que determinassem a escolha daqueles que mereceriam receber uma residência em seu terreno, não só os professores,

mas também servidores que compunham o corpo administrativo. Entretanto, não houve menção aos operários:

Em seguida, o Conselheiro Prof. Joaquim Matoso, alegando dificuldades em encontrar um critério para a distribuição de casas aos professores, pediu que o C.U. estabelecesse esse critério. Depois de discutido o caso, C.U. resolveu por cinco votos e um em branco estabelecer os seguintes critérios: [...] 1). Fica assegurado à administração da UREMG o direito de reservar para o Reitor, os Diretores, os Chefes de Serviço, os chefes de Departamentos e outros professores ou técnicos, no interesse da UREMG, casa para residência. 2). Terão prioridade nas casas disponíveis: I – os professores casados, efetivos, com maior tempo de serviço na UREMG. O desempate obedecerá o seguinte: a) o casal com maior número de filhos; b) o mais útil à UREMG. II – Os professores solteiros que forem arrimo de família: 3) Por conveniência da UREMG, havendo possibilidade, o Secretário Geral, o Contador Geral e o Bibliotecário poderão ter casas. 4) - Nenhum dos candidatos, com prioridade, poderá cede-la a outro. 5) Aos professores que atualmente ocupam casa na UREMG, fica assegurado o direito de residência nas casas em que se acham (UREMG, 1951, s.p.).

Os critérios se referiam primeiramente aos cargos de alto escalão da universidade, ao vínculo mais antigo com a instituição, bem como ao estado civil, número de filhos e serviço mais essencial (“útil”), e, por último, aos professores solteiros com mais responsabilidade familiar. Posteriormente, de acordo com a discricionariedade e conveniência administrativa, eram oferecidas casas aos servidores administrativos.

Naquela época, a Vila Giannetti era conhecida como Vila dos Professores, designação que figurou até 1954, quando da morte do Secretário de Agricultura do Governo de Milton Campos, Américo René Giannetti⁷³, que participou ativamente do processo de estadualização da ESAV, quando a então Vila mudou o nome, em sua homenagem. Sua função de moradia se estendeu até 1991, quando a mesma teve sua finalidade alterada pela Resolução n.º 06/91 do CONDIR⁷⁴, passando da função de moradia para abrigar projetos de extensão e órgãos “parceiros”, empresas públicas e privadas, cujo escopo de trabalho suponha afinidade com os projetos desenvolvidos pela universidade.

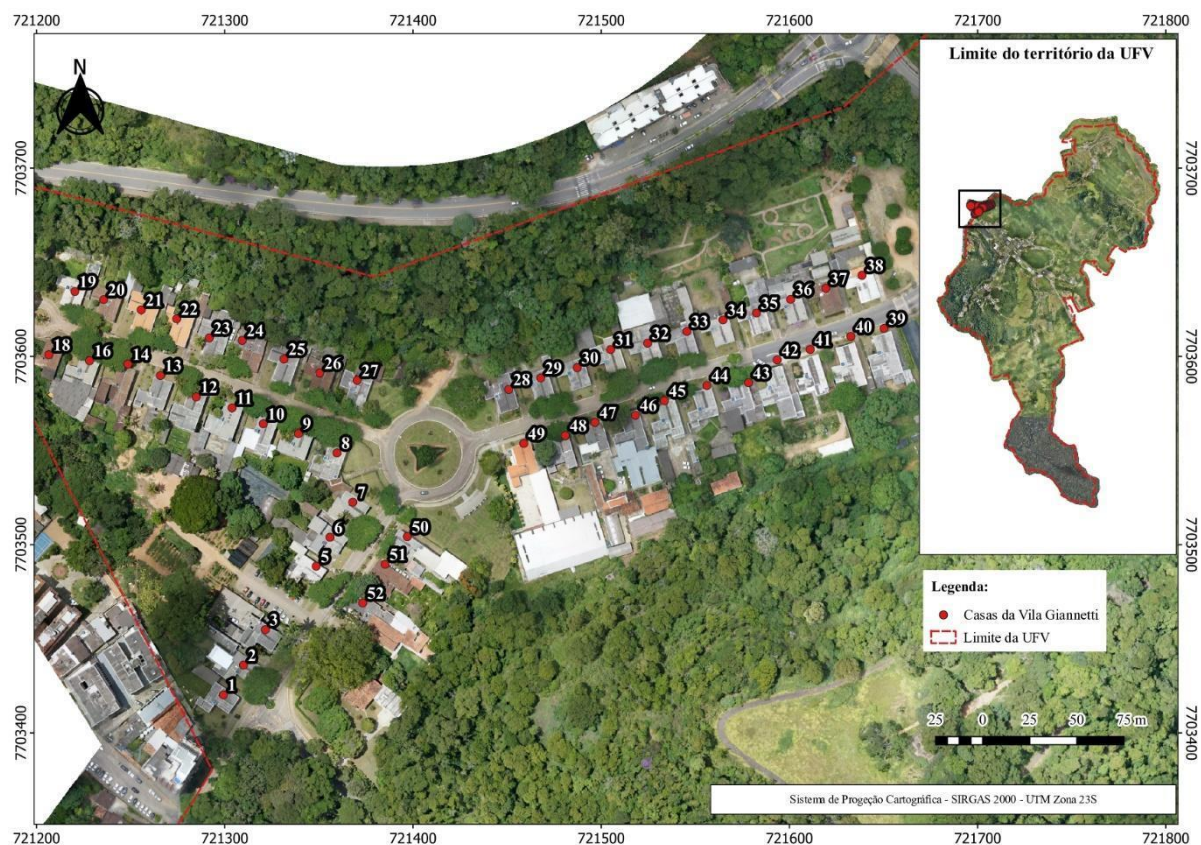
⁷³ Durante a reunião da Congregação em 17 de setembro de 1954, o professor José de Alencar apresentou a proposta de homenagear Américo René Giannetti alterando o nome da Vila dos Professores, a qual foi aceita por unanimidade (UREMG. Atas da Congregação referente ao ano de 1954. Viçosa-MG: UFV, ACH).

⁷⁴ O Conselho Diretor (CONDIR) da UFV correspondia, na época (1974-1999), data baseada na primeira e última resolução do Conselho, ao atual Conselho Universitário (CONSU). Entretanto, as atas do CONSU começaram a ser redigidas em 1969, ano da federalização da universidade até os dias atuais. Atualmente, o CONSU é o órgão superior de administração da instituição. Percebe-se que houve, em certo momento, durante o período da UFV, a coexistência dos dois órgãos. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=161. Acesso em: 14 de nov. 2022.

Para um melhor entendimento, foi elaborado um mapa (Mapa 3), no qual procuramos identificar as numerações das casas, bem como uma tabela detalhada (Tabela 1) com as denominações oficiais de cada edificação na atualidade. Na Tabela 1 também foram assinalados alguns detalhes sobre as entrevistas realizadas com os atuais usuários. Entre eles, encontram-se servidores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados e servidores técnico-administrativos que já se aposentaram e estão trabalhando como voluntários. O objetivo em entrevistar esses atuais usuários das casas da Vila Giannetti foi o de descobrir se os mesmos possuíam conhecimento de estarem ocupando um espaço culturalmente valorizado pela instituição. Cabe destacar aqui que optamos por excluir as residências que são ocupadas por órgãos parceiros, pois os ocupantes são membros externos à universidade, podendo contribuir pouco com o fornecimento de informações históricas sobre as edificações.

A respeito da numeração das casas, ocorreu um fato interessante, pois, ao ir a campo, percebemos que três edificações (as de n.º 4, 15 e 17) não existem. A de n.º 4 se refere a um estacionamento que, pelo espaço, pressupõe-se que houve a derrubada da casa existente, e as outras duas simplesmente não existem, e nem mesmo há indícios que houve construções delas no local, o que nos leva a crer que houve algum erro na numeração.

Mapa 3 - Identificação das casas da Vila Giannetti



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir do Google Maps, 2022. Referência do *site* da UFV com a numeração das casas.

Tabela 2 - Denominações das casas da Vila Giannetti e plano de trabalho das entrevistas.

N.º Casa	Denominação	Órgão Gestor	Entrevista	Situação da casa no momento da entrevista
1	Ludoteca UFV	UFV	Sim	Funcional
2	Casa UFV de música	UFV	Sim	Funcional
3	Fundação Facev	FACEV	Não	Excluída por ser órgão parceiro
4	Estacionamento	UFV	Não existe casa	

N.º Casa	Denominação	Órgão Gestor	Entrevista	Situação da casa no momento da entrevista
5	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	SENAR	Não	Excluída por ser órgão parceiro
6	Programa de Educação Tutorial em Nutrição (PENUT)	UFV	Não	Fechada
7	Programa de Educação Tutorial em Nutrição (PENUT)	UFV	Não	Fechada
8	Núcleo Terrantar e Geoprocessamento ambiental	UFV	Sim	Funcional
9	Unidade interdisciplinar em estudos em desenvolvimento humano e social (UNIEDHS)	UFV	Não	Reforma
10	Arquivo Central e Histórico	UFV	Sim	Funcional
11	Laboratório de Matéria Orgânica e Resíduos	UFV	Sim	Funcional
12	Programa de Extensão Ensino de Línguas (PRELIN)	UFV	Sim	Funcional
13	Núcleo de Estudo de Planejamento e Uso da Terra (NEPUT)	UFV	Não	Fechada
14	EMATER e Superintendência Regional da Fazenda	EMATER	Não	Excluída por ser órgão parceiro
15	Não tem a casa	UFV	Não existe casa	
16	Sindicato dos Servidores da UFMG (SINSUV)	UFV	Sim	Funcional

N.º Casa	Denominação	Órgão Gestor	Entrevista	Situação da casa no momento da entrevista
17	Não tem a casa	UFV	Não existe casa	
18	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais	CREA-MG	Não	Reforma
19	Troca de Saberes	UFV	Não	Fechada
20	Grupo Entre Folhas e Plantas Medicinais	UFV	Não	Fechada
21	Núcleo de análise de Biomoléculas (NUBIOMOL)	UFV	Não	Desistência após duas tentativas
22	Núcleo de Microscopia e Microanálise (NMM)	UFV	Não	Fechada
23	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	Não	Excluída por ser órgão parceiro
24	Laboratório de Química Ambiental (LAQUA)	UFV	Não	Fechada
25	Bioenergia Orgânica	UFV	Não	Fechada
26	Laboratório de pesquisa Bioquímica e Biologia Molecular (Biofarmacos)	UFV	Não	Fechada
27	Engenheiros sem Fronteira/ União dos Escoteiros do Brasil	UFV	Sim	Funcional
28	Divisão Psicossocial	UFV	Sim	Funcional
29	Divisão Psicossocial	UFV	Sim	Funcional

N.º Casa	Denominação	Órgão Gestor	Entrevista	Situação da casa no momento da entrevista
30	Programa de Educação Tutorial	UFV	Não	Fechada
31	Museu Ciências da Terra - Alexis Dorofeef	UFV	Não	Desistência após duas tentativas
32	Museu de Zoologia - João Moojen	UFV	Não	Fechada
33	Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEAD)	UFV	Sim	Funcional
34	Unidade de Estudos Sanidade Agrícola (UESA)	UFV	Não	Fechada
35	Instituto Mineiro de Agropecuária	IMA	Não	Excluída por ser órgão parceiro
36	Clínica de Doenças de plantas/Laboratório de Micologia/Infectário	UFV	Sim	Funcional
37	Laboratório de Interações Inseto-Microrganismos	UFV	Não	Fechada
38	Bombeiro Militar	BOMBEIROS	Não	Excluída por ser órgão parceiro
39	Laboratório do Departamento de Comunicação Social	UFV	Não	Fechada
40	Plano de ações integradas em saúde (Pró-Saúde)	AGROS	Não	Excluída por ser órgão parceiro
41	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA	Não	Excluída por ser órgão parceiro
42	Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa	FRATEVI	Não	Excluída por ser órgão parceiro

N.º Casa	Denominação	Órgão Gestor	Entrevista	Situação da casa no momento da entrevista
43	Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa	FRATEVI	Não	Excluída por ser órgão parceiro
44	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Escritório	EMATER	Não	Excluída por ser órgão parceiro
45	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Regional	EMATER	Não	Excluída por ser órgão parceiro
46	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	Não	Excluída por ser órgão parceiro
47	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	Não	Excluída por ser órgão parceiro
48	Laboratório de Práticas Jurídicas (LPJ)	UFV	Sim	Funcional
49	Associação dos Ex-Alunos da UFMG	UFV	Sim	Funcional
50	Laboratório de Matéria Orgânica e Resíduos	UFV	Não	Reforma
51	Instituto Estadual de Florestas	IEF	Não	Excluída por ser órgão parceiro
52	Seção Sindical dos Docentes da UFMG (ASPUV)	UFV	Sim	Funcional

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2022.

Ao conversar com os usuários atuais das casas da Vila, percebemos que a grande maioria dos entrevistados e entrevistadas já havia, em algum momento, ouvido falar da história da Vila Giannetti como moradia para professores. Entretanto, mesmo entre esses que não sabiam que ela havia recebido a designação de patrimônio cultural da UFMG, todos disseram que “desconfiavam” disso por conta do “rigor” no momento de solicitar manutenções. Segundo

relataram, muitas coisas não eram permitidas, como trocar o modelo das janelas, substituir o telhado, fazer novas ampliações ou instalações de adaptação (como de um bicicletário, por exemplo – demanda apresentada por uma servidora à administração, que foi negada).

Vejamos um trecho de relato:

Então, essa questão de patrimônio histórico da Vila, eu me deparei uma vez com uma demanda de instalação de um bicicletário na parte lateral, externa aqui da casa, e o engenheiro da PAD disse que não poderia fazer a instalação, pois estaria alterando essa questão da paisagem. Essa questão, por ser um patrimônio histórico, eles não poderiam fazer essa instalação e acabaram não instalando mesmo. E assim, por meio do seu trabalho também que agora que eu estou me inteirando melhor de que o processo, na verdade, só consta no planejamento de 2008. Eu, na verdade, não tinha uma informação mais precisa sobre isso, não⁷⁵.

Cabe aqui fazermos um contraponto deste rigor na manutenção, citado pelos entrevistados do conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Giannetti, com as demolições paulatinas que estão ocorrendo na Vila Dr. Secundino. Acreditamos que as falas dos usuários da Vila Giannetti se refiram aos critérios regimentais de intervenção contidos no PDFA (2008-2017). Segundo consta no documento, a área é classificada como Zona de Uso Especial (ZUE) e, além disso, o mesmo a eleva à categoria de patrimônio: “II. a Vila Giannetti representa importante patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico, que deve ser valorizado e preservado” (PDFA, 2008, p. 2). Diante disso, um dos objetivos do PDFA é “XVI. criar normas específicas para intervenções na Vila Giannetti” (*Ibidem*, p. 3), quais sejam:

Art. 50 - A expansão físico-territorial na ZUE deverá obedecer às seguintes estratégias de uso e ocupação do solo:

- I. preservar as fachadas e a volumetria das edificações;
- II. restringir as reformas das edificações a modificações internas e, ou, acréscimos para os fundos, sendo vedada a construção de mais de um pavimento e pé-direito que ultrapasse a 4m (quatro metros);
- III. proibir a criação de baias para estacionamento de veículos ao longo de toda a área correspondente ao afastamento frontal das edificações;
- IV. reservar, pelo menos, uma das entradas laterais das edificações como possibilidade de acesso a áreas de estacionamento;
- V. manter os jardins defronte às edificações, sem gradis ou cercas vivas;
- VI. preservar as áreas verdes e jardins nas rotatórias e no seu entorno;
- VII. manter a arborização constituída pelos flamboyants, como espécie tradicional da Vila Giannetti;
- VIII. uniformizar as placas de identificação e a comunicação visual;

⁷⁵Trecho da entrevista de L.S.S.F. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 11min39s. Data: 18 de julho de 2022. Viçosa, MG.

- IX. criar caminhos de pedestres e passeios entre o meio-fio e o alinhamento das edificações, preservando os flamboyants, os gramados e a permeabilidade do solo;
- X. concentrar as áreas de estacionamento nas extremidades e na área central da Vila Giannetti;
- XI. arborizar e pavimentar o estacionamento localizado na entrada da Vila Giannetti, próximo à Av. Castelo Branco;
- XII. criar área de estacionamento na faixa de que trata o parágrafo 2º do Art. 51 desta Resolução (PDFA, 2008, p.17).

Verifica-se que a maioria das indicações diz respeito à preservação da fachada, da aparência frontal das casas e de sua paisagem. Todavia, percebemos nos relatos que existe um certo conflito em relação a esse congelamento das edificações diante de demandas de manutenção e de reformas essenciais para o uso funcional dos espaços. Essa percepção emergiu quando perguntamos aos entrevistados se eles acreditavam que existe uma política de patrimonialização para a Vila.

Como eu tinha falado antes, eu acho que falta um critério de controle, porque é muito fácil você patrimonializar e não fazer mais nada. Um patrimônio de fachada só para falar que é e para ganhar ponto com isso. As casas precisam de manutenção, lá tem um problema sério que são aqueles telhados lindos invertidos e, com as nossas árvores enormes que estão cheias de folhas, eu te convido a ir lá. Nos dois quartos do fundo que a gente usa, você não consegue ficar dentro, porque está tudo mofado. Apesar deles terem feito manutenção nos telhados, alguns foram descaracterizados, porque trocaram a telha e isso também tem que ser avaliado pelo patrimônio... vamos dizer assim... porque mudou tudo em cima. Não é porque a gente não está vendo que tem que tirar. E precisa ter um controle mínimo, precisa estabelecer critérios, como estávamos falando⁷⁶.

Ah, em parte, sim, eu entendo assim nem tudo que vai ser pedido que pode ser feito, se não vai ter gente que vai querer derrubar a casa e fazer outra no lugar. Então, eu entendo que, sim, mais que existe um certo descaso e, às vezes, essa questão de se proteger o patrimônio, ela é usada para justificar esse descaso, isso é fato, a gente vivencia isso. Coisa simples, como colocar um vidro numa janela, troca de lâmpada, troca de tomada, coisas que não afetaria a estrutura da casa, pelo contrário, melhorariam e até protegeriam. Por exemplo, tinha uma calha ali na cozinha, ali, tava com infiltração, uma junção de um rufo, tava com infiltração, tava descendo água por lá por baixo da laje, tava saindo na lâmpada da cozinha... A gente abriu a solicitação em novembro do ano passado, o rapaz veio aqui deve ter um mês, aí eu brinquei com ele: "mas você não quer esperar começar a chover para ter certeza de que tá tendo infiltração aí não?". Então assim, tem pouca mão de obra, a gente entende, para atender às vezes um serviço específico da UFV, mas tem coisas que a resposta foi simplesmente assim, foi cancelado. Por exemplo, a pintura da janela, a resposta que a gente recebeu foi que no momento não teria como atender que ia ser cancelada a solicitação, a gente não sabe de tudo que tá envolvido na

⁷⁶Trecho da entrevista de R.C.A.M. Fundadora de um dos órgãos que ocupam casa na Vila Giannetti. Duração de 6min30s. Data: 19 de julho de 2022. Viçosa, MG.

questão de recurso, mão de obra e todas essas questões, mas por outro lado a gente vê se gastando dinheiro com outras coisas, então assim, a gente fica sem entender, né? Se é um patrimônio por que que não é melhor cuidado, melhor preservado, e enquanto isso outras demandas são atendidas mais prontamente⁷⁷.

Podemos perceber, pelos relatos acima, que os usuários das residências da Vila Giannetti sentem que há uma questão ambígua em relação às manutenções que podem ou não ocorrer nas casas, pois, ao mesmo tempo que o PDFA a enquadra no rol da seleção dos patrimônios culturais da UFV com a definição de regras específicas de intervenção, pela mesma questão o mesmo documento congela o conjunto arquitetônico impedindo que sejam realizadas modificações de adaptação que poderiam vir a melhorar o cotidiano dos usuários daquele local. Segundo relatos, o problema poderia ser solucionado com critérios claros e específicos em uma legislação patrimonial.

Cabe salientar que recentemente ocorreram reformas de adaptação em algumas casas da Vila, como, por exemplo, construção de rampas de acesso para pessoas com necessidades especiais, além da pintura de algumas fachadas. Segundo conversas com arquitetos que trabalham na Diretoria de Projetos e Obras (DPO), essas construções são para adequação mais acessível do espaço e elas não configuram em descaracterização do conjunto paisagístico. Em relação às cores das tintas com as quais estão sendo pintadas as residências, segundo os mesmos técnicos, nenhuma que foi pintada até hoje está agredindo a harmonização do conjunto arquitetônico.

Observamos com isso que, para alguns/mas entrevistados(as), mais do que preservar o bem cultural para as gerações futuras, o patrimônio tem que estabelecer relações de identidade com a sociedade do presente. Logo, o mesmo tem que ter um uso atual que atenda, de maneira adequada, às necessidades dos grupos que os utilizam ou ocupam, para que possam ter significado de relevância, continuidade e preservação. Essa questão precisa ser melhor problematizada pela administração.

2.5 Vilas dos Operários

Diferentemente da Vila Giannetti, que possui certa quantidade de documentação armazenada no Arquivo Central e Histórico da UFV, depreendemos, a partir das pesquisas, que

⁷⁷ Trecho da entrevista de L.A.X.G. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 14min30s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

o mesmo não aconteceu com as vilas dos operários. Estas quase não possuem menção na documentação institucional da universidade, apenas indícios nos relatórios anuais de construção e nas atas da ESAV-UREMG compreendidas entre os anos de 1949 e 1955. Entretanto, esses indicativos se dão de maneira genérica, sem citar a nomenclatura das vilas; apenas mencionam “casa de operário” quando relatam sobre alguma reforma que se realizou, sem especificar a localização da moradia, conforme relatório da UREMG de 1967, como em: “Reforma ligeira em casas de operários atendendo exclusivamente a fogões e tanques” (UREMG, 1967, p. 4). Este é notadamente um caso de apagamento da memória das vilas operárias.

Diante da dificuldade em encontrar documentação sobre as vilas operárias no Arquivo Central e Histórico da UFV, e em outros acervos institucionais, optamos por priorizar os registros cartoriais e as entrevistas com os moradores para tentar delinear o histórico destas construções e as memórias atreladas a elas. Optou-se por realizar entrevistas com os moradores que ainda residem nas vilas, com o intuito de colher depoimentos sobre as vivências cotidianas, assim como a relação que mantêm com a paisagem ali formada. Excluímos, desta forma, as seguintes vilas desta metodologia: Vila Mattoso, Vila Sete Casas e Vila Chaves, por estarem desabitadas e terem sua finalidade revertida para demandas administrativas.

Segundo as autoras Aline Werneck Barbosa de Carvalho e Tatiana Sell Ferreira (2012, p. 5), no artigo *Difusão da ideologia do habitar moderno no interior de Minas Gerais - estudo de caso das moradias funcionais no Campus da Universidade Federal de Viçosa*, no qual fazem uma análise do aspecto arquitetônico das vilas da UFV, as vilas operárias “foram construídas nas duas décadas subsequentes a fundação da ESAV”, que foi criada em 1922, obedecendo a desenhos de plantas e tipologias arquitetônicas semelhantes, com exceção da Vila Giannetti, que possui características bastante diferenciadas das demais.

Segundo as autoras,

A partir do levantamento arquitetônico realizado “in loco”, verificou-se que todas as moradias possuíam arranjos espaciais e formais bastante simples, constituídos por varanda, sala, cozinha, dois, três ou quatro quartos e banheiro inserido no interior da residência, expressando a divisão funcional recomendada nos modelos de casas econômicas difundidos no Brasil a partir dos primeiros anos do século XX (CARVALHO; FERREIRA, 2012, p. 6).

Vale explicar que o levantamento das casas das vilas operárias realizado pelas autoras supracitadas foi realizado em 2012. Nesse período, as obras de infraestrutura, como banheiros e rede de água e esgoto, já haviam sido construídas.

A partir de 1993, por meio da Resolução n.º 3/93 do CONDIR, que rege “A Política Habitacional Para Imóveis Residenciais da UFV”, foram determinados critérios de ocupação para estes imóveis.

Art. 2º - Os imóveis habitacionais somente serão utilizados como moradias se considerados essenciais, por sua localização em áreas estratégicas, de experimentação, pesquisa, produção, segurança, assistência ou manutenção de serviços fundamentais ao bom desempenho das atividades-fim;

Art. 5º - A cessão de imóveis habitacionais, desativados como moradia, a instituições, entidades ou grupos só será efetivada se as atividades a serem desenvolvidas forem de interesse da Universidade, devendo ser precedida da análise da Comissão de Espaço Físico, da autorização do Conselho Universitário e da assinatura de Termo de Permissão de Uso;

Art. 6º - A partir de janeiro de 1994, todos os ocupantes de imóveis residenciais da UFV, pagarão taxas de ocupação, água, luz, esgoto e coleta de lixo, a serem fixadas e definidas pelo Conselho Diretor (CONDIR, 1993).

De acordo com a Resolução, pudemos inferir que, havendo perda do vínculo institucional, as casas deveriam ser desocupadas. Entretanto, ainda existem três vilas (Dr. Secundino, Araújo e Dona Chiquinha) que são habitadas, sendo as casas ocupadas por servidores que ainda possuem vínculo com a UFV e outras, que são ocupadas por parentes destes servidores, os quais já não mais possuem vínculo institucional. Em relação à última situação, a mesma está sendo analisada na esfera administrativa da UFV, não cabendo ao presente estudo problematizá-la, pois a nós compete investigar as diversas relações socioambientais que foram construídas nestes locais.

A respeito dos terrenos sobre os quais foram construídas essas vilas, optou-se pela utilização do Mapa 4, elaborado em 1934, no qual estão escritos os nomes dos dez antigos proprietários, para termos uma ideia espacial da localidade em que as vilas foram formadas. Acreditamos que a utilização de mapas como fonte histórica é importante, pois nos fornece dados sobre a geografia, a expansão territorial, os assentamentos humanos, a formação da paisagem e outros aspectos da história. Entretanto, apesar da utilização do mapa, não foi possível descobrir sobre qual ou quais terrenos todas as vilas foram construídas, o que comprova o silenciamento dessas informações nos registros institucionais da UFV.

moradores residindo nessa Vila. Atualmente, nas casas funcionam unidades administrativas, como a divisão de vigilância do campus, por exemplo, além de projetos de extensão.

Figura 23 - Paisagem atual da Vila Mattoso



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

A partir do georreferenciamento, foi possível descobrir que as terras nas quais se formou a vila pertenciam a dois proprietários: Francisco Damasceno Campos e Christiano Machado e sua mulher, dona Jovita Teixeira de Siqueira, fazendeiros.

As terras pertencentes a Christiano Machado e sua mulher, dona Jovita Teixeira de Siqueira foram compradas pelo estado de Minas Gerais em 22 de agosto de 1921 pelo valor de Rs 26:000\$000. O local era denominado de “Boa Vista” e, “constava de uma casa de moradia, assoalhada, com uma porta e três janelas na frente; paio assoalhado, coberto de telhas, cercado de taboas; uma coberta de telhas, para carro, no terreiro; moinho coberto de telhas, com aguada, não só como serventia da casa como de (palavra ilegível); e quatorze alqueires, mais ou menos, de terras de plantação de milho, de cultura e pasto (ESCRITURAS, 1996, p. 4).

Já as terras pertencentes aos herdeiros de Francisco Damasceno Campos foram “compradas pelo valor de Rs 3:500\$000, no local também denominado ‘Boa Vista’” (*Ibidem*, p. 28). Inferimos que as especificações do terreno sejam as mesmas das terras outrora pertencentes a Christiano Machado, uma vez que a escritura não traz mais detalhes. Podemos constatar, pelas descrições cartoriais, que a paisagem predominante nesta localidade era de cultura de milho e pasto, não havendo, conforme imagem anterior, nenhum resquício desta paisagem antiga.

Segundo documentos (ofício, relatório e cartas) pesquisados no Arquivo Central e Histórico da UFV, nos quais por diversas vezes aparece o nome do professor Joaquim Mattoso, e posteriormente em conversas informais com servidores mais antigos da UFV, acredita-se que a Vila tenha recebido este nome em homenagem a este sujeito, tendo em vista a prática comum da UFV em nomear seus edifícios e vilas com os nomes dos primeiros professores que lecionaram na ESAV e UREMG.

Joaquim Mattoso foi engenheiro agrônomo contratado como professor auxiliar do Departamento de Zootecnia pela ESAV em 1939. Posteriormente, em 1943, se tornou chefe do mesmo departamento. Em fins de 1950 foi nomeado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, por meio de ato emitido em 23 de janeiro de 1951, diretor da Escola Superior de Agricultura (ESA), tendo exercido o cargo por três anos e retomando depois as atividades didáticas e a chefia do departamento de Zootecnia. Não foi encontrado em documentos oficiais algum relato de que a Vila tenha recebido esse nome em homenagem ao professor Mattoso. Logo, nossa inferência parte da semelhança do sobrenome e de conversas informais, conforme descrito acima.

2.5.2 Vila Sete Casas

A Vila Sete Casas fica próxima aos Departamentos de Direito e Dança. Encontra-se atualmente subutilizada, com várias casas vazias, passando a sensação de abandono. Entretanto, as duas primeiras casas, representadas pela primeira imagem da Figura 24, adiante, são usadas como apoio para os funcionários terceirizados que prestam serviço de construção civil para a universidade. A cobertura asfáltica no início da Vila e a adaptação dessas residências, como pintura e construção de um galpão, foram modificações realizadas para atendimento desta finalidade. Tal dedução se refere à comparação realizada com a segunda imagem da mesma figura, a partir da qual podemos verificar que o calçamento não chegou até o final da vila.

Figura 24 - Paisagens da Vila Sete Casas



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Segundo o georreferenciamento, a exemplo do que foi realizado com a Vila Mattoso, nos foi possível descobrir os nomes dos primeiros proprietários das terras onde hoje se localiza a Vila em análise. São eles Christiano Machado e Lino Lopes Rosado e sua mulher, Dona Thereza Maria de Jesus.

As terras do primeiro proprietário têm a mesma denominação da Vila Mattoso, local denominado “Boa Vista”. As pertencentes a Lino Lopes Rosado e sua mulher, Dona Thereza Maria de Jesus, lavradores, foram compradas pelo valor de Rs40:000\$000 no ano de 22 de agosto de 1921, no lugar denominado “Barbado”. O terreno se “compõe de casa de moradia, coberta de telhas, com paiol de moinho, também cobertos de telhas, cerca de dez mil pés de café, de quatro para cinco anos e canavial, com vinte alqueires de planta de milho, em capoeira e pastos” (ESCRITURAS, 1996, p. 23).

Podemos verificar, pela descrição cartoral acima, que a paisagem desta localidade era formada pela cultura de café, cana-de-açúcar e milho, capoeira e pasto. De acordo com pesquisa *in loco*, não foi encontrado resquício dessas culturas no local, o que demonstra a transformação intensa da paisagem naquele espaço.

Cabe lembrar, conforme apresentado no subcapítulo “2.2 O surgimento das vilas operárias”, que a Vila Sete Casas foi o primeiro conjunto de residências a ser construído na ESAV na década de 1920.

2.5.3 Vila Dr. Secundino

Localizada nas proximidades do Departamento de Zootecnia e da “Avenida da Saúde”, é composta atualmente por quatro casas, sendo todas habitadas. Também existe uma capela

católica na área da Vila. Segundo o artigo de Carvalho e Ferreira (2012), a vila “foi edificada entre 1949 e 1952, aproximadamente”, e o projeto contava com vinte⁷⁹ residências construídas em ambos os lados da via. Entretanto, segundo relatos colhidos durante as entrevistas, havia um total de vinte e duas casas, sendo essa considerada a maior vila dos operários da UFV.

Um fato que ocorre é que as residências dessa Vila estão sendo destruídas paulatinamente, à medida que seus moradores se mudam. Acreditamos que isso está acontecendo em função da crescente demanda por espaço físico na universidade, com o intuito de ampliação da instituição, conforme está expresso no PDFa: “Art. 78 - A expansão físico-territorial na Zona de Expansão 2 - ZEx2 deverá obedecer às seguintes estratégias de uso e ocupação do solo: VIII. a área da Vila Secundino deverá ser futuramente destinada à expansão do CCB” (PDFa-2008-2017, p. 25).

Ao sobrepor o mapa de 1922 sobre o terreno atual da UFV, é possível perceber que o lugar onde está localizada a Vila Dr. Secundino ultrapassava os antigos limites da ESAV, deduzimos que esse terreno tenha sido comprado posteriormente. Como não foi elaborado outro mapa dos lotes adquiridos depois de 1922 (o único com os nomes e limites detalhados das antigas propriedades) (Mapa 4), não é possível conferir os nomes dos antigos proprietários e, por sua vez, os limites do antigo terreno. Logo, os registros de terras anteriores à construção da Vila são ausentes no presente trabalho.

Figura 25 - Paisagens da Vila Dr. Secundino



Fonte: Imagem (1) – Blog do professor Ítalo Stephan, 013. Disponível: <https://italostephanarquitecto.blogspot.com/2018/09/vilas-do-campus-da-ufv.html>. Acesso em: 01 abr. 2023. Imagem (2) – Acervo da autora, 2022.

⁷⁹Universidade Federal de Viçosa, Divisão de Projetos. Cadastro Planta Geral - Vilas, 1986. Viçosa-MG: UFV, ACH.

De acordo com as figuras acima (Figura 25), podemos observar pela imagem tirada em 2013 que o desmonte da Vila já havia iniciado. Pode-se notar, pelos entulhos, a recente derrubada de uma das residências. Entretanto, apesar disso, ainda existia um número significativo de residências dos dois lados da Vila, o que já não ocorre em 2022, uma vez que já não existe nenhuma casa na parte superior.

Sobre a denominação da Vila, tudo indica ser uma homenagem a Antônio Secundino de São José, agrônomo formado na ESAV, que em 1933, a convite de Bello Lisboa, se tornou professor assistente do Departamento de Agronomia da mesma instituição. Em 1937, foi promovido a Chefe do Departamento de Genética, Experimentação e Biometria, e em 1947 aceitou o cargo de diretor da Escola, no qual permaneceu até 1951⁸⁰. Secundino é reconhecido pela comunidade acadêmica como figura ilustre pelos feitos nas pesquisas com o milho híbrido, o que, segundo os relatos oficiais, foi uma revolução no cenário do agronegócio brasileiro (PACHECO, 2006). Além da vila de operários, a Biblioteca Central da UFV também leva o nome de Antônio Secundino, sendo designada – “Biblioteca Central Professor Antônio Secundino”. Novamente, comprova-se a valorização de uma tradição da instituição de se ligar à seleção de memórias das elites que fizeram parte da fundação da universidade.

Devido à ausência de documentação, não foi possível precisar a data em que a Vila recebeu a nomenclatura. Entretanto, foi possível perceber nas entrevistas realizadas com os moradores desta localidade, que os mesmos se sentem honrados em habitá-la, devido ao passado de sucesso de seu homenageado. Desse modo, observamos que a grande maioria conhece um pouco sobre a história de Antônio Secundino.

2.5.4 Vila Dona Chiquinha

A segunda vila de operários que ainda possui moradores é a Vila Dona Chiquinha. Localizada nas proximidades da Nova P.H. Rolfs, é composta por apenas três residências. Entretanto, no projeto original⁸¹, contava com quatro, e por isso concluímos que uma foi derrubada. O acesso a elas é um pouco difícil, como constatado pela imagem da Figura 26, pois a área está coberta pela vegetação alta. A percepção que tivemos deste pequeno grupo de moradores, quando realizamos as entrevistas, é que são pessoas que convivem bem e apreciam a tranquilidade do local. O tempo que moram ali varia de vinte a setenta anos.

⁸⁰Disponível em <http://www.personagens.ufv.br/?area=joaquimMattoso>. Acesso em 01 abr. 2023.

⁸¹ Universidade Federal de Viçosa, Divisão de Projetos. Cadastro Planta Geral - Vilas, 1986. Viçosa-MG: UFV, ACH.

Assim como nos casos anteriores, a documentação sobre essa vila é escassa. Entretanto, “de acordo com relato de um antigo morador, a vila foi edificada na década de 1950” (CARVALHO; FERREIRA, 2012, p. 6).

Figura 26 - Paisagem da Vila Dona Chiquinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Em conversas informais com servidores mais antigos da UFV, os mesmos disseram que a nomenclatura da vila se refere a uma “grande fazendeira” que havia na região. Logo, em pesquisa pelos registros cartoriais na Divisão de Projetos e Obras da PAD⁸², encontramos a “Escritura pública de doação que faz o Estado de Minas Gerais à Universidade Federal de Viçosa”, em 4 de janeiro de 1971, com a seguinte descrição de doação de um terreno:

(...) um terreno de 13 hectares, 16 ares e 48 centiares, mais ou menos, com todas as benfeitorias, no lugar denominado “Casinha Fazenda da Creciuma” ou “Creciuma”, havidos de José Estevam de Castro e sua mulher Francisca Bernardina da Silva, conforme escritura devidamente transcrita sob o n.º 34.976, do livro 3-BB; (PAD, 2023, s.p.).

⁸² A Pró-Reitoria de Administração da UFV (PAD) está dividida, na atual gestão (2019-2023), em quatro Diretorias, a saber: Diretoria de Logística (DLO), responsável pela manutenção das condições de transporte; Diretoria de Manutenção de Edificações (DIM), responsável pelos assuntos relacionados à manutenção da infraestrutura física dos edifícios; Diretoria de Meio Ambiente (DAM), responsável pelo tratamento de água, das áreas verdes e da coleta de resíduos; Diretoria de Projetos e Obras (DPO), responsável pelos projetos estruturais e pela infraestrutura das obras; e Diretoria de Segurança Patrimonial e Comunitária (DSG), que responde pela segurança patrimonial do Campus e da comunidade acadêmica. Disponível em: <https://pad.ufv.br/conheca-a-pad/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

Ao pesquisarmos no livro de Escrituras (1996), foram encontrados dois registros de compra e venda datados: o primeiro, de 11 de junho de 1931, no valor de Rs4:000\$000, e o segundo, de 26 de abril 1932, no valor de Rs 7:000\$000, ambos pertencentes à proprietária Francisca Bernardina da Silva, agricultora. As terras eram situadas “no lugar denominado ‘Creciuma’, e possuíam cultura de planta e milho, e uma casa de morar assoalhada, coberta de telas, com uma janela e duas portas na frente” (ESCRITURAS, 1996, p.35). Conforme o documento, essas terras foram compradas pelo Estado de Minas Gerais no início dos anos de 1930, para formação da ESAV.

Após o georreferenciamento da Vila Dona Chiquinha, foi possível percebermos que a mesma se encontrava na região conhecida como “Creciuma”, não sendo possível delimitar a área precisa. Entretanto, em função da semelhança do nome do local, é possível inferir que se trata das terras da senhora Francisca Bernardina, e acreditamos que Dona Chiquinha tenha sido o apelido pelo qual era conhecida. Assim como a paisagem das vilas anteriores, na Vila Dona Chiquinha também não existem resquícios da vegetação e construção da época em que a antiga proprietária morava no local.

2.5.5 Vila Araújo

Localizada às margens da avenida (Figura 27) que dá acesso às áreas destinadas à criação de animais (Cunicultura, Piscicultura, Ranicultura, Suinocultura etc.), essa vila é formada por um conjunto de sete casas, sendo cinco na avenida e duas mais afastadas. Entretanto, cabe destacar que, no levantamento realizado em 1986⁸³ pela Divisão de Projeto e Obras da PAD, só constavam cinco casas na planta, dando a entender que são as cinco da margem da avenida. As duas que estão mais no interior do terreno não foram consideradas, mas, segundo os relatos das entrevistas com os moradores, elas também fazem parte da Vila. Os moradores desta localidade que foram entrevistados moram ali entre dois e trinta anos. Uma questão que os une, além da convivência cotidiana, é o vínculo de lotação no Departamento de Zootecnia, pois, na maioria das residências, existe um servidor que trabalhou ou trabalha nas unidades deste departamento para o manejo do trato animal.

Ele passou no concurso, né, pra Universidade, pra aqui na piscicultura, e a gente morava em Paula Cândido, e ele vinha todo dia, chegava... saía de casa

⁸³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Divisão de Projetos. Cadastro Planta Geral - Vilas, 1986. Viçosa-MG: UFV, ACH.

6 da manhã, chegava em casa 6 da noite, e tinha um chefe dele que saiu a casa pra ele, mas ele já tinha uma propriedade aqui e cedeu a casa pro xxx, aí nois viemo morar aqui⁸⁴.

Figura 27 - Paisagem da Vila Araújo



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Durante pesquisa no ACH, foi encontrado um ofício datado de 15 de julho 1941, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, endereçado ao Diretor da ESAV, na época Geraldo Carneiro, o qual solicitava em nome do Governador a proposta de compra e venda das terras do Sr. José da Silva Araújo Jr. Em resposta rápida ao ofício, o diretor da ESAV enviou em 19 de julho de 1941 as informações referentes à fazenda, com a descrição dos terrenos de todos os proprietários que a compõem (ESAV, 1941).

Pela semelhança do sobrenome, deduzimos que estivessem falando da localidade onde se encontra a Vila Araújo. Além dessa inferência, segundo relatos de antigos servidores da instituição, essa localidade pertencia à família dos Araújo, o que se confirma com a descrição cartorial abaixo.

José da Silva Araújo Jr :1 casa de residência em bom estado. 1 paiol em estado regular (40 carros). 1 tulha em estado sofrível. 1 moinho regular. 1 engenho movido a boi. 6 casas de colonos. 700ms, de encanamento de água (diam. variado). 30.000 pés de café, dos quais 5.000 pés de 9 anos. São 65 alqueires de terra. Destes 32,5 pertencem ao sr. Araújo e 32,5 aos seus dez filhos.

José Batista da Silva Araújo: 8.5 alqueires de terra. 1 casa de colono (de sapé). 1 casa de colono (de telhas).

Rafhael Evaristo da Silva Araújo: 7 alqueires de terra. 2 casas de tijolos e telha para colonos. 2 casas de sapé e pau a pique. 1 casa de telha e pau a pique. 1

⁸⁴ Trecho da entrevista de E.V.O. Moradora de uma das casas da Vila Araújo. Duração de 12min. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

casa de residencia em bom estado. 1 paiol para 30 carros de milho. 1 moinho regular.

José Raimundo Ferreira da Silva: 1 casa de residência, 1 casa de telha e pau a pique para colonos. 1 casa de telhas e tijolos. 1 paiol para 30 carros de milho. 1 tulha de café. 1 moinho. 6 alqueires de terra. 16.000 pés de café,

Rafhael Evaristo da Silva Araújo e D. Rita (sogra) e filhos: 10,5 alqueires de terra.

O alqueire é considerado de 30. 976 m². . Pela lista são 97 alqueires. Pela medição do Dr. Mario – 104,7 alqueires de 30.976 ou sejam, 324,9Ha.

Terreno: 104,7 alqueires a 2.000\$000[...] Como nos interessa a agua, creio que poderemos oferecer 300 a 325:000\$000 (ESAV, 1941, s.p.).

Após pesquisa no livro de Escrituras (1996) foi possível verificar que a escritura de compra do terreno do senhor Sr. José da Silva Araújo Jr. e de outros foi realizada em 17 de janeiro de 1946, com todas as descrições do documento acima. Logo, a partir do exposto, podemos concluir que a compra foi realizada e a Vila instalada no terreno da “Fazenda dos Araújo”, como era conhecido aquele local, a partir da segunda metade da década de 1940 (ESCRITURAS, 1996).

Como em outros casos, não restam indícios das culturas que eram plantadas naquele local, na época em que era conhecida como “Fazenda dos Araújo”.

2.5.6 Vila Chaves

A Vila Chaves é atualmente composta por apenas uma casa que foi reformada, e possui a localização mais distante do centro administrativo da UFV, situando-se próximo ao aeroporto de Viçosa. Ela possui acesso tanto por uma estrada de terra, que se liga ao campus, quanto pela rodovia BR 120.

Segundo a planta geral de levantamento das vilas, realizada pela Divisão de Projetos da PAD, a mesma era constituída por 13 casas⁸⁵, sendo 10 delas em formato geminadas, dispostas em ambos os lados da rua. “A tipologia das três casas isoladas é a mesma das casas geminadas, diferindo apenas quanto ao telhado e ao tratamento da fachada” (CARVALHO; FERREIRA, 2012, p. 6). Pelas imagens a seguir (Figura 28), as casas geminadas representam a primeira imagem, à esquerda, e as três isoladas são representadas pela imagem à direita.

Sobre a infraestrutura desta Vila, podemos notar, a partir da Figura 28, que, a exemplo das outras vilas, a localidade não possuía calçamento. Outra informação é que após um período

⁸⁵ Universidade Federal de Viçosa, Divisão de Projetos. Cadastro Planta Geral - Vilas, 1986. Viçosa-MG: UFV, ACH.

de pouco mais de uma década, todas as residências foram destruídas, restando no local apenas uma casa (Figura 29), que não corresponde mais ao aspecto arquitetônico e construtivo das antigas residências que ali existiam. Deste modo, assim como Carvalho e Ferreira, (2012, p.2), acreditamos que a demolição da Vila Chaves se deu em função da “expansão física decorrente do crescimento acadêmico da instituição, (...) para dar lugar à construção de novos edifícios educacionais e administrativos”.

Não encontramos mais nenhuma outra documentação ou registro que pudesse fornecer informações sobre sua constituição. Entretanto, em relação à nomenclatura, em conversa com servidores mais antigos, os mesmos disseram que a Vila recebeu o sobrenome de um antigo reitor da UFV.

Figura 28 - Paisagens da Vila Chaves



Fonte: FERREIRA, Tatiana Sell, (2010). Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4347>. Acesso em: 01 abr. 2023. Acesso em: 01 abr. 2023.

Figura 29 - Paisagem atual da Vila Chaves



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

É do conhecimento de que é costume da instituição a prática de fazer homenagens aos antigos professores, dando os seus nomes aos edifícios e vilas, com isso chegamos ao nome do ex reitor Geraldo Martins Chaves. Segundo o *site* oficial da instituição, “Personagens e Pioneiros da UFV”, Chaves era engenheiro agrônomo formado pela UREMG em 1951, quando anos depois passou a ocupar cargos dentro da Universidade.

Em janeiro de 1955, é contratado pela Universidade como regente da cátedra de Fitopatologia. Professor assistente, catedrático, por concurso público de títulos e provas, e titular, por mérito. Diretor da ESA e da UREMG, por dois períodos, de 1964 a 1969, e vice-reitor; reitor da UFV, de 31.8.1984 a 30.8.1988 (UFV, 2023, s.p.).

Assim, deduzimos, pela semelhança do sobrenome, que o Sr. Geraldo tenha sido o homenageado com o nome da Vila. Entretanto, não foi encontrada nenhuma documentação a respeito.

Após esta pesquisa inicial sobre as vilas operárias da UFV, chegamos à conclusão de que suas construções foram instituídas sob a forma de um mecanismo de controle social. As características que comprovam essa teoria são as que vão ao encontro do controle da vida dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho, como a escolha do dia para consultas médicas, a proibição da participação em festejos de carnaval e de primeiro de maio, além da proibição de sindicatos ou de organizações e atividades de protesto. Essas práticas tinham como objetivo manter os trabalhadores sob controle e minimizar o potencial de organização e resistência. Além

disso, buscavam forjar a conduta moral dos operários, baseando-se na rígida disciplina e nos costumes cívicos, bem como em ideias propagadas pela universidade no início da sua construção.

CAPÍTULO 3: VILAS DA UFV - FORMAÇÃO DE PAISAGENS E LUGARES DE MEMÓRIA

Neste trabalho, optamos pelo uso da noção de paisagem como “fato cultural” ou “processo cultural”, no sentido que lhe é atribuído por Ulpiano Bezerra de Meneses (2002), o que pressupõe dizer que a paisagem é fruto do trabalho organizado de determinada sociedade, a qual, através de experiências e vivências, estabelece relações com o meio em que vive, transformando-o e sendo por ele transformada. Nossa abordagem escolheu por esse direcionamento na medida em que acreditamos que “pessoas e ambientes são componentes constitutivos do mesmo universo” (MENESES, 2002, p. 36), pois nenhuma sociedade se constitui em exterioridade ao meio, mas, sim, em interação contínua com o mesmo, num processo de coevolução (CABRAL, 2014).

Nosso propósito foi o de analisar os processos culturais e naturais que constituíram as paisagem das vilas e a transformação desses locais em “lugares de memória” (NORA, 1993). Como afirma Meneses (2002, p.36-37), “a paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses ‘traços fósseis’ que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo”. Assim, por meio dos relatos orais, foi possível compreendermos a construção das paisagens das vilas, às quais estão relacionados diversos sentidos, valores e significados.

Posto isso, quando analisamos mais de perto esses valores e significados, nos é permitido identificar vários aspectos daqueles grupos e perceber que esse conjunto de características e relações que se formaram ali representa o conjunto identitário daquele local. Desse modo, conferir valor de patrimônio cultural a determinada paisagem implica dizer que as relações que foram estabelecidas naquele lugar, sejam sociais ou com os elementos da natureza local, estão intrinsecamente atreladas ao desenvolvimento do grupo que ali se estabeleceu.

A partir do exposto, iremos explanar um pouco sobre as diversas relações que se estabeleceram no território da UFV tendo a paisagem como personagem constituinte desse cenário.

3.1 Noção de natureza contida no projeto do campus universitário

Com base em Verger (1990), Arrussul (2009) explica que as universidades surgiram na Europa Ocidental, entre os séculos XI e XII, sob o rígido monopólio da igreja. Com o passar do tempo e o surgimento dos Estados Nacionais, as universidades se tornaram espaços urbanos, e passaram a assumir um papel social, tendo em vista que seus intelectuais participavam das decisões políticas das cidades.

Para o autor Luciano Godoy Arrussul, a ideologia dos Estados Nacionais moldou o sistema de ensino das universidades, uma vez que,

A finalidade da universidade deixa de ser o conhecimento em si, isto é, um conhecimento voltado para formação teológico jurídica, mas a preocupação com que os estudos contribuíssem para elaboração da ideologia monárquica que acompanhava o nascimento do Estado Moderno. A concepção alimentada pelos governos nacionais apontava a necessidade de organizar um sistema educacional único, com valores e objetivos peculiares às demandas de cada país. Surgem nesse sentido, vários modelos de universidade. Entre eles: o modelo alemão, o modelo napoleônico e o modelo anglo-saxônico (ARRUSSUL, 2009, p. 31).

O modelo alemão era baseado no conhecimento científico, cujo objetivo era avançar o conjunto da sociedade em seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Esse sistema consolidou o sistema de cátedra, no qual havia um líder intelectual responsável pela gestão administrativa e acadêmica dos conteúdos curriculares (ARRUSSUL, 2009).

O modelo francês era caracterizado pela ênfase na centralização e no controle do governo sobre as universidades. Essa centralização e controle estendiam-se ao currículo e ao ensino. Por sua vez, o modelo anglo-saxônico seguia os preceitos rígidos da formação da personalidade e do caráter com forte aceno moral. Essa foi a matriz incorporada pelas colônias norte-americanas, que imprimiram nos *colleges* (precursores das universidades) tal modelo de educação. Os *colleges* eram, segundo Arrussul (2009), comunidades universitárias rurais nas quais os estudantes do sexo masculino conviviam com seus tutores em regime de internato. Entretanto, apesar do modelo importado, as universidades norte-americanas ressignificaram a concepção inicial e imprimiram em suas instituições características próprias, como a tríade do ensino, da pesquisa e da extensão. Ademais, para além do campo educacional, as universidades norte-americanas também moldaram a concepção do espaço físico no qual se instalaram.

Remanescentes dos *colleges*, os terrenos nos quais essas instituições foram adaptadas para se fundar as universidades eram, em sua maioria, rurais. Segundo o autor J. Philip Gruen (2012), a transformação na paisagem desses locais se deu desde a origem. Ela se dava em função

da adequação do território para a adaptação do processo agrícola, industrial e militar norte-americano.

The landscape connections are literal: the legislative impetus for establishing land-grant colleges was ostensibly to create institutions that would provide proper training in the extraction, processing, and management of natural resources for the advancement of America's rising agricultural, industrial, and military empire⁸⁶ (GRUEN, 2012, p. 3).

Segundo o mesmo autor, essas transformações no ambiente natural seguiam a premissa da institucionalização do ensino prático, concepção educacional seguida pelos *colleges*. Para Arrussul (2009), a ideia era fundar as escolas em espaços que ficavam em contato com natureza, com o objetivo de separar os estudantes do espaço corruptor das cidades. Para tanto, era preciso utilizar e adaptar os espaços ocupados pelos *colleges* agrícolas. “Este ideal é tão forte nos Estados Unidos, que mesmo as escolas localizadas nas cidades, onde a terra é mais escassa, procuram áreas que simulem, de alguma forma, com muito verde, um rio ou um lago, uma espacialidade rural” (PINTO, BUFFA, 2009, p.10). Tal modelo se configurou na implantação precursora dos *campi* universitários, pois o ensino passava dos prédios para ser ministrado em várias áreas localizadas dentro deste território amplo e peculiar, próximo a elementos da natureza.

O inglês Ebenezer Howard, criador do conceito de cidades-jardins, no qual descreveu uma cidade utópica em que as pessoas viviam harmonicamente juntas com a natureza, teve seu modelo como matriz para a elaboração do primeiro *campus* norte-americano, localizado em Charlottesville (ARRUSSUL, 2009).

Conforme descrito no trabalho de Arrussul, o projeto se dava da seguinte maneira:

No final de cada um dos eixos perpendiculares, implantou-se um edifício. Um de cada lado do eixo, numa composição equilibrada em que os prédios ficavam separados por um largo jardim, um *lawn*, gramado entremeado por arranjos paisagísticos ao longo dessa extensa avenida verde (de início, o *lawn* não passava de um descampado deserto, [...]). De cada lado do *lawn* e passando em frente aos edifícios, ruas levavam até a rotunda implantada, majestosamente, no final do conjunto. No início, toda circulação se fazia por uma *loggia*, caminho abrigado que passava em frente a todos os prédios; posteriormente, foram abertas as ruas que, a princípio, passavam pelos fundos e que, de fato, não eram tão necessárias nessa época. No projeto inicial, ao lado de cada edifício destinado ao ensino, situava-se um alojamento para

⁸⁶ Tradução livre: As conexões da paisagem são literais: o ímpeto legislativo para estabelecer faculdades de concessão de terras foi ostensivamente criar instituições que forneceriam treinamento adequado na extração, processamento e gerenciamento de recursos naturais para o avanço do crescente império agrícola, industrial e militar da América (GRUEN, 2012, p. 3).

estudantes ou professores. Sempre separado por um jardim, cada edifício tinha sua independência e personalidade. As funções e a destinação de cada edifício eram mais definidas e não havia a superposição de cursos muito diferenciados nem a superposição de funções muito distintas num mesmo prédio. Uns eram destinados ao ensino, outros ao alojamento, outros a refeitórios, biblioteca etc., de tal forma que cada edifício tinha um uso preponderante. Estas construções não se assemelhavam, em nada, aos prédios monacais ou edifícios alongados dos *colleges* ingleses. As plantas, geralmente quadradas, permitiam que os edifícios fossem banhados pelo sol e ventilados em todas as faces, graças à forma e ao afastamento entre eles. A vasta área do *campus* permitia esta individualização e distanciamento entre os edifícios. Naturalmente, todo o conjunto era mais arejado e o reconhecimento de cada prédio facilitado por seu aspecto e localização individual (PINTO 2005 *apud* ARRUSSUL, 2009 p.12).

Não é de estranhar que essa descrição seja semelhante a muitos dos *campi* universitários que conhecemos no Brasil, inclusive o da UFV tendo em vista que a proposta foi difundida nos países da América Latina e incorporada por muitos deles. No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, o ministro da educação, Gustavo Capanema, seguindo o modelo do projeto norte-americano, difundiu o ideal de cidade universitária a ser implantado no país. Seu conceito procurava imiscuir ao projeto, o “pensamento paradigmático de um urbanismo moderno e inovador, no qual serviria de suporte a um governo que desejava firmar valores culturais” (ARRUSSUL, 2009, p. 44).

Cabe explicar que a primeira universidade criada no Brasil foi no Rio de Janeiro e tinha passado a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil. Sua criação foi um importante marco na história do ensino superior no país, pois objetivava-se fundar as referências para as faculdades e escolas nacionais. A Universidade do Brasil passou por um processo de expansão e desenvolvimento, incorporando novas faculdades e institutos ao longo dos anos. Em 1965, a instituição foi reorganizada e se tornou a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (ARRUSSUL, 2009).

Sobre o projeto educacional a ser implantado por Gustavo Capanema, este buscava forjar segurança e disciplina em um lugar bucólico, e tinha o intento de afastar os estudantes, que estavam em constante formação da personalidade, dos problemas e efervescências sociais que ocorriam nas cidades, seguindo, desse modo, o princípio da não-contaminação pelas mazelas sociais. Nesse sentido, foram construídas, além de edificações com finalidade de ensino, construções que supriam as necessidades básicas do cotidiano dos estudantes, como mercados, farmácias e bancos, a fim de que os mesmos não precisassem sair do *campus* universitário. Esses aspectos atendiam o objetivo do Estado Novo, de organizar as vidas das coletividades.

Apesar do esforço na tentativa de isolamento dos estudantes, Arrussul afirma que os *campi* brasileiros ainda são regiões limitadas, que não possuem toda infraestrutura necessária para a vida cotidiana como nas cidades. Entretanto, apesar de não assumir todo o potencial pretendido pelo ministro Capanema, em seu projeto inicial, observamos que os *campi* universitários brasileiros são locais das mais variadas vivências.

No caso da ESAV, notamos que a incorporação do modelo norte-americano dos *colleges* em seu processo de formação, ressalvadas as devidas proporções e adaptações, se deu de maneira satisfatória. Podemos perceber na paisagem fabricada do atual campus UFV de Viçosa, por exemplo, as referências do projeto de campus universitário estadunidense, conforme descrito pelo autor J. Philip Gruen:

The land-grant campus is, perhaps, the nation's vernacular campus. Seemingly lacking coherence, a reasonably well-ordered core of academic and administrative buildings dressed in traditional styles often gives way to high-rises, parking lots, residential structures, roads, fields, barns, and outbuildings. Pathways, lawns, ponds, creeks, paths, and tree cover, occasionally mirroring the contours of the landscape, help to soften what might otherwise become a more jarring formal prospect, but consistency, order, and formality rarely provides the lasting impression⁸⁷ (GRUEN, 2012, p. 2).

A utilização da palavra vernacular citada por Gruen (2012) tem concepção semelhante à atribuída pelo autor John Brinckerhoff Jackson, na obra de Jean Marc Besse (2014), em que é utilizada para definir uma das facetas do conceito de paisagem. Segundo Jackson, “paisagem política” e “paisagem vernacular” não são concepções contrárias, mas o oposto disso: são apenas conceitos diferentes de uma mesma paisagem que, sendo muitas vezes justapostos, poderão coexistir em um mesmo local.

O conceito de paisagem política proposto em Besse refere-se à dimensão política e ideológica que está presente nas paisagens. Ele argumenta que as paisagens são construídas e moldadas por relações de poder, influências políticas e processos sociais. Ao observar uma paisagem, é possível identificar elementos que refletem a política, como monumentos, símbolos, infraestruturas e arranjos espaciais. Besse examina como os poderes instituídos moldam a paisagem, como essas estruturas são materializadas e como a política é expressa e

⁸⁷ Tradução livre: O campus de concessão de terras é, talvez, o campus vernacular do país. Aparentemente sem coerência, um núcleo razoavelmente bem ordenado de edifícios acadêmicos e administrativos vestidos em estilos tradicionais muitas vezes dá lugar a arranha-céus, estacionamentos, estruturas residenciais, estradas, campos, celeiros e dependências. Caminhos, gramados, lagoas, riachos, caminhos e cobertura de árvores, ocasionalmente espelhando os contornos da paisagem, ajudam a suavizar o que poderia se tornar uma perspectiva formal mais chocante, mas consistência, ordem e formalidade raramente fornecem a impressão duradoura (GRUEN, 2012, p. 2).

representada no ambiente físico. Ele investiga as relações de poder entre diferentes atores sociais e políticos e demonstra como essas associações se manifestam nas paisagens urbanas e rurais.

Por outro lado, a paisagem vernacular, também abordada por Besse, refere-se à dimensão cultural e cotidiana das paisagens. Ela se concentra nas formas de vida, nas práticas culturais e nas experiências das pessoas que habitam e interagem com a paisagem. Essa abordagem valoriza a compreensão das paisagens a partir das perspectivas e vivências dos indivíduos e comunidades locais. Esse tipo de paisagem é o modelo que, segundo Gruen (2012), se pretendia imprimir nos *campi* universitários norte-americanos.

Com o desenvolvimento das cidades e a expansão das universidades, notamos que o projeto inicial de *campus* universitário, como local que mescla o ambiente urbano e rural, sofreu algumas adaptações. O aumento da circulação de veículos fez com que antigos espaços verdes se transformassem em estacionamentos, além de outras remodelações. Entretanto, apesar disso, como afirma Gruen (2012), a concepção vernacular da paisagem ainda é perceptível em meio ao projeto político.

And yet the presence - and the visibility - of the land remains, marked as much by the ordinary barns, stables, and tilled fields on the edges as it is by the varied building types and open spaces in the center. Tightly organized or not, that presence reminds us of the land-grant mission to uplift the industrial classes and transform the natural landscape for the economic advancement of the region. How this vernacular campus reconciles its buildings and spaces with the realities of the cultural origins of its soil may ultimately provide the most lasting features of its landscape⁸⁸ (GRUEN, 2012, p. 6).

Em relação ao estudo em questão, podemos notar que o campus UFV, seguindo o modelo de criação dos *colleges* norte-americanos, fundação erguida sobre grandes extensões de terras, sobretudo agrícolas, também provocou em sua trajetória de desenvolvimento grandes transformações na paisagem existente. Conforme descrito anteriormente, suas diversas edificações de ensino, pesquisa e extensão, além de infraestruturas urbanas que foram construídos ao longo do tempo, tiveram suas implantações, conforme os registros de terras apresentados no Capítulo 2, fundadas sobre terrenos de cultivo de monocultura agrícola, em sua

⁸⁸ Tradução livre: E, no entanto, a presença - e a visibilidade - da terra permanecem marcadas tanto pelos celeiros comuns, estábulos e campos cultivados nas bordas quanto pelos variados tipos de construção e espaços abertos no centro. Firmemente organizada ou não, essa presença nos lembra da missão fundiária de elevar as classes industriais e transformar a paisagem natural para o avanço econômico da região. Como este campus vernacular reconcilia seus edifícios e espaços com as realidades das origens culturais de seu solo pode, em última análise, fornecer as características mais duradouras de sua paisagem (GRUEN, 2012, p. 6).

maioria de café e milho, além de pasto. Estes espaços foram manejados para dar lugar às diversas terraças⁸⁹ agrícolas, que foram implantadas ao longo dos terrenos, a fim de dar subsídio ao ensino e à pesquisa, sobretudo às aulas práticas do curso de Agricultura, além de outras ações de manejo com a terra. Essas marcas ainda persistem nos campos de experimentação agrícola do Vale da Agronomia.

Ao analisar a paisagem do Campus UFV sob a perspectiva descrita por Jean Marc Besse (2014), podemos identificar tanto elementos que refletem as estruturas de poder e as dinâmicas políticas presentes quanto componentes que representam a cultura da comunidade universitária.

Para tanto, sobre a paisagem política, ao se referir às características físicas, simbólicas e sociais que refletem as estruturas de poder e as relações de poder presentes em determinado espaço, notamos que no contexto da UFV elas podem ser facilmente identificadas na disposição geográfica de seus principais edifícios. Observamos que os mesmos estão distribuídos de acordo com a hierarquia administrativa e acadêmica, como a localização do prédio que abriga os setores administrativos (Edifício Arthur Bernardes), político (Edifício Professor Rolfs - Reitoria) e financeiro, todos localizados na parte central da Universidade.

Já a paisagem vernacular, ao se referir às características mais cotidianas e culturais de um determinado espaço, pode ser relacionada, no caso da UFV, aos elementos presentes nas áreas de convívio social, como as praças, áreas verdes e espaços de preservação ambiental, os quais buscam conciliar a convivência humana com a natureza. Essa configuração de cenário pode ser observada também a partir de características particulares da cultura estudantil, como as festas e os eventos, e da cultura e costumes desenvolvidos nas vilas residenciais, seja na Giannetti ou nas operárias.

Como exemplificado anteriormente, com o surgimento dos *colleges* em assentos agrícolas e posteriormente adaptados para universidades e *campus* universitário, notamos que essas modificações nada mais foram que resultados de processos de interação entre elementos culturais e naturais que se deram ao longo do tempo. Entretanto, essa relação entre natureza e cultura é um tema complexo e sistêmico, que há muito vem sendo discutido pela historiografia como concepções díspares. Contudo, observamos que estudos mais recentes, como o desenvolvido pelo autor, filósofo e cientista francês Bruno Latour (2020), esse processo é mais

⁸⁹ O terraceamento da lavoura é uma prática de combate à erosão fundamentada na construção de terraços com o propósito de disciplinar o volume de escoamento das águas das chuvas. Essa prática deve ser utilizada concomitantemente com outras práticas edáficas (são formas de manejo ou tratos ou manipulação do solo), como por exemplo, a cobertura do solo com palhada, calagem e adubação fertilizante balanceadas, e com práticas de caráter vegetativo, por exemplo, rotação de culturas com plantas de cobertura e cultivo em nível ou em contorno. A combinação dessas práticas de controle da erosão compõe o planejamento conservacionista da lavoura. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/13599347/ID01.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

associativo que dicotômico, pois faz parte de uma rede de interações que conecta a humanidade e faz surgir implicações sobre ela e o meio biofísico.

Latour argumenta contra a visão tradicional de separação entre natureza e cultura, destacando que as ações humanas têm consequências profundas para os ecossistemas e a vida no planeta e vice-versa. Ele critica a ideia de que a natureza é algo externo e passivo, e propõe uma perspectiva mais ampla e interconectada, na qual as transformações humanas são reconhecidas como parte integrante da natureza. A essa nova relação, o autor adiciona o conceito de Antropoceno (*ceno* para “novo”, *antropos* para “humano”) (LATOUR, 2020, p. 182), vocábulo proposto para descrever uma nova era geológica, na qual as atividades humanas estão tendo um impacto significativo nos sistemas ecológicos e geológicos do planeta.

Todas as atividades humanas são metamorfoseadas parte em formas geológicas, tudo o que costumávamos chamar de base rochosa está começando a ser humanizado – ou, de qualquer forma, começando levar a marca de humanos com um look selvagem reconfigurado! Não se trata mais de paisagem, do uso da terra ou do impacto local. Agora a comparação é estabelecida com a escala dos fenômenos terrestres. Pela força do crescimento da energia, a civilização humana “gira”, por assim dizer, em dezessete terawatts, e isso de 24 em 24 horas, o que a torna comparável ao gasto energético de vulcões ou tsunamis – certamente mais violentos, mas em curtos períodos. Alguns cálculos chegam a aproximar a potência de transformação humana a das placas tectônicas (*Ibidem*, p. 187).

Latour aborda temas como crise climática, perda de biodiversidade e poluição, e discute como essas questões estão interligadas e exigem uma resposta coletiva. Contudo, não é o objeto do trabalho adentrar nessas questões, mas, apesar disso, mesmo que de maneira incipiente, podemos estabelecer uma relação desse processo associativo entre cultura e natureza proposta por Latour com o estudo em questão.

Dessa forma, podemos estabelecer algumas conexões sobre a relação entre humanidade e natureza e as transformações que ocorreram nas paisagens das vilas residenciais da UFV. Embora a transformação da paisagem nas vilas tenha sido predominantemente impulsionada por forças externas, como o desenvolvimento urbano da universidade, observamos que os próprios moradores, muitas vezes, também modificavam ativamente seu ambiente para atender às suas próprias necessidades e se adaptarem às condições existentes.

Alguns exemplos dessa modificação incluem: a construção de habitações e infraestrutura, como o aumento dos cômodos das casas; a criação de espaços comunitários, como a construção da Capela católica do Cristo Rei na Vila Dr. Secundino; e as práticas de subsistência, como a construção dos quintais para o cultivo de hortaliças, frutas e legumes, além

da criação de animais domésticos. Essas práticas modificaram a paisagem com o intuito de melhor adaptação, além de fornecer uma renda econômica para as pessoas que viviam naqueles locais.

É neste cenário complexo de interações entre elementos culturais e naturais que se desenvolveram as mais diversas relações e interações dessas comunidades com o meio natural que as cercava, algumas das quais tentaremos exemplificar a partir do presente momento.

3.2 As conexões sociais e interligações das vilas

Como dito anteriormente, observamos que a construção das paisagens das vilas residenciais (Vila Giannetti e vilas operárias) é indissociável, pois estiveram em constante interação entre si, desde o início de suas formações, embora isso fosse negligenciado nos documentos oficiais. Nesse sentido, iremos trazer à luz algumas dessas relações por meio dos relatos orais dos moradores e ocupantes das residências, pois, como afirma o autor Alessandro Portelli (1997), uma das principais características da história oral é trazer à superfície mais os significados do que aos fatos em si.

Logo, o foco será nas experiências subjetivas e nas narrativas individuais, uma vez que, como argumenta Portelli (1997), a história oral valoriza não apenas os fatos e eventos históricos, mas também os sentimentos, as emoções e as perspectivas pessoais dos entrevistados. Dessa forma, buscamos compreender a história a partir da perspectiva dos que a viveram, proporcionando uma visão mais inclusiva do passado.

Moradores das vilas operárias e moradores da Vila Giannetti

A partir das entrevistas realizadas com os moradores e ex-moradores das vilas operárias, observamos que a relação que existia entre estes e os professores da Vila Giannetti era de prestação de serviços domésticos (cuidar da casa, cortar grama e cuidar dos jardins). Esse serviço podia ser executado tanto pelos homens como pelas mulheres, conforme podemos notar nos trechos das entrevistas abaixo:

Era cuidar do gramado, a gente cuidava. Eu trabalhava na casa do professor José Flavio Candido, que morava em uma casa em cima do pós-graduado. Eu capinava, cuidava das flores, cuidava da horta, cortava a grama, todos os dias.

Pegava das sete às cinco e daí eu já ia para o colégio depois. Então, eu encerava a casa no final de semana, era deste jeito⁹⁰.

Quase todo mundo da vila Secundino trabalhava na vila Gianetti. (...) xx, minha irmã, eu, xx, xx, xx, tudo trabalhava na casa 27, com a dona Feliz e o professor Aldo. Mas a gente trabalhou com vários professores também, com a dona Maria Comastre, com a dona professora Sílvia, (...), xx, a maioria dos moradores da vila trabalhava na vila Gianetti, tanto jardineiro, como cozinheiro, como arrumadeira, como passadeira...⁹¹.

(...) perto da Zootecnia, aí o pessoal da Vila Giannetti sobrava muita coisa e eles colocavam no papel de laminado, tudo direitinho e punha e mandava para a gente cá em cima, era a única relação. E muitos também, às vezes, trabalham na Vila Giannetti para os americanos. É onde a gente saía falando o inglês perfeito, porque tinha que conversar com eles na língua deles e isso que era muito fantástico. A convivência era essa, e os professores da Vila Giannetti eram os diretores dos departamentos da UFV. Vou dar um exemplo, Agronomia, então, eles sabiam da dificuldade dos funcionários, então eles procuravam ajudar⁹².

Sobre o manejo dos jardins e da horta da Vila Giannetti, podemos fazer uma análise comparativa com os existentes nas vilas operárias, pois notamos que as funções eram diferentes. As áreas verdes presentes na Vila Giannetti tinham a função de embelezamento, critério estético que atribuíam à natureza - eram os jardins dos ricos, enquanto que nas vilas operárias, a preocupação era com a subsistência - eram os quintais dos pobres.

A relação dos moradores da Vila Giannetti para com os moradores das vilas operárias, como verificamos no trecho acima, no entendimento dos operários, se dava em forma de “ajuda”, como o oferecimento das sobras de comida que “colocavam no papel de laminado” e entregavam para os moradores das vilas operárias. Essa ação demonstra em que medida divergiam as realidades dos moradores dessas diferentes vilas, revelando uma disparidade profunda.

Esse trecho nos faz lembrar a obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960) da autora Carolina Maria de Jesus – um diário autobiográfico que retrata a vida da autora como catadora de papel e moradora de uma favela em São Paulo. Por meio de uma escrita direta, crua e reveladora, Carolina Maria de Jesus descreve a realidade da pobreza, a luta pela sobrevivência e a persistência diante das adversidades. Para ela, a favela é o local ao qual a sociedade e o

⁹⁰ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

⁹¹ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

⁹² Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

poder político relegaram aqueles que devem ser esquecidos ou que estão aguardando para serem “jogados fora”. Vários dos trechos de sua obra demonstram passagens de “ajuda assistencial”, como oferecimento de comida e roupas por pessoas que subiam a favela para ajudar os moradores daqueles locais: “Tem as igrejas que dá pão. Tem o São Francisco que todos os meses dá mantimentos, café, sabão etc.” (JESUS, 1960, p. 16). Essa é uma das passagens semelhantes ao último trecho da entrevista mencionada anteriormente, que remete às “ajudas” que os professores enviavam para as vilas por meio de restos de alimentos e outros utensílios e vestuários.

Além desse relato, cabe destacar as atividades desempenhadas pelas esposas dos professores, que eram baseadas em ações higienistas sobre o cuidado com a casa, vestuário, alimentação e puericultura. Segundo relatos dos entrevistados, as mulheres que estavam à frente destas práticas faziam parte da Associação Feminina Effie Rolfs⁹³, entidade que congregava as esposas dos professores da UREMG e que tinha o objetivo de realizar trabalhos sociais via visitas nas casas dos operários, além de palestras no Salão Nobre da Reitoria da UREMG.

(...) a Tetê, filha do Fagundes, do reitor que tinha aqui na escola, a Tetê (apelido dela era Tetê), ela vinha muito aqui em casa, até margarina no pão ela ficava ensinando meus menino a passá⁹⁴.

Sim, eu me lembro porque a esposa dos professores, ela dava reuniões pras mulheres funcionárias sobre higiene, e a gente, eu me lembro que eu era bem pequenininha, aí é onde hoje que era, né, a Secom. Então, eles também davam leite em pó que a gente buscava, e lá a gente, onde hoje a reitoria, funcionava lá o alojamento feminino, e a gente ficava lá em cima na varanda brincando, na gangorra, que tinha⁹⁵.

Porque as senhoras também já participavam da Associação Feminina Éfi Rolfs. Então, elas se reuniam periodicamente na casa de uma, ou de outra, mas para trocar ideia e implementar ações que a associação feminina Éfi Rolfs deveria fazer para atender a comunidade, aí, dos servidores. Antigamente, a gente chamava operários os mais necessitados⁹⁶.

A partir dos relatos, notamos que, além das ações de cunho higienista e cuidado com o lar e com os filhos, também era oferecida pela Associação Feminina Effie Rolfs a doação de

⁹³ Edição N.º 4 do Informativo da UREMG, 4 de abril de 1968. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/edicaoono-04-3>. Acesso em: 07 out. 2022.

⁹⁴ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

⁹⁵ Trecho da entrevista de I.P. Moradora da Vila Dona Chiquinha. Duração de 16min52s. Data: 3 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

⁹⁶ Trecho da entrevista de G.F.P.M. Ex-Morador da Vila Giannetti. Duração de 17min35s. Data: 26 de julho de 2022. Viçosa, MG.

comida, como leite em pó e fubá (já mencionado em outro trecho de entrevista da dissertação). Podemos perceber, pelos relatos, que essa ajuda de cunho assistencial era intensificada nos períodos de crises, principalmente nas épocas em que os salários dos funcionários atrasavam.

Retomando um pouco sobre a discussão realizada no capítulo anterior, sobre o projeto capitalista de tentar forjar uma conduta moral aos trabalhadores das vilas operárias, o qual objetivava o aumento da produção, observamos que as ações desenvolvidas pela Associação Feminina Effie Rolfs atendiam, de certo modo, a esse mesmo fim. As palestras e visitas domiciliares aos moradores das vilas, ensinando-os como se vestir, alimentar, higienizar a casa e cuidar dos filhos, demonstram claramente o projeto de controle social que a ESAV-UREMG tinha para com os operários. O objetivo era adequar o modo de vida desses sujeitos, para que se alinhassem ao sistema de ensino moral e disciplinar que era desenvolvido na instituição, a fim de que, seguindo tais preceitos, não houvesse qualquer contaminação de aspirações e reivindicações sociais. Essa postura era disseminada, por meio do discurso hegemônico da época, no ambiente urbano da cidade.

As vilas e os estudantes

Até pouco tempo a relação que havia entre os moradores das vilas operárias e os estudantes da UFV era de prestação de serviços, principalmente da mão de obra feminina, em que havia a cultura das conhecidas “lavadeiras”. Essa foi a principal atividade desenvolvida pelas mulheres das vilas, tendo sido essa remuneração, durante o período de crise pela qual a UREMG passou, um complemento primordial na renda das famílias, conforme pode ser percebido pelos relatos abaixo:

O papel das mulheres, vou dar exemplo de mamãe, todas lavavam roupas nos alojamentos, no alojamento feminino e no antigo prédio, onde é o CCE, se chamava ACAR, acho que é assim que fala, onde ficavam os estudantes de mestrado e doutorado temporários, e a agente buscava roupas no masculino e feminino. Então, mamãe lavava roupa de quase trinta pessoas, além de família da cidade, aí para ajudar os pais, porque não recebiam. Todas as mulheres da Vila lavavam roupa para fora e, no meu caso, eu plantava muita horta e vendia muita verdura na cidade, era o que a gente fazia⁹⁷.

(...) então, a maioria ficava em casa, igual minha mãe, minha mãe ficava em casa, mas ela lavava roupa pra fora, né, aqueles estudantes da UFV e tudo. Ali na vila tinha as mulheres que trabalhavam em casa que lavavam pra fora, né?

⁹⁷ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

Elas não saíam pra trabalhar, mas pegavam serviço em casa, (...) elas pegavam roupa pra lavar em casa...⁹⁸.

(...) eu lavava roupa pra estudante aqui da escola⁹⁹.

Ademais, para além da atividade doméstica de “lavadeira”, outra atividade desempenhada pelos moradores das vilas operárias, conforme relato acima, era a venda das verduras produzidas nos quintais que ficavam nos fundos das casas, como fonte de renda para ajudar no orçamento das famílias, principalmente nos períodos de crises. Foi observado durante a pesquisa *in loco* que muitas dessas hortas ainda existem, entretanto, o objetivo de venda não é mais o principal. Atualmente, a cultura praticada nesses quintais, segundo observado, é para suprir as necessidades das famílias que ainda residem nas casas.

Outra situação que aproximava os estudantes das vilas, segundo relatos colhidos durante as entrevistas, tanto da Vila Giannetti, quanto das Vilas dos Operários, eram as festividades que eram realizadas nesses locais. A Vila Secundino, conhecida como a maior dentre as vilas operárias, era amplamente conhecida pela comunidade acadêmica pelos diversos eventos que promovia, como festas juninas, folia de reis, congado e celebrações religiosas na Capela Cristo Rei. Nessas ocasiões, se reuniam além dos moradores de todas as vilas, também os estudantes, servidores e alguns professores.

(...) ah, os estudantes adoravam ir pra vila Secundino, festa na vila Secundino, então todo mundo adorava ir, festa junina, festa... Qualquer festa que a gente fazia lá (...) a última quem fez foi o professor Marcelo, da Sociais, do 100 anos da Vila Secundino¹⁰⁰.

Na Figura 30, adiante, trouxemos uma fotografia da festa em comemoração ao Projeto “100 Anos de Samba na Vila Secundino”, realizado por sambistas da cidade em parceria com o curso de Ciências Sociais da UFV, em 3 de dezembro de 2016. Segundo reportagem veiculada na mídia oficial da UFV, a Vila Secundino foi escolhida para celebrar o marco dos 100 anos do samba em função de ter surgido nela a primeira escola de samba da cidade de Viçosa. A mesma foi fundada por “Carlinhos”, ex-morador da Vila.

⁹⁸ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

⁹⁹ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG

¹⁰⁰ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

Carlos Antônio, o “Carlinhos”, é filho de Silvio Roxinho, um dos criadores da Escola de Samba Unidos Ufevianos, que já se chamou Unidos Esavianos, fundada por “Zé” Andrade, ex-morador da Vila. Foi ela a primeira e, por muito tempo, a única escola de samba de Viçosa. Carlos Antônio e seus sete irmãos nasceram na Vila Secundino, cresceram com outros filhos de funcionários e por lá se casaram. A casa onde nasceu “Carlinhos” não existe mais. Das 21 que existiam ali restam apenas oito. Esta parte importante da história dos 90 anos da UFV está apenas na memória dos seus antigos moradores (UFV, 2016, s.p.).

Figura 30 - Festa dos 100 anos de samba na Vila Dr. Secundino



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10202683520886922&set=gm.212459979162518>. 2016

De acordo com reportagem de jornal da cidade de Viçosa e de vários perfis de rede social¹⁰¹, a comemoração reuniu várias pessoas (em torno de trezentas), dentre elas moradores e ex-moradores da Vila, estudantes, servidores e pessoas da cidade. A festividade serviu, para além da comemoração da cultura popular, também como ápice para lembrar os diversos momentos do cotidiano dos ex-moradores que habitaram aquele local.

Quanto aos professores da Vila Giannetti, parece que havia bastante proximidade com os estudantes, inclusive de haver visitas destes em suas residências.

Aqui era uma relação absolutamente normal, tranquila, costumava até no dia dos professores os alunos, às vezes, grupo de dois, irem ao gabinete de determinado professor e falava: “Oh, professor amanhã é dia dos professores, nós vamos almoçar na sua casa”. Então, era muito comum os professores aqui

¹⁰¹ A notícia da divulgação do evento foi veiculada no jornal Folha da Mata, versão *on-line*, em 25/11/2016 e, depois veiculada como realizada em 08/12/2016. Também foram feitas postagens de fotos e comentários de pessoas que participaram do evento na rede social Facebook.

no dia de receber os estudantes sempre dois, às vezes três, para almoçar no dia do dos professores. Uma tradição que acabou depois, era bem curioso¹⁰².

Relação dos moradores das vilas com os elementos da natureza

A transformação do território da UFV passou por modificações desde a época da formação da instituição. Construída em áreas rurais, observamos que as diversas edificações da UFV estavam em estreita proximidade com a natureza ao redor. Essas transformações podem ser observadas em diferentes aspectos, incluindo mudanças na paisagem, como a criação das lagoas na entrada da UFV; no uso dos “recursos naturais”, como a extração da madeira pela carpintaria que havia na ESAV, e as lenhas, que eram utilizadas pelos moradores das vilas operárias. Além das práticas de manejo do solo, como a perda da vegetação nativa e as alterações no relevo para assentar as diversas terraças construídas nos campos de experimentação agrícola, havia a criação das hortas nos quintais das casas dos operários, dos jardins na Vila Giannetti dentre outras transformações.

Em relação às vilas residenciais, cabe aqui destacarmos que a ligação que os moradores das duas vilas (de professores e de operários) mantinham com os elementos da natureza se dava de maneira diversa: os primeiros utilizavam tais elementos para fins lúdicos ou de embelezamento, enquanto que os segundos, para fins utilitários de cultivo alimentar.

(...) depois da casa, nos fundos da casa 34, onde morou o senhor XXX, que foi o primeiro morador daquela casa, existia aqui o que nós chamávamos de “Alagoinha”: era um pequeno açude bem grande. Por ali nós nadávamos e pescávamos. Tinha muito lambari e muita traíra, muita cará, e era bem divertido¹⁰³.

(...) a gente brincava muito mais pra cá, na parte do gramado, né? E essa giratória, tinha plantas, a gente entrava lá pra dentro, ali era um universo mágico que a gente era pequenininho, as plantas eram grandes, a gente sumia ali dentro, a gente brincava no meio das plantas, mas as brincadeiras aconteciam muito nessas áreas nos entornos das casas ou nos quintais.(...) Tinha riachos - eu ia até comentar isso - em alguns quintais passavam um riachozinho, era uma delícia brincar de atravessar o riacho. É... essa coisa de poder brincar perto de água, de poder buscar lá um pouquinho de água. Então, algumas casas mais pra cima tinha um pouco de um riacho, não sei precisamente quais casas tem ou não tem¹⁰⁴.

¹⁰² Trecho da entrevista de G.F.P.M. Ex-Morador da Vila Giannetti. Duração de 17min35s. Data: 26 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹⁰³ Trecho da entrevista de G.F.P.M. Ex-Morador da Vila Giannetti. Duração de 17min35s. Data: 26 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹⁰⁴ C.L.G.C. Ex-Moradora da Vila Giannetti. Duração de 26min37s. Data: 19 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

Sobre os riachos localizados no fundo das casas da Vila Giannetti, cabe esclarecer que tudo indica que os mesmos não existem mais, pois, por meio das entrevistas com os atuais usuários das casas não foi mencionada em nenhuma passagem a presença dos mesmos. Entretanto, nos fundos do estacionamento que existe entre as casas de números 3 e 5 existe um viveiro de mudas onde passa um pequeno trecho de água, a mesma água não continua nos quintais das casas localizadas rua acima. Em relação às plantas da rotatória, as mesmas não existem mais; o que há atualmente é vegetação rasteira e plantas de pequeno porte.

Sobre o cultivo das hortas nos diversos quintais das vilas dos operários, seja para consumo próprio ou para comércio, essa foi uma ação que se desenvolveu em praticamente todas as vilas operárias. Eram essas verduras, legumes e frutas dos quintais que, segundo relatos, ajudavam a complementar a renda das famílias, sobretudo nos tempos de crise financeira:

(...) eu plantava nesse quintal aqui, ó, plantava muita verdura, muito legume, que eu fazia pro meu filho, eu fazia muda de planta, é... pode falá?

I: ... chifre de viado [risos]

R: ... nome da planta, né?

I: [risos] tinha um moço que tinha uma loja lá na rua, eu levava pra lá, deixava lá com ele, ele vendia pra mim [risos], é onde que eu comprava pão pros menino, porque a despesa era muito grande¹⁰⁵.

Nossa Senhora, nós gosta de morar no mato... nós adora morá no mato... é que meu horário de serviço, meu intervalo de serviço, eu tenho um lugar pra plantar, cuidá duma criação. (...) Tem, a horta por aqui afora tudo, uai, mandioca, cana, inhame, planto de tudo¹⁰⁶.

Observamos, deste modo, que as funções que as vilas (Giannetti e operárias) atribuíam à paisagem e aos elementos da natureza se davam de maneiras diferentes. Tais funções estavam associadas às posições sociais que cada grupo ocupava na instituição. Logo, é importante ressaltar que as práticas de manejo da natureza pelos moradores das vilas operárias eram influenciadas pelos fatores sociais, econômicos e culturais que estavam imbuídos naquele período.

Relações com a cidade de Viçosa

¹⁰⁵ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

¹⁰⁶ Trecho da entrevista de M.P.F. Morador da Vila Araújo. Duração de 7min32s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

Sobre a relação estabelecida entre as vilas residenciais da UFV e a cidade de Viçosa, verificamos que, no que tange às vilas operárias, não houve grandes associações, salvo quando os moradores mencionaram sobre o vínculo de confiança que existia com os comerciantes da cidade, durante os períodos de crise financeira em que compravam com crédito: “era 6 meses sem receber, né, aí tinha a sorte que Viçosa era uma cidade que (...) tem sempre uns lugares que cê podia comprar fiado, pra pagar depois, e aí tinha os vendedor que acabava amigo da gente com isso, eles esperava um tempo, que a UFV podia pagar”¹⁰⁷. Por outro lado, a Vila Giannetti foi fortemente impactada por ações de crescimento urbano e imobiliário, como a construção da via alternativa em 2004¹⁰⁸.

Para Carvalho e Ferreira,

(...) essa via de ligação entre a UFV e a principal avenida de acesso à cidade, passando pela Vila Giannetti, representou um forte impacto urbanístico, rompendo-se com o caráter fechado da vila propiciado pelo traçado das ruas sem saída. A necessidade de áreas para estacionamento e o aumento do fluxo de pedestres e de ciclistas provocaram grandes modificações nas áreas externas, frontais e laterais das residências, especialmente nos jardins e nas garagens, muitas vezes descaracterizando os imóveis urbanísticos representados pela Vila Giannetti (CARVALHO; FERREIRA, 2012, p. 8).

De encontro às observações das autoras acima, podemos notar também nas falas das entrevistas de alguns membros da comissão do PDFA (2008-2017) que, sem dúvida, a construção da via alternativa é considerada como a maior descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Giannetti:

(...) houve aquela ligação com a avenida lá em cima lá que mudou uma característica da vila que era um lugar sossegado né, com pouco afluxo. E hoje a vila é um dos lugares que, por força do destino, né, ela virou um caminho de passagem, né? Eu, por exemplo, passo na via muitas vezes por dia quando, eu tô indo para minha casa ou voltando para minha casa, que é a melhor forma de eu chegar lá na Castelo Branco, lá em cima. Então, nesse entendimento houveram mudanças¹⁰⁹.

É, a entrada alternativa, ela alterou drasticamente, esse meio ambiente, vamo falar assim. Então, se você parte do princípio que você escutava determinadas coisas, som de pássaros, animais, presença deles, né, com a construção da

¹⁰⁷ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹⁰⁸ CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; FERREIRA, Tatiana Sell. Difusão da ideologia do habitar moderno no interior de Minas Gerais, estudo de caso das moradias funcionais no Campus da Universidade Federal de Viçosa. **Arquitexto**, ano 12, s.p., 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4347>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

¹⁰⁹ Trecho da entrevista de E.I.F.F. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 13min50s. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

entrada alternativa, aquilo ali virou uma via de acesso de média pra alta velocidade às vezes, e isso influenciou. Se eu falo que esse ambiente natural é importante, também, eu não posso deixar de citar a construção da via alternativa como um fator de dano ao patrimônio Vila Giannetti¹¹⁰.

Ó, eu vou dizer o seguinte, a primeira grande intervenção é... não vou dizer a primeira, talvez a única grande intervenção que levou a essas considerações foi a chamada via alternativa. Por que a via alternativa? A ideia da via alternativa era passar na parte, sair onde que ela encontra realmente com a Castelo Branco, mas não era passar dentro da Vila Giannetti. O caminho original - eu tô falando porque eu participei do processo do estabelecimento da via alternativa, por trás do projeto da via alternativa - e ela passaria fora da Vila Giannetti, digamos assim, entre o morro das bandeiras ora, e os fundos dos lotes da vila Giannetti, por uma questão de custeio, vamos dizer assim, isso aí eu já estava, num foi levado na condição de que eu participei pra elaboração do projeto, com a decisão administrativa da UFV de encurtar o caminho, de mudar, de encurtar as intervenções e diminuir custos, o que foi feito no meu entendimento, sem levar em conta o relevante valor patrimonial, de história, de paisagismo, que a Vila leva ou tem por si ¹¹¹.

O projeto arquitetônico de construção da Vila Giannetti foi idealizado para que aquele espaço fosse considerado como um local “fechado”, baseado no traçado das ruas sem saída, no qual os professores e suas famílias pudessem viver de maneira tranquila. Contudo, em função da crescente demanda para dar mais fluxo ao trânsito da cidade, e também por questões de facilidade, política e economia, conforme relato acima, a via veio a ser construída, modificando drasticamente o espaço físico que, atualmente, comporta um intenso tráfego de veículos.

Segundo conversas informais com membros da comissão do PDFA (2008-2017), foram apresentados, à época, dois projetos de construção para a via: um que passava por dentro da Vila Giannetti e outro que passava por fora. Mas, conforme o relato acima, a primeira planta foi escolhida, inclusive, com forte apoio de setores administrativos da UFV.

Cabe ressaltar que, além da via alternativa, também existem outros fatores de descaracterização do espaço físico dessa localidade, que são modificações tanto internas quanto externas. Em relação ao interior das residências, várias casas foram adaptadas para abrigar laboratórios e outros setores que subsidiam as práticas de ensino e extensão da universidade. Desse modo, houve modificações como acréscimos de cômodos e troca de pisos, além de outras adaptações. No exterior, a alteração mais significativa foi a construção do Monumento ao Ex-aluno da UFV, em 9 de dezembro de 2017¹¹². Nele encontra-se o Busto do Ex-Aluno Antônio

¹¹⁰ Trecho da entrevista de G.C.G. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 38min. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

¹¹¹ Trecho da entrevista de A.C.G.T. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 1h13min. Data: 21 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

¹¹² Disponível em: <https://aea.ufv.br/relatorio-gestao/>. Acesso em: 19 de jul. 2023.

Secundino de São José, aluno da primeira turma de Engenheiros Agrônomos da ESAV, mesmo personagem que designa o nome da Vila Dr. Secundino. O monumento está situado em área central da Vila Giannetti, com arquitetura destoando das casas homogêneas e da paisagem arborizada ao redor.

A partir de conversas reunidas durante as entrevistas, podemos perceber que o espaço físico da referida Vila é altamente disputado dentro da universidade, principalmente após o crescimento que ocorreu com a implantação do REUNI, em 2007, que implicou no aumento exponencial dos cursos e construções dentro do campus. Segundo constam nos relatos, a posição de proximidade ao centro urbano da cidade de Viçosa e o tamanho relativamente grande das casas da Vila são os principais fatores que contribuem para essa disputa.

3.3 As vilas e suas paisagens como lugares de memória

Para Nora (1993), os “lugares de memória” são locais físicos ou simbólicos que se tornaram símbolos importantes para uma sociedade e são usados como pontos de referência para preservar sua história e identidade cultural. Esses lugares podem incluir monumentos históricos, museus, memoriais, cemitérios, prédios antigos, festivais tradicionais e outros elementos que evocam lembranças do passado coletivo. Desse modo, os lugares de memória transcendem o simples papel de monumentos ou estruturas históricas, pois carregam consigo narrativas ricas e significativas, representando eventos, lugares, paisagens ou períodos importantes que marcaram a história de um determinado grupo ou sociedade.

Segundo Nora (1993), a memória não é apenas um registro objetivo do passado, mas sim algo que é ativamente construído e moldado pelas sociedades ao longo do tempo. Os lugares de memória tornam-se espaços onde essa construção e preservação da memória acontecem. Além disso, esses lugares podem ser vistos como uma forma de resistência contra o esquecimento e a perda da história em meio às rápidas mudanças sociais e culturais. Logo, preservar esses lugares significa manter ativa e viva a identidade coletiva dos personagens que viveram ali e criaram relações com o meio em que se constituíram.

Dentro deste contexto, acreditamos que as vilas residenciais da UFV, bem como suas paisagens ocupam *status* de lugares de memórias, tendo em vista que foram palco e personagens de vivências culturais, socionaturais e políticas, que fazem parte do imaginário coletivo da UFV e dos moradores e ex-moradores destes locais.

Testemunhas do crescimento das cidades e das mudanças sociais e urbanas da modernidade, as vilas residenciais tornaram-se centros de trabalho para milhares de pessoas ao

longo da história. Elas foram construídas nas proximidades dos locais de trabalho, refletindo uma nova abordagem na organização da vida urbana e social dos sujeitos em um determinado tempo. Entretanto, como analisado no Capítulo 2, verificamos que esse modelo revela a intenção dos proprietários ou empregadores de controlar a vida dos operários, moldando suas rotinas e interações sociais.

Apesar do controle social ao qual eram submetidos, os moradores das vilas residenciais da UFV seguiam suas vidas e rotinas cotidianas, estabelecendo relações sociais e afetivas com os seus pares e com o meio biofísico nesses locais, conforme apresentado anteriormente. Tais relações ainda permanecem no imaginário coletivo de alguns moradores, conforme podemos observar no trecho das entrevistas abaixo:

A Vila tinha a fogueira, a gente brincava de roda, fazia a festa, o pessoal era muito feliz. Era o espaço que a gente tinha, mas agora, como o pessoal todo quase já morreu ou mudou, foi embora e destruíram a Vila quase toda. Hoje tem a Capela do Cristo Rei, então, de vez em quando, a gente reúne todo mundo ou vai na casa de um, vai se encontrando, porque na cidade, ninguém conseguiu fazer amigos mais. Então, já mudou todo mundo que é idoso e muitos já morreram e então, de vez em quando, tem a missa aqui na Vila e tem a confraternização no dia do Cristo Rei. Aí, nós nos encontramos o pessoal da Vila com o pessoal dos Cristais¹¹³.

Ah, Vila Secundino é uma família... Era vinte e duas casas, mas todos, todos, família, os moradores antigos todos, até hoje somos todos amigo, os que estão vivos, né? Por ser marcante, né, nesse período... Mas graças a Deus até hoje, todos que tava, é assim, na vila Secundino, a gente tinha uma vantagem, passava o pontilhão pra lá e a gente podia ficar com a casa aberta o dia todo, podia deixar a casa aberta e sair, não tinha preocupação de que ia entrar alguém, que era coisa, podia dormir com a janela aberta¹¹⁴.

(...) ia para quadra, brincar, jogar bola, jogar queimada, esses negócio, mais geralmente brincava no meio da vila também. A vila era um espaço aberto, que num tinha acesso a carro, né, de pra lá e pra cá, igual tem hoje. Então, geralmente brincava no meio da vila, as festa, as brincadeira geralmente ocorriam mesmo no meio da vila¹¹⁵.

(...) eu vim morar aqui, mas aqui tinha as casa tudo aí, as casa por cima aí, as casa por baixo, era até bonito aqui, era muito bonito essa vila aqui. Aí nós viemos morar aqui no ano de 1966 (...) tinha um campozinho de futebol, lá em cima lá, que os menino, às vezes, jogava bola lá, e no mais era só mesmo na rua que encontrava¹¹⁶.

¹¹³ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹¹⁴ Trecho da entrevista de R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

Quando perguntado aos moradores das vilas operárias como era o convívio social naqueles locais, observamos que as respostas iam ao encontro de lembranças de um passado muito afetivo e comunitário. Por ser considerada a maior vila operária da UFV, as recordações dos entrevistados da Vila Dr. Secundino retomam as reminiscências de um cotidiano muito alegre, pacífico, de festividade e de brincadeiras de crianças na rua. Como está localizada em uma via sem saída, as crianças podiam brincar com mais tranquilidade, conforme relatado nos excertos acima. Sobre o campo de futebol mencionado no último relato, este não existe mais.

É perceptível o tom saudosista nos relatos dos entrevistados, o que nos faz crer que as vivências que tiveram ali são fatores constitutivos importantes da formação da memória coletiva daqueles moradores. Tanto que, como narrado acima, verificamos que os laços dos ex-moradores com a Vila ainda permanecem, uma vez que sempre retornam em períodos de festividades para rever os amigos e vizinhos.

Outra referência importante dessa memória coletiva da Vila Dr. Secundino são as 22 casas que haviam ali. Como narrado acima, “era muito bonito” ver a via cheia de casas dos dois lados, paisagem esta que está drasticamente modificada pela derrubada paulatina das residências, à medida que os moradores estão falecendo ou se mudando. Esse fato chamou a atenção, inclusive, de um dos ex-membros da comissão do PDFA, conforme excerto abaixo:

(...) uma vila que foi desmanchada e cortou meu coração ver aquilo, né? Eu botei até uma foto no Facebook e isso e gerou uma reação inesperada, porque assim eu botei aquilo como se fosse uma denúncia - olha o que tão fazendo - e alguém lá da vila reclamou para mim que aquilo machucava eles, de vê isso acontecer, eu tirei em respeito ao sentimento das pessoas, mas era assim¹¹⁷.

Outro fragmento de entrevista que cabe destacar se refere a um(a) morador(a) da Vila Dona Chiquinha, que lá nasceu e vive até hoje. Não nos foi informada precisamente a idade, mas inferimos que essa pessoa reside naquele local há mais de cinquenta anos, sendo o(a) habitante mais antigo(a) dali. Pelo relato, podemos verificar que o entrevistado(a) reconhece aquele espaço como constitutivo de suas raízes históricas e emocionais, ao passo que, mesmo após o falecimento dos pais, não teve interesse em se mudar.

(...) eu nasci nessa casa, o meu pai morava na roça, a universidade era o UREMG na época, né? Eles sabiam que as pessoas eram trabalhadoras, buscavam as pessoas para trabalhar na universidade, eles buscaram, construíram essa casa, onde nós entramos aqui nessa casa, é... primeiro

¹¹⁷ Trecho da entrevista de E.I.F.F. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 13min50s. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

morador dessa casa, né? E eu nasci aqui também, e hoje trabalho na universidade. (...) Aqui, nossa, aqui é tudo pra mim, aqui é minha memória, aqui vai ser tudo pra mim¹¹⁸.

Sobre as memórias da vida cotidiana dos ex-moradores da Vila Gianneti, notamos que muitas se relacionam com o período da infância, haja vista que nasceram ali ou eram muito pequenos quando foram morar naquele espaço.

A gente jogava nas ruas, não existia, vamos dizer assim, um salão de festas como existem em outros condomínios. A gente se reunia na rotatória principal, que hoje é ocupado por aquele marco que a Associação dos ex-alunos fez, ali existia um parque infantil. Então, tinha balanço, tinha, não sei como chama, um quadrado cheio de repartição que os meninos subiam por dentro, e tinha escorregador, que a gente se reunia ali, ou na rua mesmo, na porta de casa¹¹⁹.

Olha, a coisa mais comum para nós aqui, meninos, era nessa praça central, era a nossa área de lazer. Ali a gente jogava queimada, jogava futebol, bolinha de gude, piso-piso, pião, tudo que você pensar de brincadeira de menino, a gente fazia ali. Encima, depois da casa 34, tinha uma área antes de construir as outras casas, tinha uma área onde nós tínhamos um campo de futebol. Então, esse era o nosso divertimento. Assim, quase que anexo a ele, tinha uma quadrazinha de vôlei de areia. Que não tinha nada, então essa era a opção de esporte que a gente tinha, que além de brincar aqui na Pracinha, como a gente chamava¹²⁰.

(...) uma coisa que era muito marcante era o piche, que usava pra fazer o remendo dos bloquetes... Isso parou de acontecer ao longo dos anos, mas, no passado, não. Frequentemente o piche era renovado, e aí quando ele era renovado, uma coisa asfáltica né... que fazia muito calor, ele dava aquelas pelotas, aí o gostoso era estourar aquelas bolinhas de piche, né? Então, a gente juntava, brincava, ficava brincando com aquilo e mais então durante a nossa infância toda... esse piche tava muito presente porque, recorrente, frequentemente ele era refeito, então, a gente tinha muito contato com esse material. Era aquele cheiro forte, mas era gostoso as bolas, as bolhas de piche, no período de calor que a gente ficava estourando¹²¹.

Além das referências sobre as brincadeiras que os ex-moradores da Vila Gianneti faziam na infância, naquele espaço, podemos extrair também dos relatos ora apresentados que as mesmas, além de serem praticadas nas ruas, assim como nas vilas operárias, também eram realizadas em locais mais propícios para esse fim, como parques com balanços e escorregador,

¹¹⁸ Trecho da entrevista da I.P. Moradora da Vila Dona Chiquinha. Duração de 16min52s. Data: 3 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

¹¹⁹ Trecho da entrevista R.C.A.M. Ex-Moradora da Vila Gianneti. Duração de 14min25s. Data: 19 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹²⁰ Trecho da entrevista de G.F.P.M. Ex-Morador da Vila Gianneti. Duração de 17min35s. Data: 26 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹²¹ Trecho da entrevista de C.L.G.C. Ex-Moradora da Vila Gianneti. Duração de 26min37s. Data: 19 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

campos de futebol e quadra de areia, além da pracinha. Essas práticas, comuns a qualquer infância, além de nos evidenciar que a Vila Giannetti era um ambiente tranquilo e com famílias numerosas, também nos indica pelos nomes dos brinquedos que o local recebia mais investimento financeiro que os demais – fato também evidenciado pela menção ao piche para remendo dos bloquetes, como forma de brincadeira, indicando uma melhor infraestrutura das ruas. Assim, observamos, por meio das evidências citadas, que a memória coletiva, além de cumprir a função de perpetuar acontecimentos repetitivos de certas sociedades, também serve para desnudar questões sociais que podem ser problematizadas à luz do presente, como a desigualdade social, por exemplo.

Para os atuais ocupantes da Vila Giannetti, as relações estabelecidas com o espaço estão associadas ao dia a dia do trabalho, à exceção de alguns ex-moradores que trabalham atualmente na Vila, cujas memórias se misturam com as referências do passado pessoal e familiar. A maioria dos atuais usuários estabelece a ligação com o local por meio da função estética da paisagem. Amparado nos moldes norte-americanos das cidades-jardins, conforme já mencionado, o projeto paisagístico composto por ruas largas e vasta arborização traz boas sensações aos sentidos humanos.

Além da análise realizada das vilas residenciais da UFV como lugares de memórias afetivas, configurando, desse modo, um patrimônio intangível, no sentido em que é descrito por Smith (2021, p. 141) “como uma negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória (...) na medida em que patrimônio é um momento ou um processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos”, podemos também estabelecer uma relação dessas memórias com as questões materiais, como as desigualdades socioeconômicas, o papel do trabalho na sociedade e a importância da habitação e do urbanismo para uma vida digna. Nesse sentido, demonstramos o quão divergente eram as realidades entre os moradores da Vila Giannetti e das vilas operárias.

Cabe esclarecer, ainda, que a partir das entrevistas realizadas com membros da comissão que elaborou o PDFA (2008-2017), verificamos que houve uma mudança de perspectiva por parte dessas pessoas, ao passo que alguns membros afirmaram que existem valores históricos e arquitetônicos nessas vilas que não foram considerados na época do PDFA, mas que poderiam ser adotados pela universidade como critérios de proteção para as mesmas. Para além desses critérios institucionais, soma-se o caráter afetivo demonstrado acima como fatores que podem ser considerados para se atribuir às vilas operárias a categoria de lugares de memória.

Em conclusão, os lugares de memória, como as vilas da UFV, são fundamentais para entendermos a história coletiva, as mudanças e o crescimento da UFV ao longo do tempo. Eles

nos convidam a refletir sobre o passado e a herança cultural e histórica dos moradores e ex-moradores desses espaços, fazendo com que, por meio da problematização e da reflexão do tema do patrimônio cultural, a universidade se oriente pela construção de uma política patrimonial mais inclusiva e consciente.

CAPÍTULO 4: PRODUTO

4.1 Definição e enquadramento

O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da UFV é regulamentado pela Portaria MEC n.º 389, de 23 de março de 2017, e pela Portaria CAPES n.º 131, de 28 de junho de 2017 (CAPES, 2023)¹²², as quais versam sobre a implementação de mestrados e doutorados profissionais no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Segundo as regulamentações, os programas profissionais têm o intuito de promover o aperfeiçoamento e qualidade profissional. Para isso, o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania dispõe que ao final do curso deverá ser apresentado um produto educacional de aplicação prática que vise contribuir para a solução de problemas específicos da área profissional conexas ao tema da pesquisa.

Seguindo essa exigência, o presente trabalho optou por desenvolver um exercício educacional com o objetivo de apresentar à comunidade universitária os patrimônios culturais da UFV selecionados no PDFA (2008-2017), bem como outros espaços “patrimoniáveis” que fazem parte da UFV. Esse exercício pretendeu impulsionar uma reflexão crítica dessas comunidades quanto à temática do patrimônio cultural, por meio de reflexões sobre o tema, quais sejam: o que é patrimônio cultural? Quais os critérios utilizados para a escolha dos patrimônios? A que memórias estão ligados? Entre outras questões.

Um dos principais objetivos foi apresentar aos visitantes a problemática das escolhas dos bens patrimonializados pela UFV. Nesse sentido, a proposta foi percorrer além dos patrimônios culturais já estabelecidos, algumas vilas operárias para fazer um contraponto do porquê somente a Vila Giannetti foi considerada como patrimônio no PDFA ainda que a construção das paisagens destas vilas seja indissociável, pois estiveram em constante interação entre si, desde suas formações. Logo, constituem igualmente lugares de memória representativos da história da universidade, mesmo não sendo patrimonializadas.

4.2 Circuito do Patrimônio Cultural da UFV

¹²² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 08 mai. 2023.

Se os patrimônios culturais dizem respeito ao conjunto de referências culturais e sociais de um grupo, entendemos, desse modo, que a participação de todos os membros que usufruem desses patrimônios seja primordial em todas as etapas de patrimonialização, seja na seleção, ou nas decisões sobre medidas de salvaguarda. Entretanto, como discutido no presente trabalho, observamos que a problemática do tema em questão está permeada por disputas políticas e sociais que geralmente buscam privilegiar e perpetuar as memórias dos grupos dominantes. Assim, se torna essencial que desvendemos as narrativas ou memórias silenciadas que foram obliteradas no discurso hegemônico, a fim de que a história se torne mais completa e complexa.

E, para trazer ainda mais complexidade às reflexões em tela, optamos por ampliar o debate para toda a comunidade acadêmica por meio da proposição de um produto que possibilitasse não só a divulgação do tema, mas também que coletasse deste público que usufrui cotidianamente dos bens eleitos como patrimônios culturais da universidade, suas impressões sobre os mesmos e sobre os critérios utilizados em sua seleção.

A proposta apresentada para a concretização desse produto diz respeito a uma visita guiada aos patrimônios institucionalizados pela UFV, assim como às vilas silenciadas pela memória oficial, a fim de dar visibilidade e conhecimento à comunidade universitária sobre os bens culturais da instituição. Como opção metodológica, não informamos previamente aos visitantes o percurso pelas vilas operárias, pois a intenção foi que, a partir das reflexões realizadas antes e durante a visita, partisse deles a valorização ou não da paisagem dessas vilas, bem como de outras localidades que julgassem considerar como patrimônio cultural.

4.3. Objetivo

O objetivo do referido exercício prático foi dar a oportunidade à comunidade universitária de conhecer o conjunto de bens patrimoniais que foram escolhidos pela instituição para representar sua identidade cultural, bem como fazer uma reflexão crítica sobre sua seleção e o silenciamento de outros bens. O intuito foi, além de apresentar a paisagem da universidade, também compartilhar um pouco do conhecimento adquirido com a pesquisa, a partir de uma perspectiva mais crítica e inclusiva da historicidade da UFV. Para tanto, foi feita a leitura de alguns trechos das entrevistas que foram realizadas com os moradores que residiram ou ainda residem nas vilas operárias.

O propósito da leitura foi possibilitar o contato com as vivências cotidianas destes moradores e com as relações que estabeleceram com a paisagem e com os elementos da natureza ao longo do tempo, a fim de que ficasse claro que a relação entre cultura e natureza é

indissociável da vida em sociedade. Pretende-se, também, demonstrar as diferenças de infraestrutura básica, que existem desde os tempos de construção, entre as vila dos operários e a Vila Giannetti, além das relações que se estabeleceram entre os moradores dessas diferentes localidades.

Após finalizadas as visitas, foram recolhidas, por meio de um questionário, as impressões dos visitantes sobre os bens culturais apresentados e as paisagens avistadas durante o circuito. Além disso, foi possível extrair das questões respondidas e do pequeno encontro realizado ao final do circuito, as percepções sobre a temática do patrimônio cultural da instituição.

4.4. Metodologia

A metodologia utilizada constituiu-se de visitas *in loco* nas imediações e nos locais nos quais estão situados os bens culturais da UFV, e também nas vilas operárias. Nesse âmbito, esclarecemos que não adentramos nas vilas que ainda possuem moradores, pois entendemos que seria algo que traria desconforto para os habitantes destes locais. Apenas percorremos o entorno das vilas, de modo que pudemos avistar a disposição das casas e a paisagem de maneira clara.

A proposta consistiu na realização de dois circuitos no mesmo dia, porém, em horários distintos, sendo um pela manhã e outro na parte da tarde, a fim de abarcar o maior número possível de interessados. O dia escolhido foi o dia 01 de julho de 2023, sendo o primeiro circuito às 09h00 da manhã e o outro às 14h00 da tarde, com inscrições entre os dias 16 a 28 de junho. O ponto de encontro foi as Quatro Pilastras, sendo este o primeiro patrimônio a ser visitado e, também o ponto de retorno na hora da partida. O itinerário será abordado detalhadamente em subitem à frente.

Para o transporte dos visitantes, foi solicitada à Divisão de Transportes da UFV (DTR), por meio do apoio da secretaria do Mestrado, a disponibilização de um micro-ônibus de 30 lugares. É importante esclarecer que, em função de restrição orçamentária, não foi possível a realização de mais dias de visita, objetivo perseguido inicialmente. As requisições foram solicitadas e aprovadas, sendo gerados os protocolos de números 36262 e 36263 no órgão responsável (DTR).

Foi estimado um tempo entre uma hora e meia a duas horas de visita para percorrer todos os pontos selecionados (patrimônios culturais elencados no Capítulo 1 e vilas operárias). Estimativa que considerou o percurso em si, com algumas paradas, nas quais fizemos algumas

reflexões munidas de textos de apoio ou trechos de entrevistas realizadas com os moradores das vilas operárias.

Cabe explicar que não foram realizadas visitas em dois locais: no sistema composto por sete coletores de enxurrada construídos no Campo Experimental Diogo Alves de Mello, por se tratar de local de difícil acesso, e na Vila Chaves, por essa se constituir um local distante no campus. Entretanto, acreditamos que essas ausências não comprometeram o objetivo do circuito, dado que, a exemplo dos outros locais, houve uma contextualização sobre essas estruturas.

O circuito foi registrado no sistema de Registro de Atividades de Extensão (RAEX) da UFV como evento, sob o número EVE-3788/2023. Tal iniciativa foi tomada por se tratar de evento de amplo interesse da comunidade universitária, principalmente estudantil, que somaram a maior parte dos inscritos. O registro também facilitou as tratativas de requisição de transporte adequado, além da emissão de certificados de participação, que só poderiam ser emitidos mediante registro do projeto no sistema supracitado.

Após as visitas, houve a entrega de um questionário, por meio do qual, a partir de perguntas relacionadas com o circuito, colhemos as impressões dos visitantes. O intuito foi realizar um levantamento sobre o perfil do público e sobre a atividade, e subsidiar a análise das perspectivas apresentadas pela comunidade universitária sobre a seleção, os usos e a maneira como a instituição gere os seus patrimônios culturais.

Para a inscrição dos participantes, foi disponibilizado um formulário *on-line* no Google Forms (Figura 34), no qual os interessados puderam se inscrever, escolhendo qual o melhor horário (manhã ou tarde) para participar do circuito.

Divulgação

A divulgação do evento foi iniciada no dia 16 de junho por meio de um panfleto confeccionado excepcionalmente para o circuito (Figura 31), e compartilhado por intermédio do WhatsApp, redes sociais, cartazes ou por *e-mail* institucional, enviado pela secretaria do mestrado aos estudantes (Figura 32). No dia 19 de junho foi divulgado no *site* UFV EM Rede (Figura 33). Os cartazes foram afixados em localidades de grande circulação (Biblioteca Central, DCE e Pavilhões de Aula) e possuíam um código QR Code para facilitar a inscrição.

Devido ao elevado número de inscritos, o formulário teve que ser fechado no dia 20 de junho, apenas 4 dias após o início da divulgação, pois havia o receio de que não caberiam todos os visitantes devidamente acomodados dentro do micro-ônibus reservado para a atividade junto

à Divisão de Transportes da UFV. Naquela data foram registrados um total de 81 inscrições (Figura 34).

Figura 31 - Panfleto de divulgação



**CIRCUITO DO
PATRIMÔNIO
CULTURAL**
da Universidade Federal de Viçosa

Visitas guiadas aos
patrimônios culturais no
campus da UFV

1 de julho
Horários: 9h e 14h

Inscreva-se de **16 a 28 de junho**
pelo link abaixo:
<https://encurtador.com.br/OTXZ8>

Haverá emissão de certificado aos participantes

Apoio: Departamento de História (DHI)
Realização: Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

Figura 32 - Divulgação no site do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

UFV Universidade Federal de Viçosa

A Pós-Graduação Rotinas Acadêmicas Disciplinas Orientadores Perfil do Egresso Infra-estrutura Convênios Links úteis Contato Laboratórios

Informativo

CIRCUITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE VIÇOSA

O Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania convida a toda a comunidade para participar do "Circuito do Patrimônio Cultural da UFV", que irá ocorrer no dia 01/07/2023, em dois horários distintos às 09:00hs da manhã e às 14:00hs da tarde.

O evento se refere à realização da intervenção social, exigência dos mestrados profissionais, do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da UFV, e irá oferecer visita guiada aos principais pontos do Patrimônio Cultural Material de nossa cidade.

Será disponibilizado ônibus e a participação é gratuita.

Será um prazer contar com a presença de todos!

2 anexos • Anexos verificados pelo Gmail

 Responder Responder a todos Encaminhar

Processo Seletivo

Ex-alunos

Publicações

Dissertações

🔍 Pesquisa OK

Endereço

Departamento de História – Universidade Federal de Viçosa
Av. P. H. Rolfs, s/n, Viçosa
CEP 36570-900.
E-mail: secretaria_poshistoria@ufv.br.
Tel. (31) 3612 7437.

Fonte: Disponível em: <https://poshistoria.ufv.br/informativo/circuito-do-patrimonio-cultural-de-vicosa/>

Figura 33 - Imagem da notícia veiculada no site da UFV EM REDE

EVENTOS

Campus Viçosa

Circuito do Patrimônio Cultural da UFV recebe inscrições

19/06/2023



CIRCUITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
da Universidade Federal de Viçosa

Visitas guiadas aos patrimônios culturais no campus da UFV
1 de julho
Horários: 9h e 14h

Inscriva-se de 16 a 28 de junho pelo link abaixo:
<https://encurtador.com.br/OTXZ8>

Haverá emissão de certificado aos participantes.

Apoio: Departamento de História (DH)
Realização: Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Estão abertas as inscrições para o Circuito do Patrimônio Cultural da UFV. Toda a comunidade poderá participar do evento que acontecerá dia 1º de julho em duas opções de horários, às 9h ou às 14h.

A iniciativa faz parte do projeto de mestrado denominado *Entre o patrimônio cultural e a formação das paisagens: as vilas da Universidade Federal de Viçosa (1948-2008)*, que prevê a realização de visitas aos patrimônios culturais da UFV e suas imediações.

A visita guiada em micro-ônibus terá duração máxima de duas horas. Interessados devem se inscrever, até dia 28 de junho, pelo link encurtador.com.br/OTXZ8. Haverá emissão gratuita de certificado para todos os participantes do circuito.

pesquisar notícia

Palavra-Chave... 🔍

mais lidas

FALECIMENTO

Almir Alves Sacramento (1957-2023)
16/08/2023

INSTITUCIONAL

Programa UFV em Formação recebe propostas para oferecimento de atividades
17/08/2023

INSTITUCIONAL

Cinecom promove sessão especial com diversas atrações
17/08/2023

INSTITUCIONAL

Abertas inscrições para Programa Avança Café de aceleração de startups
16/08/2023

+ notícias

Fonte: Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=39970&link=corpo>.

Inscrição

O *link* de acesso ao formulário ficou disponível no panfleto de divulgação. Os dados solicitados foram os que julgamos necessários para melhor identificação e comunicação com os participantes, a saber: e-mail, telefone de contato, nome, CPF (exigido pelo RAEX para a emissão de certificado), vínculo institucional e horário da visita.

Figura 34 - Formulário de inscrição



Circuito Patrimonial da UFV - Campus Viçosa

Intervenção social integrante do projeto de mestrado denominado "Entre o patrimônio cultural e a formação das paisagens: as vilas da Universidade Federal de Viçosa (1948-2008)", na qual será realizada uma visita in loco nas imediações dos patrimônios culturais da Universidade Federal de Viçosa. Visita realizada de micro-ônibus com duração máxima de duas horas. Haverá emissão gratuita de certificado para todos os participantes do evento.

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Telefone *

Texto de resposta curta

<p>Nome *</p> <p>Texto de resposta curta</p>
<p>CPF (Necessário para emissão dos certificados) *</p> <p>Texto de resposta curta</p>
<p>Categoria *</p> <p><input type="radio"/> Estudante</p> <p><input type="radio"/> Professor (a)</p> <p><input type="radio"/> Técnico(a) administrativo</p> <p><input type="radio"/> Outros</p>
<p>Horário da visita (01/07/2023) *</p> <p><input type="radio"/> 09:00 hs</p> <p><input type="radio"/> 14:00 hs</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

Roteiro do circuito e itinerário

O trajeto do circuito ficou definido da seguinte maneira junto à Divisão de Transportes da UFV: ponto de encontro e saída das “Quatro Pilastras” (Figura 35 e Figura 36), onde houve uma breve apresentação sobre os principais conceitos e temas que seriam abordados no circuito, além da apresentação das “Quatro Pilastras” como o primeiro bem cultural a ser visitado. Nesse ponto de encontro, fizemos uma breve explanação sobre a história institucional da UFV, com base em informações regularmente divulgadas pela instituição em seus meios de comunicação, bem como sobre os principais conceitos relacionados ao patrimônio cultural, quais sejam: o que é patrimônio cultural? Como foram eleitos os bens patrimoniais da UFV? Quais os critérios utilizados para a sua escolha? Nossa fala foi embasada no roteiro apresentado a seguir:

Figura 35 - Imagem do ponto de encontro nas Quatro Pilastras realizado na parte da manhã



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023.

Figura 36 - Imagem do ponto de encontro nas Quatro Pilastras realizado na parte da tarde



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023.

O que é patrimônio cultural?

A definição utilizada foi a contida no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acrescida de alguns exemplos para melhor entendimento dos participantes. Desta maneira, citamos as categorias patrimoniais em que se enquadram os bens culturais brasileiros: especialmente a divisão entre patrimônio material e imaterial. Em seguida, mencionamos alguns exemplos de patrimônios intangíveis e os modos de criar, fazer e viver, como o queijo minas, por exemplo, e o artesanato de barro de algumas cidades mineiras.

Quais são os bens patrimoniais da UFV?

Nesse momento foi mencionado o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFV (PDFA) como um plano que, apesar de não ser específico para gerir os patrimônios culturais da universidade, constitui-se como o único documento institucional que alude aos bens culturais da instituição. Em seguida, citamos todos os bens listados no PDFA, quais sejam: (1) Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”, (2) Sistema composto de sete coletores de enxurrada, construídos no Campo Experimental Diogo Alves de Mello, (3) Edifício P. H. Rolfs (Reitoria), (4) Edifício Bello Lisboa, (5) Estação Ferroviária, (6) Quatro Pilastras, (7) Casa de Hóspedes, (8) Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti, (9) Réplica da Floresta, (10) Edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia, o Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia, a Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia, o Laboratório de Sementes, a Fábrica de Ração, e os dois paióis localizados ao longo da Av. da Agronomia, na área tombada do Campo Experimental “Diogo Alves de Mello”, (11) Laboratório de Dendrologia e o Edifício Arthur Bernardes.

Uma informação a mencionar é que logo que se iniciou o circuito, foi passada uma lista de presença para que os participantes assinassem. Tal ação se trata de controle quanto ao número de pessoas presentes no evento, como forma de subsídio para os resultados da pesquisa, bem como para emissão correta dos certificados. Outro dado contido na lista foi a anuência por parte dos participantes em relação ao uso de suas imagens, em fotos ou vídeos, gerados durante o circuito como contribuições para a pesquisa em tela.

Após essa explanação, seguimos rumo à Vila Giannetti com o intuito de percorrer toda a vila e, durante o percurso, promover explicações sobre sua história. Em seguida, o ônibus seguiu pela Av. Purdue e parou ao lado do Restaurante Universitário. Neste ponto houve a primeira parada e a apresentação de quatro bens culturais situados nas proximidades: Edifício P. H. Rolfs (Reitoria), Edifício Arthur da Silva Bernardes (Bernardão), Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho) e Estação Ferroviária (Figura 37 e Figura 38). Aqui abordamos também, o conceito de campus universitário norte-americano, que foi incorporado pela UFV, como um espaço que mistura estruturas urbanas e elementos da natureza, com a finalidade de criar um ambiente tranquilo, controlado e longe dos “ruídos” da cidade.

Figura 37 - Imagem da primeira parada realizada na parte da manhã



Foto: Carolina Capanema, julho/ 2023.

Figura 38 - Imagem da primeira parada realizada na parte da tarde



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023.

Em seguida, o transporte seguiu pela Avenida P. H. Rolfs em direção à Avenida da Saúde, passando pela Vila Sete Casas, onde fizemos uma parada a pedido dos participantes, dos dois turnos (Figura 39). Originalmente esta parada não estava prevista no roteiro. Mas, como os participantes não conheciam a vila, por estar situada em uma rua de pouco acesso, solicitaram a parada do transporte e desceram para uma breve caminhada autoguiada.

Figura 39 - Parada na Vila Sete Casas



Foto (esquerda): Luiza Pacheco, julho/ 2023. Participantes da manhã.



Foto (direita): Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da tarde.

O circuito prosseguiu para a Vila Dr. Secundino, onde houve uma parada, mas os participantes não desceram do transporte (Figura 40). Durante essa parada, houve algumas explicações sobre a vila e leituras de alguns trechos de entrevistas com os moradores. Especialmente sobre a relação dos mesmos com os elementos naturais em prol de sua subsistência e, sobre as diferenças entre a infraestrutura disponível nesta vila e nas vilas operárias, de forma geral, em contraposição à Vila Giannetti.

Para isso, utilizamos da leitura dos seguintes trechos:

Relação com a natureza (animais e plantas) – Subsistência:

(...) todos os moradores da Vila passavam muita dificuldade e eram todos funcionários da Universidade e o pagamento atrasava muito, então, vamos supor, todo mundo criava porcos, então, uma pessoa matava e dividia o porco para todo mundo, então a gente sempre tinha toucinho, tinha carne, a convivência era fantástica. Havia fogueiras, festa e tudo era maravilhoso¹²³.

(...) eu plantava nesse quintal aqui, ó, plantava muita verdura, muito legume, que eu fazia pro meus filho, eu fazia muda de planta, é... pode falá?

I: ... chifre de viado [risos]

R: ... nome da planta, né?

I: [risos] tinha um moço que tinha uma, uma loja lá na rua, eu levava pra lá, deixava lá com ele, ele vendia pra mim [risos], é onde que eu comprava pão pros menino, porque a despesa era muito grande¹²⁴.

¹²³ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

¹²⁴ Trecho da entrevista de I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

Diferença na infraestrutura das vilas (Giannetti e vilas operárias) - A questão da ausência dos banheiros:

(...) antigamente havia aqui perto da Capela um banheiro comunitário, onde havia quatro banheiros, mas não havia vaso não. Quem podia tomar banho nele somente o pessoal que trabalhava na Universidade. Então, eles chegavam às cinco horas da tarde e iam tomar banho frio, a gente não podia entrar e os pais também não deixavam a gente ficar olhando, e a gente também não podia tomar o banho, porque a gente tomava banho de bacia. A gente esquentava água e buscava muita lenha, a gente buscava a lenha na capoeira da Seteu e lá no Recanto das Cigarras, naquela mata e na mata aqui do lado e era deste jeito, buscava gravetos e essas coisas para a gente tomar banho. E esse banheiro comunitário a gente não podia, só quem trabalhava na Universidade¹²⁵.

Figura 40 - Parada nas proximidades da Vila Dr. Secundino para leitura das entrevistas



Fonte: Carolina Capanema, julho/2023. Participantes da manhã.



Fonte: Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da tarde.

Após a parada, seguimos pela Avenida P.H. Rolfs, em direção ao Laticínio Funarbe, passando em frente às Vilas Dona Chiquinha e Seteu, abordando algumas explicações sobre elas. Posteriormente, seguiu-se para o local em que se localiza a Vila Araújo (Figura 42).

¹²⁵Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG. Cabe esclarecer que, no trecho da entrevista “(...) pessoal que trabalhava na Universidade”, o entrevistado está se referindo aos homens adultos que moravam na Vila e que trabalhavam na UFV.

Figura 41 - Imagem de uma das duas residências que ficam no interior da Vila Araújo



Fonte: Carolina Capanema, julho/ 2023.

Seguindo, o transporte foi direcionado para a Avenida do Vale da Agronomia. Neste ponto, passamos em frente à Casa de Hóspedes, fizemos a sua apresentação e, posteriormente, seguimos para a avenida do Vale, onde ocorreu uma parada (Figura 43 e Figura 44) e a apresentação de todos os bens localizados no decorrer da via. Depois, seguimos até o final da avenida, adentrando no Laboratório de Dendrologia (antiga Fazenda do Xaxá).

Figura 42 - Parada no Vale da Agronomia - manhã



Fonte: Carolina Capanema, julho/ 2023. Participantes da manhã.

Figura 43 - Parada no Vale da Agronomia - turno da tarde



Fonte: Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da tarde.

Os visitantes desceram neste ponto, onde promovemos explicações sobre a fazenda (Figura 45) e também sobre os primeiros fazendeiros donos das terras onde hoje se localiza a UFV. Além desta explicação, houve também uma explanação sobre o projeto, seu percurso e seus objetivos. Posteriormente, seguimos para nosso último patrimônio a ser visitado, a Réplica da Floresta.

Figura 44 - Parada na antiga Fazenda do Xaxá



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da manhã



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da tarde.

Após a apresentação e explicação sobre a edificação da Réplica (Figura 46 e Figura 47), foi entregue um questionário (Figura 48) aos participantes, com o objetivo de colher suas impressões sobre a visita e, finalizado o preenchimento, as respostas foram recolhidas e houve um momento de trocas, quando foi perguntado aos participantes suas opiniões sobre o circuito e sobre suas perspectivas sobre a temática e sobre os parâmetros que regem os patrimônios culturais da UFV. Cabe explicar que durante a visita realizada no turno da manhã o ônibus não foi até o local da Réplica, devido ao seu tamanho. Desse modo, parou na parte de baixo, o que não comprometeu a dinâmica de finalização, pois daquele local dava para avistar a edificação. Terminada a dinâmica no último patrimônio a ser visitado, seguimos para as Quatro Pilastras e demos por encerrado nosso circuito do patrimônio cultural da UFV.

Figura 45 - Parada na Réplica da Floresta - manhã



Foto: Carolina Capanema, julho/ 2023. Participantes da manhã.

Figura 46 - Parada na Réplica da Floresta - tarde



Foto: Dirley Lopes, julho/ 2023. Participantes da tarde.

Questionário

O intuito do questionário foi coletar *feedback* e informações dos participantes sobre a sua experiência após terem participado do circuito. Além disso, teve o intento de pesquisar sobre o perfil dos mesmos, como gênero e relação com a UFV, buscando compreender uma possível relação deste perfil com as respostas obtidas. Outro objetivo da aplicação do questionário foi analisar a percepção dos participantes dos bens culturais elencados como patrimônios da UFV e sua adequação aos seus valores, após as reflexões promovidas na visita.

Figura 47 - Questionário pós-visita

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL,
PAISAGENS E CIDADANIA



Questionário Pós-visita
Circuito do Patrimônio Cultural da UFV

1. Horário da visita
 9:00 14:00

2. Gênero
 Feminino Masculino Outro

3. Possui vínculo com a UFV?
 Sim Não

4. Se sim, em qual Departamento ou Diretoria?

5. Você considera que os bens patrimonializados pela UFV representam a cultura e a história da universidade em toda a sua diversidade?

6. Você incluiria outro elemento cultural ou paisagístico da universidade na lista de bens patrimonializados da UFV?
 Sim Não

7. Se sim, qual?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

4.5 Resultados

Número de inscritos

Houve um total de 81 respostas ao formulário de inscrição, conforme imagem (Figura 49) abaixo. Entretanto, foram consideradas 80 inscrições, pois a de número 16 foi excluída, haja vista que o participante preencheu com palavras que não condizem com as informações solicitadas no formulário.

Deste modo, tendo como base os 80 inscritos, 50 pela manhã e 30 pela tarde, tivemos que modificar o tipo de veículo, tendo em vista que o micro-ônibus só comporta 29 passageiros. Após contato com a Divisão de Transportes, foi possível alterar o micro-ônibus que transportaria os visitantes na parte da manhã pelo ônibus de 52 lugares, conhecido como Capivarão (veículo plotado com uma capivara na lateral) que é o responsável por transportar os

estudantes até o Restaurante Universitário 2 nos horários de refeição. Já na parte da tarde, continuamos com o micro-ônibus solicitado anteriormente.

Figura 48 - Número de inscritos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

Contudo, apesar do elevado número de inscritos, estiveram presentes no dia do evento somente 47 pessoas, 27 pela manhã e 20 no horário da tarde. Deste total, 4 inscritos eram crianças.

Análise das respostas do questionário

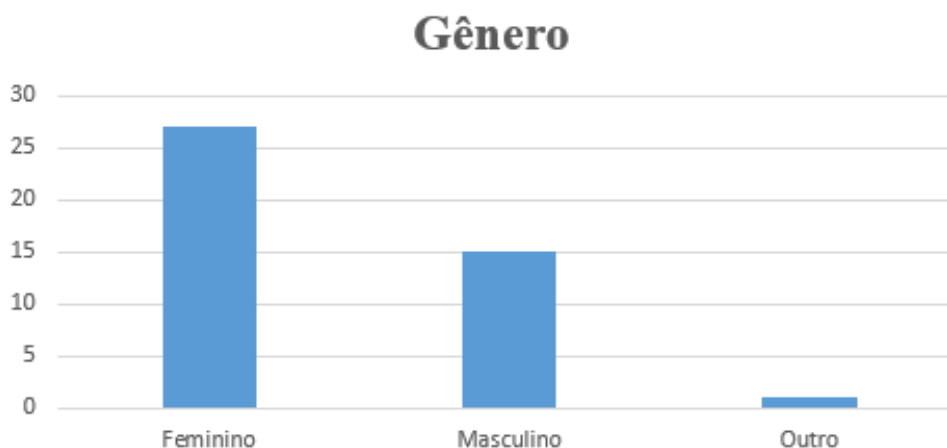
Dos 47 visitantes que participaram do Circuito do Patrimônio Cultural da UFV, somente 43 responderam ao questionário. Os outros 4 restantes se referem às crianças, que não participaram desta etapa, por terem pouca idade (4, 6, 7 e 10 anos) e não serem o público alvo da pesquisa.

Para melhor compreensão desses resultados, optamos por analisar cada pergunta separadamente. As duas primeiras foram de múltipla escolha e, em função disso, achamos por bem utilizar o gráfico de barra para melhor visualização. Já para as duas seguintes, por se tratarem de questões discursivas, o gráfico de nuvem foi o mais indicado. Os gráficos foram gerados no sistema de planilha Microsoft Excel e no programa gratuito Word Art.

Classificação por Gênero

Nesta categoria houve resposta de todos os 43 visitantes, dos quais 27 se identificaram com o sexo feminino, 15 com o sexo masculino e 1 se identificou como outro.

Gráfico 1 - Classificação por Gênero



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

Podemos notar que a participação das mulheres atingiu quase 63% (62,79) do total dos participantes, enquanto a dos homens foi de pouco mais de 34% (34,88). Ou seja, a quantidade de participantes mulheres foi quase o dobro da quantidade de participantes homens. Cabe destacar que não foi realizado nenhum estudo mais aprofundado para saber o motivo da maior participação das mulheres no circuito, mas inferimos que, neste caso, seja um tema que desperte maior interesse nesse grupo.

Classificação por categorias de vínculos com a UFV

As respostas a essa pergunta foram divididas nas seguintes categorias: técnicos administrativos, professores(as), outros e estudantes. Como as crianças não participaram do preenchimento do formulário, essa pergunta soma o total de 43 respostas. Esclarecemos que analisamos essa pergunta juntamente com o cruzamento dos resultados referentes à classificação por gênero, para tentar localizar a qual ou quais categorias pertencem o maior número de mulheres.

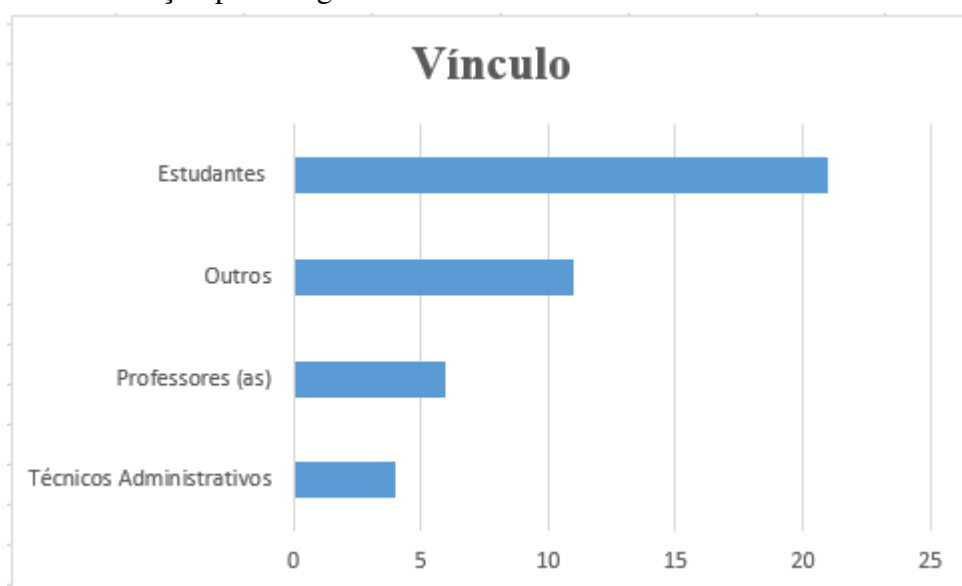
Técnicos administrativos: foram 4 técnicos administrativos inscritos, estando os mesmos lotados nos seguintes locais: Departamento de Medicina e Enfermagem; Divisão de Eventos; Diretoria de Tecnologia da Informação e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Dos quatro participantes dessa categoria, 3 são mulheres e 1 homem.

Professores(as): foram 6 professores inscritos, pertencentes às seguintes áreas de ensino: Pedagogia, História, Administração e Contabilidade, Física, Comunicação Social e Departamento de Educação. Desse total, 5 são mulheres e 1 homem.

Outros: nesta categoria foram inscritas 11 pessoas, e, como não foram pedidas mais informações, como profissão, por exemplo, não nos foi possível saber a qual ramo de atividade pertencem. Entretanto, sobre a divisão por gênero, nos foi possível constatar que 5 são do gênero feminino e 6 do gênero masculino.

Estudantes: foram 21 estudantes inscritos de diversos cursos, como: Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Comunicação Social e Jornalismo, Geografia, História, Letras, Matemática, Nutrição e Saúde e Veterinária. Deste total 15 se declararam mulheres, 5 homens e 1 como outros.

Gráfico 2 - Classificação por categoria de Vínculo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

Sobre o gráfico acima, podemos destacar que, à exceção da categoria “Outros”, na qual a maioria foi de homens (6 para 5), em todas as outras o número de mulheres superou o número de homens. Outro fato interessante que podemos extrair da mesma categoria citada, é que ela nos mostra que existe um interesse por parte da comunidade viçosense em conhecer os patrimônios culturais da UFV, bem como sua história, dado que essa categoria não possui vínculo com a universidade. Já em relação à categoria de estudantes, o maior número de participação, pertencentes a diferentes cursos, ela nos indica que a divulgação foi ampla e irrestrita dentro do campus, pois alcançou pessoas de diferentes formações interessadas na temática do patrimônio cultural da universidade. Além disso, é importante mencionar que a

universidade exige em sua diretriz curricular certo número de horas de atividades extracurriculares que devem ser cumpridas pelos estudantes. A quantidade de horas varia de acordo com cada curso. Desse modo, acreditamos que essa também tenha sido uma motivação para os estudantes formarem o maior grupo de participantes no evento, dado que o circuito foi devidamente registrado no sistema RAEX permitindo a emissão de certificado de participação de 4 horas.

Questões Discursivas

Sobre essas perguntas, é importante ressaltar que nem todos os participantes quiseram justificar suas respostas, respondendo apenas com palavras curtas como “Sim” ou “Não. Seguiremos abaixo para as análises realizadas dessas questões.

- 1) Você considera que os bens patrimonializados pela UFV representam a cultura e a história da universidade em toda a sua diversidade?
 - 16 pessoas disseram que sim, sendo as justificativas as seguintes: (1) “Sim, pois não representam só os bens da UFV, como a memória dos mesmos”. (2) “Sim. Os bens patrimoniais representam a história de muitos que ajudaram para a sua preservação e sua constituição até o dia de hoje”. (3) “Sim. Nos mostra o que foi deixado pelos que já trabalharam em prol de todos”. (4) “Sim. Nas explicações ficou clara a importância de cada bem, assim como o contexto histórico de cada um deles.” (5) “Sim. Todos os patrimônios apresentados representam a história”. (6) “Sim. Eles contam a história da UFV”.
 - 19 pessoas disseram que não, quais sejam as justificativas: (1) “Não, pois representam um corte elitista”. (2) “Não. Pois deveria ser atualizado conforme o crescimento e desenvolvimento da instituição, contemplando a participação dos diversos agentes históricos e sociais”. (3) “Não. Diversos bens que também não estão patrimonializados dizem muito sobre a trajetória da UFV e compõem a história e paisagem da universidade”. (4) “Não. Considero que os bens selecionados são importantes, mas outros, que são necessários, ficam esquecidos. Considero que a UFV deveria incluir em sua memória patrimonial a história dos estudantes e demais trabalhadores que participaram da sua trajetória. São patrimônios apenas as grandes figuras”. (5) “Não. Diversos locais e outros elementos que contam a história da UFV não são

patrimonializados”. (6) “Não. Os bens patrimonializados representam apenas os "pioneiros" e não os operários e demais grupos que tiveram contribuição na construção e atividades da UFV”. (7) “Não, parece contemplar mais uma versão linear e simplista da história”. (8) “Não. Percebe-se um apagamento de memórias e histórias dos grupos que não fizeram /fazem parte da elite "administrativa/acadêmica", ou seja, principalmente dos trabalhadores”. (9) “Não, já que em sua maioria são constituintes dos grupos sociais elitizados, tendo um certo apagamento dos demais. É interessante notar que os patrimônios são lindos, mas isso é graças aos trabalhadores que, por exemplo, toda semana cuidam dos jardins”. (10) “Não. Acredito que representam somente a cultura e a história dos grupos tidos como elitizados” (11) “Não. A memória das pessoas menos abastadas também devem ser lembradas através dos edifícios e, as construções modernas também, que indicam uma mudança na história da arquitetura, logo da sociedade”. (12) “Não. Eles representam a cultura e história dos professores, porém não retratam os outros sujeitos importantes para a construção da UFV, como os funcionários. A história deles vem sendo apagadas com o tempo”. (13) “Não. As vilas operárias, por exemplo, fazem parte da história cultural e social da universidade, no entanto, não são bens patrimonializados. Durante o circuito foi possível perceber o descaso com algumas vilas, algumas estão em processo de deterioração. Se essas histórias não forem resgatadas, possivelmente, gerações futuras não a conhecerão”. (14) “Não. Pela visita percebeu-se que parte da história fica abandonada, como as vilas operárias. Antes desta visita, não conhecia boa parte dos locais onde passamos”. (15) “Não. Grande parte do acervo dos operários está perdido ou mal representado”. (16) “Não. Já que os bens patrimonializados pela UFV representam apenas uma parte da história e construção da universidade, deixando de lado a história dos operários e funcionários da UFV”.

- 6 pessoas responderam que em parte representam a cultura e diversidade da universidade, justificando o seguinte: (1) “Em partes. Os bens patrimonializados representam a cultura e a história da UFV, mas não concordo quanto à diversidade, já que alguns bens e histórias não são reconhecidos”. (2) “Em partes, pois os bens patrimonializados pela UFV contam apenas um lado de toda história de anos de desenvolvimento da instituição”. (3) “Em partes, acredito que as vilas operárias também deveriam ser consideradas, pois contam a história e a formação da UFV”. (4) “Em partes, pois não representam toda a sua diversidade. A exemplo disso temos as vilas dos

operários que não são contempladas dentre os bens patrimonializados, mas que foram fundamentais para a construção e existência da UFV”.

- 1 pessoa respondeu que representa uma parcela da história: “Representam uma parcela da história da UFV, e por apresentar maiores cuidados em um patrimônio que em outro relegam vieses populares formativos da instituição, caracterizando-a de uma forma elitista”.
- 1 pessoa respondeu que representam boa parte: “Boa parte, mas não em toda a sua diversidade. Acredito que além dos referidos bens, a cultura e a história da UFV também estão em tradições e eventos estudantis”.

Podemos perceber pelas respostas dos participantes a essa questão, que a maioria considera que os bens escolhidos pela UFV não representam a sua diversidade cultural como um todo, ou representam em parte, pois exclui agentes e elementos históricos que fizeram parte da constituição da universidade, como, por exemplo, os trabalhadores das vilas operárias, as próprias vilas e os estudantes. Segundo as respostas, a escolha para a seleção de bens patrimoniais da UFV privilegiou somente as memórias de um grupo de pessoas, como os professores, configurando deste modo em um corte elitista da história.

Por outro lado, houve uma boa parte dos participantes que responderam que, sim, os patrimônios culturais que a UFV elegeu representam a sua história e diversidade como um todo, pois contam essa história de maneira satisfatória. Contudo, alguns foram de encontro a essa resposta, dizendo que os bens escolhidos deveriam ser melhor preservados.

Acreditamos que essa questão foi muito importante para gerar reflexões críticas sobre os critérios de patrimonialização que a UFV utilizou na escolha dos patrimônios como representativos da sua identidade cultural.

Para representar essas respostas utilizamos no gráfico (Figura 50) de nuvens abaixo as seguintes palavras e frases que mais se sobressaíram: não, sim, representam a memória, contam a história, importância de cada bem, deveria ser atualizado, grandes figuras, pioneiros, versão linear e simplista da história, apagamento da memória, grupos elitizados, acervo dos operários está perdido ou mal representado, apenas uma parte da história, forma elitista, tradições e eventos estudantis, deveria preservá-los melhor, deixou vários elementos que contam a história da UFV de fora, deixa de fora os trabalhadores e estudantes, não representa a diversidade, corte elitista, em partes, boa parte.

- Paisagísticos: Recanto das Cigarras, Horto Botânico, a vista das Três Bandeiras, as árvores dos formandos, áreas verdes, as lagoas e as matas preservadas.

Sobre a sugestão dos animais como patrimônios, informamos que sequer houve qualquer indução à resposta, mas o que ocorre é que existem atualmente vários cachorros que habitam o território do campus, inclusive são bem assistidos pela comunidade acadêmica, que fornecem água e comida. Existe inclusive uma rede social sobre eles chamada “@dogs da UFV, hoje com quase 2.000 seguidores. Alguns até apareceram em nosso circuito, conforme Figura 37. Em relação ao jacaré e às capivaras, são animais que estão no imaginário da comunidade universitária, devido a presença dos mesmos nas lagoas. A capivara inclusive é tida como mascote pela universidade, tendo sua caricatura plotada no ônibus que transportou os participantes no circuito realizado na parte da manhã, conforme pode ser vista na Figura 43.

Essa sugestão dos animais como patrimônio cultural imaterial coaduna com o enquadramento que fazem a UNESCO e o IPHAN. Além disso, existe em tramitação na Câmara dos Deputados Federais um projeto de lei, Projeto de Lei N.º 318, de 2021, que versa sobre a criação de animais como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Segundo o projeto, a atividade de criação e reprodução de animais deve ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial, “em razão da sua natureza intrínseca de preservação e desenvolvimento das espécies animais, consideradas como patrimônios naturais e culturais, integrantes da identidade e da memória da sociedade brasileira”¹²⁶.

Sobre os elementos e culturas que permeiam o universo estudantil, como a piscina do DCE, o porão do Centro de Vivências e as árvores dos formandos, observamos o caráter afetivo que os estudantes que participaram do circuito patrimonial imprimem nesses locais e elementos da natureza. Relações essas que vão de encontro à discussão sobre a utilização do caráter afetivo como critério de patrimonialização, aspecto trabalhado pela autora Laurajane Smith (2021) e mencionado no Capítulo 3.

Em relação à fábrica de Doce de Leite Viçosa, cabe informarmos que o processo de fabricação do doce foi considerado Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais por meio da Lei N.º 24.033, de 5 de janeiro de 2022. Segundo a lei, “é de relevante interesse

¹²⁶Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2003842. Acesso em: 18 de ago. 2023.

disponíveis. Além disso, se tratava de grupos maiores, o que demandaria um planejamento mais complexo, como mais dias de visitas e disponibilidade de veículos.

Ademais, pelas respostas dos questionários e pelo número expressivo de estudantes inscritos, percebemos que esse grupo não se sente representado nas escolhas dos bens culturais pela UFV, haja vista as sugestões de espaços e elementos que representam sua identidade, tais como os espaços de convivência citados acima, como a piscina do DCE e porão do Centro de Vivências.

Desse modo, foi demonstrado com esse pequeno exercício prático que a UFV poderia implantar uma política patrimonial mais transparente e democrática quanto às discussões em relação à representatividade dos bens ou espaços culturais da instituição, a fim de que haja uma ampliação dessas escolhas para que abarque toda diversidade dos grupos que compõem o seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas e análises realizadas, este trabalho procurou problematizar as narrativas que constituem a dita história “oficial” da UFV, bem como a representação dessas memórias nos diversos patrimônios culturais escolhidos pela instituição para representar a sua identidade cultural. Em meio à análise, foi possível contextualizar, além da historicidade dos bens culturais institucionais, também a constituição das vilas residenciais operárias, tanto em cenário amplo, com seu surgimento na Europa em início do século XIX, quanto no contexto nacional, como as primeiras formas de habitação para trabalhadores nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, além da sua implantação dentro da própria UFV.

Conforme descrito no estudo, o surgimento das primeiras formas de habitação operária está intrinsecamente associado ao contexto da Revolução Industrial do século XVIII na Europa, cujas mudanças no processo produtivo causaram impactos socioeconômicos significativos. As mudanças na estrutura de classes, a urbanização em larga escala e as mudanças nas relações de trabalho foram algumas dessas transformações que impactaram a sociedade da época.

A lógica capitalista do aumento da produtividade, associada às transformações tecnológicas e à consequente modernização dos meios de produção, foram ideais que atingiram grande parte dos setores econômicos. Um deles se trata do setor agrícola, cuja “modernização” trouxe mudanças na estrutura agrária, impactando diretamente a vida dos agricultores e o setor como um todo. Os *colleges* agrícolas norte-americanos, escolas rurais nas quais se buscava praticar a moderna ciência agrícola, foram os exemplos desse preceito que, posteriormente, foi adotado no Brasil.

Como vimos, a ESAV foi fundada seguindo o modelo desses *colleges*, cujos princípios básicos seguiam a três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Além de imprimirem a transformação no modo de produção agrícola tradicional, que era visto pelos técnicos agrícolas dos *colleges* como atraso às mudanças da industrialização rural, o modelo de ensino praticado nesses locais seguia uma conduta de obediência rígida aos preceitos morais e cívicos do trabalho e da saúde do corpo, cujo objetivo era forjar a moral do homem moderno.

Desse modo, como afirma Silva (2015, p.111), os aspectos da vida rural do homem do campo representavam a permanência do passado, da vida simples e do apego à tradição no modo de cuidar da terra em um mundo de mudanças – características essas que precisavam ser superadas para que o projeto de implantação da modernização agrícola fosse bem sucedido. Além da mudança no setor de produção agrícola que foi implantada pelas escolas agrícolas

nacionais, dentre elas a ESAV, observou-se que tal modelo capitalista seguia a premissa do controle social do homem livre. Esse autoritarismo que se estendia do local de trabalho para a vida privada das residências dos trabalhadores – representadas pelas vilas operárias.

Nesse sentido, observamos que as vilas residenciais construídas no território da ESAV, primeiro as vilas operárias: Vila Araújo, Vila Dr. Secundino de São José, Vila Dona Chiquinha, Vila Sete Casas, Vila Mattoso e Vila Chaves, e, posteriormente, no período da UREMG, a Vila Giannetti, também foram criadas seguindo a relação de controle social que moldava os modos de vidas dos trabalhadores – mas de formas diferentes, tendo em vista que eram ocupadas por pessoas de “classes sociais” distintas, operários e professores.

A Vila Giannetti e as vilas operárias da UFV configuraram-se uma excelente ilustração desse projeto de controle, a começar com a própria localização das residências dos operários, próxima aos locais de trabalho, fato que os transformava em mão de obra disponível, podendo ser acionados a qualquer tempo, até mesmo fora do horário de trabalho, como aos fins de semana e à noite, por exemplo. Outro fator a ser mencionado é o fato da proibição de participarem das festividades que ocorriam na cidade de Viçosa, como o carnaval e a comemoração do Primeiro de Maio.

Outra forma de controle social eram as ações praticadas pela Associação Feminina Effie Rolfs. Verificamos que, por meio das visitas realizadas pelas esposas dos professores nas casas dos operários, sob a ótica assistencialista de realizar trabalhos sociais por meio dos “ensinamentos” de como se vestir, alimentar-se, higienizar a casa e cuidar dos filhos, claramente o objetivo era moldar o modo de vida dessas pessoas. A finalidade era o alinhamento ao sistema de ensino moral e disciplinar que era desenvolvido na instituição, a fim de que, seguindo tais preceitos, os operários se mantivessem longe do contato com o meio externo (no caso a cidade), que segundo o discurso hegemônico da época era um lugar de contaminação, o qual poderia inculcar ideias de manifestação social frente às situações de controle às quais estavam sendo submetidos.

Entretanto, mesmo em meio ao autoritarismo, observamos que as vilas residenciais da UFV, tanto a Giannetti, quanto a dos operários, se tornaram lugares de memória, onde histórias pessoais se entrelaçaram com a narrativa coletiva da Universidade. As memórias dos trabalhadores (professores e operários) e suas famílias estão enraizadas nas paisagens e nas construções das residências. São memórias afetivas que remetem a fatos da infância, como as brincadeiras nas ruas ou no parquinho, e da vida em comunidade – essa praticada de maneira mais enfática pelos operários, principalmente na época de crise pela qual a UREMG passou,

onde a comida era compartilhada por todos. Além disso, há as lembranças das festividades que eram realizadas nas diversas vilas, tanto de cunho religioso como civis.

Logo, o que pudemos perceber nas entrevistas realizadas com os moradores das vilas operárias e os ex-moradores da Vila Giannetti é que as paisagens dessas vilas tornaram-se espaços carregados de significado afetivo e identitário. Essas concepções já são utilizadas por estudos mais recentes sobre patrimônio cultural, como sendo critérios válidos de patrimonialização, entretanto, não são problematizadas quando se trata de pensarmos a valorização de patrimônios de representatividade diversa, como o caso ora colocado em estudo.

Posto isto, as vilas residenciais, bem como suas paisagens, não são apenas um conjunto de casas, mas, sim, verdadeiros testemunhos de um passado nacional e local representativos de períodos históricos relevantes, como as transformações ocorridas durante a Revolução Industrial, que moldaram a sociedade moderna e redefiniram as relações de trabalho. Em nível local, representa o crescimento e expansão da Universidade Federal de Viçosa. Por meio desses “suportes de memória” (HALBWACHS, 1990), é possível compreendermos melhor como eram essas relações de trabalho e a vida dos moradores dentro desses territórios e, por isso, preservar esses locais é manter viva a história e a cultura das comunidades que ali viveram, bem como a história institucional como um todo.

Conclui-se, desse modo, que a política patrimonial que rege a UFV não está em consonância com as mudanças conceituais mais abrangentes porque vem passando o campo do patrimônio cultural, tendo em vista que as narrativas construídas pela instituição sobre os bens patrimoniais elencados no PDFA, ainda estão muito ligadas ao aspecto monumental do patrimônio cultural, que assume a característica de perpetuar a herança do passado, fundada na tradição patriarcal das elites sociais, econômicas, políticas e intelectuais (LE GOFF, 2003). Dessa maneira, espera-se que a crítica contida neste estudo seja o ponto de partida para que a universidade possa refletir sobre processos mais inclusivos no que tange à temática patrimonial, e comece a incluir bens cujas narrativas vão ao encontro dos valores representativos das práticas sociais, memórias e identidades coletivas dos variados grupos sociais que habitam o seu território.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Tradução: ALVAREZ, Maria João; SANTOS, Sara Bahia; BAPTISTA, Telmo Mourinho. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos** Portugal: Ed. Porto Ltda, 1994.

AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, escola e lazer. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 65-83.

AMARAL JÚNIOR, J. C.; ALVES, A. E. S. Ellen Richards e as “Ciências Domésticas: elementos para a compreensão da proposta científica de Economia Doméstica”, **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 9, p. 230-251. 2020. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 31 mar. 2022.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira; um estudo a partir de uma abordagem do capital humano**. Rio de Janeiro, 1979. 273f. (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

ARRUSSUL, Luciano Godoy. **Arquitetura/ Urbanismo/ Educação. O Campus da Universidade Federal de Santa Maria**. 2009. 166f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): organização e funcionamento**. 2005. 229f. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERNARDES, Genilda D’Arc; TAVARES, Giovana Galvão. **Perfis e memórias: A Vila Operária Fabril de Anápolis (1950-1970)**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/Perfis_e_mem__rias_Vila_Fabril_-_Tabalho_e_G__nero.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023

BERTONI, José. **Sistemas Coletores para determinações de perdas por erosão. Segunda Reunião Brasileira de Ciência do Solo**. Campinas, São Paulo, de 11 a 23 de julho de 1949. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brag/a/f5DZyZBh9WDrMwvKRCnKmDs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BESSES, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios da Paisagem**. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 234p.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **O Caso de São Paulo**. São Paulo, 1994. 339f. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000988439>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: O uso de imagens como evidência histórica**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no. 23, p. 94-115, 1994.

CAPANEMA, Carolina M. **Belezas de um mundo fabricado: arquitetura e árvores cultivadas**. Viçosa. 2020. Disponível em: <https://emtudovejonatureza.wixsite.com/inicio/post/belezas-de-um-mundo-fabricado-arquitetura-e-arvores-cultivadas>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; FERREIRA, Tatiana Sell. Difusão da ideologia do habitar moderno no interior de Minas Gerais, estudo de caso das moradias funcionais no Campus da Universidade Federal de Viçosa. **Arquitexto**, ano 12, s.p. 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4347>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro; REIS, Luiz Fernando. A concepção modernista do campus da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais: uma reflexão a partir do plano de desenvolvimento físico de 1970. **Oculum Ensaios. Revista de Arquitetura e Urbanismo. Periódicos Científicos da PUC-Campinas**. v.9, n.15, p. 88-99, 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/887>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CHIARINA, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira; ZORZIN, Paola La Guardia. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Economia e Sociedade Brasileiras. Nova econ.**, v. 22, n. 2, p.307-332, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/WRvWgTbVKGcwfrDdGYpMLLp/?lang=pt#>. Acesso em: 01 abr. de 2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COELHO, France Maria Gontijo. **A Construção das Profissões Agrárias**. 1999. 329f. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In*: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs), **500 anos de educação no Brasil**. 2^aed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.187-188. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/d3HW9Kq493xzRvw8cyzWWHd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. de 2022.

DEL VALLE, Nasheli Jiménez. Estética, multiculturalismo e decolonialidade. Tradução: Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul**. v. 4, n. 1, p. 60-67, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2020-1+EPSUL_A-3_Jim%C3%A9nez+del+Valle.pdf. Acesso em: 14 de ago. 2023.

EISENLOHR, Pedro Vasconcelhos; CARVALHO-OKANO, Rita Maria; VIEIRA, Milene Faria; LEONE, Fernanda Regis; STRINGHETA, Angela Cristina Oliveira. Flora fanerogâmica do campus da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. **Revista ceres**, v.55, n.4, p.317-326, 2008. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13428/1/3332-4991-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 abr. de 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFJF: IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

GRUEN, J. Philip. **The Land-Grant Campus**. SAH Archipedia, eds. Charlottesville: UVaP, 201. Disponível em: <http://sah-archipedia.org/essays/TH-01-ART-011>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A construção de vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003, vol. VII. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(080\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(080).htm). Acesso em: 23 abr.2023.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo** – Diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 1992.

JIMÉNEZ-ESQUINAS, Guadalupe. El patrimonio (también) es nuestro. Hacia una crítica patrimonial feminista. In: URTIZBEREA, Iñaki Arrieta (Ed.). El género em el patrimonio cultural. Bilbao: Universidad del País Basco, 2017, p.15-48. Disponível em: https://www.academia.edu/35936055/El_patrimonio_tambi%C3%A9n_es_nuestro_Hacia_una_cr%C3%ADtica_patrimonial_feminista. Acesso em: 29 abr. 2023

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia** – Oito Conferências sobre a natureza no Antropoceno. Tradução de Marylua Meyer. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes,1990.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARIA SOUZA DE ANDRADE, Liza. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso:** políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010. 2016. 277f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-65.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, dez, 1993, p. 7-28.

PEREIRA, Danilo Celso. Vilas operárias de Catagüeses-MG: entre a preservação da arquitetura modernista e o apagamento da memória. **XII Congresso Internacional De Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8644408>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PINHEIRO, Camila Fernandes. Educar mulheres: o curso de Economia Doméstica da UREMG (1952-1962). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529807566_ARQUIVO_trabalho ANPUH2018_CamilaPinheiro.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529807566_ARQUIVO_trabalho_ANPUH2018_CamilaPinheiro.pdf). Acesso em: 31 mar. 2022.

PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação:** campus universitários brasileiros [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009, 151 p. ISBN: 978-85-7600-374-8. <https://doi.org/10.7476/9788576003748>

POLLACK. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMPERMAYER, Izabel Moraes. Continuidades e discontinuidades da memória: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (MG) por meio de publicações de 1939 a 2016. 2018, 177f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v.14, p.25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 29 Abr. 2023.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. **Educação Superior e Cooperação internacional:** o caso da UREMG (1948-1969). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2546>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

ROBERTO, Rúbia Fonseca. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. **Administração Pública e Gestão Social-APGS**, Viçosa, v. 3, n. 3, p. 300-323, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4056>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes (Org.). **Legislação de Importância Histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV – 1969**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Ed.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)**. 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do IPHAN**, n.24, p.77-95, 1996.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos. **Narrativas Obliteradas: das memórias operárias, trabalhadores da construção e manutenção do campus da ESAV e UREMG, no período de 1922 a 1969**. 2022. 247f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.10, n.3, p.55-78, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38966/20493>. Acesso em: 01 abr. de 2022.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito. Lugares de Memória: Trabalho, Cotidiano e Moradia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, p. 69-82, 2015. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede. Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, Claiton Marcio. Os outros são o atraso: populações rurais e modernização agrícola em Minas Gerais (1950-1960). *In*: SILVA, Sandro Dutra; SÁ, Dominichi Miranda; SÁ, Magali Romero (org.). **Vastos Sertões. História e Natureza na Ciência e na Literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, Fabricio Valetim; BORGES, Vera A. Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e Os Pilares do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.29, p.169-197, mar.2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVA, Gustavo Bianch. **A ciência em rede: os vínculos entre instituições e cientistas no contexto da modernização da agricultura (1958-1973)**. 2014. 146f. (Dissertação de Mestrado). Universidade federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SILVA, Regina Ferreira. **Caracterização de vila inserida no contexto urbano**. 2008. 135f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**. v.21, n.2, p. 140-154, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957> Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115468015010>. Acesso em: 14 out. 2022.

STEPHAN, Ítalo. **A bola e a vez do patrimônio**. 2010. Disponível em: <https://italostephanarquitecto.blogspot.com/search?q=vila+gianetti>. Acesso em: 01 out. 2021.

STEPHAN, Ítalo; GALVARRO, Skarlen F. S; NASCIMENTO, Bruno Dalton; GOMES, Elaine Cavalcante. Campus da Universidade Federal de Viçosa, MG. Oito décadas de arquitetura. **Arquitextos**, n.132.07, p.1-11, 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.132/3881>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. A Vila Maria Zélia: A fascinante história de um memorial ideológico das relações de trabalho na cidade de São Paulo. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019->. Acesso em: 23 abr. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Prefácio; O poder na estória**. In: Silenciando o passado: poder e a produção da história; tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

Fontes Documentais

1. Entrevistas

A.C.G.T. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 1h13min. Data: 21 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

A.S.A. Morador da Vila Araújo. Duração de 13min06s. Data: 19 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

C.L.G.C. Ex-Moradora da Vila Giannetti. Duração de 26min37s. Data: 19 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

C.M.G. Funcionária de um dos órgãos que ocupam casa na Vila Giannetti. Duração de 5min39s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

C.O.C.F. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 10min25s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

D.D.C. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 12min48s. Data: 31 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

E.I.F.F. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 13min50s. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

E.L.S. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 6min35s. Data: 14 de julho de 2022. Viçosa, MG.

E.V.O. Moradora de uma das casas da Vila Araújo. Duração de 12min. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

F.C.P. Funcionária de um dos órgãos que ocupam casas na Vila Giannetti. Duração de 5min35s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

F.S.L. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 17min22s. Data: 31 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

G.C.G. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 38min. Data: 6 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

G.F.P.M. Ex-Morador da Vila Giannetti. Duração de 17min35s. Data: 26 de julho de 2022. Viçosa, MG.

G.G.F. Morador da Vila Dona Chiquinha. Duração de 18min33s. Data: 30 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

G.S.S. Servidor aposentado que trabalha como voluntário de um dos órgãos que ocupam casas na Vila Giannetti. Duração de 22min49s. Data: 21 de julho de 2022. Viçosa, MG.

H.L.M. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 8min22s. Data: 1 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

I.I.C.S. Membro da Comissão que elaborou o PDFA. Duração de 20min37s. Data: 15 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

I.M.P. Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 27min15s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

I.P. Moradora da Vila Dona Chiquinha. Duração de 16min52s. Data: 3 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

J.A.P. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 22min44s. Data: 19 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

J.L.R. Morador da Vila Araújo. Duração de 7min28s. Data: 16 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

J.M.F. Servidor aposentado que trabalha como voluntário de um dos órgãos que ocupam casas na Vila Giannetti. Duração de 4min53s. Data: 25 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

L.A.X.G. Servidor da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 14min30s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

L.S.L. Funcionária de um dos órgãos que ocupam casas na Vila Giannetti. Duração de 3min40s. Data: 25 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

L.S.S.F. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 11min39s. Data: 18 de julho de 2022. Viçosa, MG.

M.E.L.M. Ex-Moradora da Vila Giannetti. Duração de 26min25s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

M.G.E. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 10min56s. Data: 22 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

M.J.L. Moradora da Vila Dona Chiquinha. Duração de 8min40s. Data: 30 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

M.P.F. Morador da Vila Araújo. Duração de 7min32s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

P.S.D. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 12min40s. Data: 30 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

P.V.F.S. Servidora da UFV. Ocupante de uma das casas da Vila Giannetti. Duração de 11min48s. Data: 1 de setembro de 2022. Viçosa, MG.

R.C.A.M. Fundadora de um dos órgãos que ocupam casas na Vila Giannetti. Duração de 6min30s. Data: 19 de julho de 2022. Viçosa, MG.

R.C.A.M. Ex-Moradora da Vila Giannetti. Duração de 14min25s. Data: 19 de julho de 2022. Viçosa, MG.

R.C.C. Ex-Moradora da Vila Dr. Secundino. Duração de 33min09s. Data: 27 de julho de 2022. Viçosa, MG.

S.F.J. Moradora da Vila Araújo. Duração de 8min06s. Data: 24 de agosto de 2022. Viçosa, MG.

2. Documentos Institucionais

ATAS de Congregação N. °360, de 17 de setembro de 1954. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1925. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1926. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1927. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1928. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1929. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1935. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1947. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente no ano de 1949. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais referente no ano de 1950-1954. Viçosa-MG: UFV, ACH. p.3.

ESAV. Relatório anual de atividades do chefe do Departamento de Engenharia Rural ao Diretor da ESAV, referente ao ano de 1934. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório de atividades do chefe do Departamento de Engenharia Rural ao Diretor da ESAV, referente ao ano de 1945. Viçosa-MG: UFV, ACH.

ESAV. Relatório anual de atividades do chefe do Departamento de Engenharia Rural ao Diretor da ESAV, referente ao ano de 1948. Viçosa-MG: UFV, ACH.

LADEIRA, Antônio C. Pôsto de Abastecimento. Gazeta Universitária, Viçosa, 15 de outubro de 1970. Disponível no acervo Central e Histórico da UFV

Relatórios De Atividades dos Diretores da ESAV. 1925-1955. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Relatório de Atividades do Departamento de Engenharia Rural. 18 de dezembro de 1934. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Relatório de Atividades do Departamento de Engenharia Rural. 31 de dezembro de 1945. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Relatório de Atividades do Departamento de Engenharia Rural. 20 de dezembro de 1948. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Relatórios Anuais de Atividades das Diretorias Gerais e dos Reitores da UREMG. Anos de 1950-1954 (compilado em documento único), 1955, 1956, 1957, 1958, 1961, 1962, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969. Disponível no acervo documental do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2027), 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), 2019. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/PDI 2019-2023.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/PDI%2019-2023.pdf). Acesso em: 12 de mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Escrituras, 1.º Volume, 1996. Disponível no Acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Escrituras, 1.º Volume, 1996. Disponível no Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Histórico do Departamento de Economia Doméstica. 2022. Disponível em: https://www.ded.ufv.br/?page_id=626. Acesso em 15 de nov.2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV – Viçosa – PDFA (2008–2017). Disponível em: <https://www.planejamento.ufv.br/infra-estrutura/>. Acesso em 12/07/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Resolução N.º 14/2008 do CONSU. Aprova o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV-Viçosa – PDFA (2008-2017), 2008.

UREMG. Atas da Congregação referente ao ano de 1954. Viçosa-MG: UFV, ACH.

UREMG. ATA N. º 1 referente ao ano de 1949. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 8 out. 2022.

UREMG. ATA N. º 2 referente ao ano de 1950. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 8 out. 2022.

UREMG. ATA N. º 3 referente ao ano de 1950. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 8 out. 2022.

UREMG. ATA N. º 4 referente ao ano de 1950. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 out. 2022.

UREMG. ATA N. º 5 referente ao ano de 1951. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 out. 2022.

UREMG. ATA N. º 6 referente ao ano de 1951. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 out. 2022.

- UREMG. ATA N. ° 7 referente ao ano de 1951. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 12 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 8 referente ao ano de 1951. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 12 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 9 referente ao ano de 1952. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 13 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 10 referente ao ano de 1952. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 13 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 11 referente ao ano de 1952. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 15 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 12 referente ao ano de 1942. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 15 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 13 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 18 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 14 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 18 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 15 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 21 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 16 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 23 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 17 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 24 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 18 referente ao ano de 1953. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 24 out. 2022.
- UREMG. ATA N. ° 19 referente ao ano de 1954. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 03 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 20 referente ao ano de 1954. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 03 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 21 referente ao ano de 1954. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 03 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 22 referente ao ano de 1954. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 03 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 23 referente ao ano de 1954. Disponível em:
https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 05 jan. 2023.

- UREMG. ATA N. ° 24 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 05 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 25 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 06 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 26 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 06 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 27 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 07 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 28 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 07 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 29 referente ao ano de 1954. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 07 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 30 referente ao ano de 1955. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 31 referente ao ano de 1955. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 32 referente ao ano de 1955. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 10 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 33 referente ao ano de 1955. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 11 jan. 2023.
- UREMG. ATA N. ° 34 referente ao ano de 1955. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 11 jan. 2023.

3. Legislação

Decreto n° 13706, de 25 de julho de 1919. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html>. Acesso em 5 out.2022.

Decreto 6.053, de 30 de março de 1922. CRIA UMA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA, INSTALANDO-A EM VIÇOSA. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=6053&comp=&ano=1922>. Acesso: 3 out.2022.

Decreto N.º 8.143, de 1.º de fevereiro 1965. Estatuto da UREMG. SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes (Org.) Legislação de Importância Histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV – 1969. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

Decreto-Lei N.º 570, de 08 de maio de 1969. Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0570.htm. Acesso em 9 out. 2022.

Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 09 out. 2022

Lei 272 de 13/11/1948. CRIA A UNIVERSIDADE RURAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-272-1948-minas-gerais-cria-a-universidade-rural-de-minas-gerais>. Acesso em: 8 out. 2022.

Resolução N.º 06/91 do CONDIR - Determina sobre ocupação dos imóveis residenciais pertencentes ao Campus da UFV. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08_14.pdf. Acesso: 8 out.2022.

Resolução N.º 3 do CONDIR, de 3 de Dezembro de 1993. Aprova a política habitacional para imóveis residenciais da UFV. IDEM.

Resolução N.º 14/2008 do CONSU - Aprova o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV-Viçosa – PDFA (2008-2017). IDEM.

Resolução N.º9/2009 do CONSU - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Espaço Físico – COESF. IDEM.

Resolução N.º3/2022 do CONSU. - Aprova o Plano de Uso e Ocupação dos Imóveis da Vila Giannetti. IDEM.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Cor:

Gênero (Masculino/Feminino/Outros):

Possui ou possuiu vínculo Institucional (cargo) com a Universidade?

1) Ex- Moradores da Vila dos Professores/Vila Gianetti.

1. Por quanto tempo você morou na Vila Gianetti? (especificar os anos)
2. Como se deu o processo de solicitação para ir morar lá?
3. Como era a convivência com os outros moradores?
4. Havia alguma distinção entre os moradores? Formação de grupos, etc?
5. Como era a convivência com os professores norte-americanos?
6. Qual era o papel das mulheres no contexto da Vila?
7. Como era o espaço físico na época em que viveu no local?
8. Como era o acesso à água, serviço de saneamento básico, energia elétrica, etc?
9. Quais eram os espaços de sociabilidade?
10. A maior parte dos moradores constituía famílias ou havia pessoas que viviam sozinhas??
11. Como era o dia a dia na vila?
12. Como era a vida das crianças?
13. Havia rio, árvores e outros espaços usados para recreação ou uso comunitário, de forma geral?
14. Você se lembra de o espaço ser motivo de conflitos na universidade?
15. Havia alguma pressão para que não permanecessem ali?
16. Como era a relação dos moradores da vila com os estudantes, funcionários e professores que não residiam nela?

2) Moradores das Vilas dos trabalhadores:

1. Qual membro da família tem ou teve vínculo com a Universidade? É ou foi servidor?
2. Lembra como foi o processo para você ir morar na Vila? Quem escolheu qual Vila para sua família morar?
3. Por quanto tempo você já mora aqui? (especificar os anos)
4. Como é a convivência com os outros moradores?
5. Existe alguma distinção entre os moradores? Formação de grupos, etc?
6. Qual é o papel das mulheres no contexto da Vila?
7. Como era o espaço físico quando você veio morar aqui?
8. Como é o acesso à água, serviço de saneamento básico, energia elétrica, etc?
9. Quais são os espaços de sociabilidade?
10. A maior parte dos moradores constitui famílias?
11. Como é o dia a dia na vila?
12. Como é a vida das crianças?
13. Existe rio, árvores e outros espaços usados para recreação ou uso comunitário, de forma geral?
14. Existe alguma pressão para que vocês saiam daqui?
15. Você se lembra de o espaço ser motivo de alguma disputa ou conflito? Se sim, qual?
16. Como é a relação dos moradores da vila com os estudantes, funcionários e professores?
17. A UFV cobra alguma taxa para que possam morar aqui?

3) Ex-Membros da Comissão de Espaço Físico

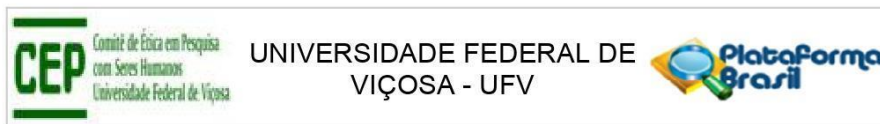
1. O que você, como membro da Coefs entende por Patrimônio Histórico?
2. Porque acha que a Vila Gianetti se encontra nesse conceito?
3. Você acha que a vila é preservada?
4. Acha que as árvores, córregos, o solo e os animais também fazem parte do Patrimônio Cultural?
5. Você defende a preservação da vila e seu enquadramento como patrimônio cultural da universidade?
6. Se fosse para preservar a Vila, acha que deveriam ser preservados somente as edificações ou os espaços verdes e o entorno em geral?
7. O que entende por Conjunto Paisagístico?
8. Acha que a Vila se enquadra neste conceito?
9. Se sim, acredita que devemos preservar a sua paisagem?

10. Você acha que ocorrem muitas intervenções naquele espaço? Se sim, o que acha disso?
11. Você identifica algum tipo de conflito ou disputa nas vilas? Se sim, quais?
12. Como acha que podemos preservar as Vilas da UFV? Tanto a Vila Gianetti como as outras?

4) Colaborador ou servidor ocupante das casas da Vila Gianetti

1. Você gosta de trabalhar em uma das casas da Vila Gianetti?
2. Desde quando está aqui?
3. Como se deu o processo de solicitação para vir trabalhar na vila?
4. Foi um processo difícil?
5. Sabe que aqui é considerada área histórica da Universidade? O que você pensa sobre isso?
6. Você apoiaria algum projeto de intervenção nas casas ou na paisagem da Vila?
7. Se sim, explique o motivo?
8. Acredita que a Administração possui políticas de preservação patrimonial para o Conjunto Paisagístico da Vila?
9. Você acha que existem conflitos ou disputas de poder neste espaço? Se sim, comente-os.
10. Acha que existe formação de grupos?
11. Se sim, acredita que tais normas estão sendo respeitadas?

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vila Giannetti - Análise do processo de formação da paisagem, da fundação à patrimonialização (1948-2008)

Pesquisador: CAROLINA MAROTTA CAPANEMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56931422.8.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.471.223

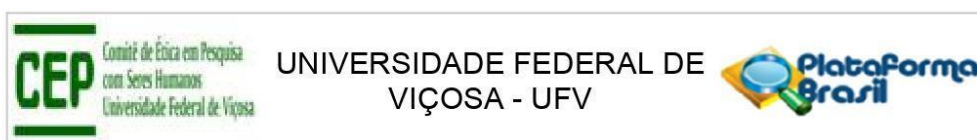
Apresentação do Projeto:

O trabalho de pesquisa abordará a trajetória de construção da paisagem urbana da Vila Giannetti (um conjunto arquitetônico e paisagístico formado por um grupo de 52 casas de estilo modernista situado dentro da UFV), desde sua fundação, quando ainda era conhecida como Vila dos Professores em meados de 1948, até sua patrimonialização pelo PDFA - Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental/UFV, em 2008. Para traçarmos melhor essa trajetória, será utilizada a análise da documentação presente no Arquivo Central e Histórico da UFV, bem como matérias de jornais presentes nos arquivos da imprensa local que tratam da relação da cidade de Viçosa com a universidade, e documentos administrativos da UFV. Além disso, será utilizada a metodologia da história oral, por meio da qual serão realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro grupos diretamente envolvidos com o tema: ex-moradores, membros da Comissão de Espaço Físico que atuaram no PDFA, atuais ocupantes das casas, sejam eles servidores ou trabalhadores das entidades parceiras, e moradores de outras vilas existentes no campus. O último grupo interessa-nos especialmente por auxiliar na elaboração de uma análise comparativa no desenvolvimento das vilas do campus universitário da UFV.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.471.223

O objetivo geral do trabalho é abordar a trajetória de construção da paisagem urbana da Vila Giannetti, desde sua fundação, quando ainda era conhecida como Vila dos Professores, em meados de 1948, até sua patrimonialização pelo PDFA em 2008. Durante essa trajetória, o estudo busca analisar a paisagem da Vila como sendo um lugar de produção e disputa das mais diversas memórias que ajudaram e ajudam a construir o cenário atual que conhecemos.

Objetivo Secundário:

Investigar quais são as memórias desta construção; descortinar quais são os discursos e grupos que disputam ou disputaram os usos e apropriações da paisagem da Vila; descobrir quais foram as noções de cultura e natureza impressas na fabricação desta paisagem; investigar as Instruções Normativas da UREMG -UFV que tratam do uso e ocupação do solo e que tiveram interferência na formação desta paisagem; pesquisar quais as funções atribuídas a esta paisagem pela comunidade acadêmica e viçosense; fazer uma análise comparativa com a paisagem e disputas encetadas nas outras vilas presentes no campus.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem no fato de que as perguntas da entrevista podem causar algum desconforto ou forte emoção, cansaço ao responder as perguntas, constrangimento, medo, estresse etc. Para minimizar estes riscos, a presente pesquisadora se propõe a criar um ambiente confortável e seguro para o(a) entrevistado(a) passando confiança de que haverá o tempo todo um clima de diálogo aberto, com interrupções a todo o momento se o(a) entrevistado(a) assim o desejar e perspectiva de anonimato, caso não haja autorização explícita de uso do nome e/ou imagem. Não estão previstos benefícios individuais aos entrevistados. Os benefícios serão estendidos a toda comunidade universitária em geral (servidores, discentes e funcionários que ocupam as casas), de maneira direta e indireta. De maneira direta, por se relacionar com a ampliação do conhecimento sobre o processo de formação da paisagem da Vila, bem como seu reconhecimento como patrimônio cultural da Universidade. Pretende-se fomentar, principalmente junto aos atuais ocupantes das casas, a criação de uma relação de identidade e preservação do bem de valor histórico, arquitetônico e paisagístico que ocupam. Os benefícios indiretos se relacionam com a expectativa de criação de políticas patrimoniais institucionais mais eficientes que busquem ampliar a discussão sobre a preservação do patrimônio para além da

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.471.223

preservação da construção em si mesma, e abarquem no conceito de paisagem os espaços não construídos e formadores da paisagem ao redor.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de se levantar as memórias e construção de identidade arquitetônica da Villa Gianete, no Campus da UFV.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta PB, Termo de autorização, carta resposta, TCLE modificado, Cronograma modificado, autorização de uso da voz, folha de rosto, termo de confidencialidade

Recomendações:

O TCLE deverá prever o direito à indenização em caso de danos ao participante da pesquisa, pois trata-se de requisito obrigatório.

Insira, no TCLE, a seguinte frase: "Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado com recomendação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1887778.pdf	05/05/2022 20:35:10		Aceito
Outros	Autorizacao_Modificado.pdf	05/05/2022 20:27:08	ROSELI DA SILVA FELIPE LOPES	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br